



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE - SUB. ESPECIAL PLANO NACIONAL DESPORTO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1191/16	DATA: 06/10/2016	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h13min	TÉRMINO: 15h43min	PÁGINAS: 134

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARIALDO BOSCOLO - Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Brasileira de Clubes - CBC e Presidente da Federação Nacional dos Clubes - FENACLUBES;
MIGUEL DE ARRUDA - Professor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;
ANA MOSER - Diretora do Atletas pelo Brasil;
ISMAR BARBOSA CRUZ - Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União - SECEXEDUCAÇÃO/TCU;
WLADIMYR CAMARGOS - Relator do Anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro na Comissão de Juristas Responsável pela sua Elaboração - CJDB/SF;
LUIZ LIMA, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte - ME;
MARCELO FERREIRA MIRANDA - Presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESORTE;
JORGE STEINHILBER - Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF;
ROSSIELI SOARES DA SILVA - Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/ME;
DANIEL PANSARELLI - Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e Coordenador do Colégio de Pró-Reitores de Extensão das UFES (COEX), representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES;
STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD - Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve - CBDN, também representando a Confederação Brasileira de Rugby - CBRu;
JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS - Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo - CBC;
CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas;
VITORIO MENDES DE MORAES - Gerente Geral de Relações Institucionais do Comitê Olímpico do Brasil - COB;
RICARDO VIDAL DE OLIVEIRA - Diretor Executivo do Instituto Joaquim Cruz, representando a Rede Esporte pela Mudança Social - REMS;
LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL - Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU;
MAURO JOSÉ DA SILVA - Presidente da Confederação Brasileira de Boxe - CBBOXE;
ANDRÉ ARANTES - Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Gestor do Programa Atleta na Escola na Fase Inicial;
PAULO MARTINO ZUCCARO - Diretor do Departamento do Desporto Militar e Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil - DDM/CDMB, representando também o Ministério da Defesa.

SUMÁRIO

Debater a segunda etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danrlei de Deus Hinterholz) - Bom dia a todos e a todas.

Esta mesa-redonda da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 114, de 2016, de autoria dos Deputados Evandro Roman e João Derly.

O objetivo deste evento é debater a segunda etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

Inicialmente, quero agradecer aos representantes das instituições e organizações das áreas esportiva, educacional, da saúde e da defesa nacional e a todos aqui presentes. O conhecimento que cada um possui em seus campos de atuação será muito enriquecedor para o nosso debate. As sugestões e críticas já apresentadas na primeira mesa-redonda e na comunidade virtual do Plano Nacional do Desporto já enriqueceram o texto que apresentarei no decorrer desta mesa-redonda.

Comunico a todos que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular por meio de sugestões, que serão dirigidas a esta Comissão.

O objetivo da segunda mesa-redonda é repassar o texto do Plano Nacional do Desporto já com as sugestões apresentadas na primeira mesa-redonda e na comunidade virtual, ouvindo, mais uma vez, as sugestões de todos vocês, para que possamos sistematizar o texto e encaminhá-lo, na forma de uma indicação, para o Ministério do Esporte.

Lembro a todos que a iniciativa de propor o plano é do Ministério do Esporte, ouvido o Conselho Nacional do Esporte, mas a Subcomissão, sempre com o intuito de trabalhar em conjunto com o Ministério, debruçou-se sobre esse assunto e elaborou o texto que já foi apresentado a todos vocês. Esperamos, ao término deste debate, construir propostas contundentes e exequíveis a fim de elaborarmos um documento final que possa atender aos anseios de todo o segmento esportivo.

Antes de passar a palavra para o nosso Relator, Deputado Evandro Roman, do PSD do Paraná, quero, na frente de todos vocês que fazem o esporte brasileiro,



dizer do trabalho maravilhoso que ele vem fazendo, da importância desse trabalho que vem sendo feito há mais de 1 ano. O Relator já teve oportunidade de procurar ideias não só no Brasil, mas também em outros países que usaram, desde o início, o esporte para fazerem grandes atletas e, mais do que isso, para transformarem os cidadãos. Em cima disso, eu quero aqui parabenizar o meu amigo Relator pelo trabalho, pela condução maravilhosa à frente dessa relatoria.

Tenho certeza de que, ao término desta Subcomissão e no mínimo por 10 anos, com a ajuda de vocês que estão aqui conosco, teremos um caminho maravilhoso para o nosso esporte, que é o que todos com certeza querem. E nós não estamos falando apenas do esporte de alto rendimento. Estamos falando da iniciação, estamos falando do lazer, estamos falando daquilo que todos nós acreditamos. Acreditamos que o esporte pode transformar vidas, pode mudar a vida das pessoas.

Agradeço novamente a presença de todos vocês. Tenho certeza de que todos os que estão aqui têm muito a contribuir. No final disso tudo, todos nós poderemos dizer juntos que estamos fazendo cidadãos, estamos mudando este País pelo esporte.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Obrigado pelas palavras, Deputado Danrlei.

Bom dia a todos os senhores e senhoras.

Realmente esta é a segunda reunião em que estamos debatendo e tendo uma conversa franca do grupo de trabalho para que possamos cada vez mais desenvolver o que buscamos e o que queremos como metas para os próximos 20 anos do Plano Nacional do Desporto.

Não é uma rasgadura de seda, mas foi muito bom ter a oportunidade de trabalhar junto com o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, nós somos do mesmo partido. Nessa afinidade ficou muito claro realmente o interesse que todos temos, principalmente ele, por uma questão de não haver vaidades, dizer sempre que podemos tocar em frente, dando sempre a liberdade, como Presidente da Comissão, de deixar livre para que pudéssemos, como Relator, buscar as ações, sempre com grandes conversas em plenário, sempre com grandes conversas em



debates dentro das próprias reuniões de bancada. Isso criou um clima de harmonia muito grande.

É o clima que hoje sentimos cada vez mais também junto ao Ministério do Esporte, intensificou bastante, principalmente nesta gestão, em se tratando do Plano Nacional de Esporte. Havia uma conversa e uma afinidade em relação ao sistema, e o plano não era uma ação tão profunda. Hoje, é uma ação bastante profunda, envolvendo o Ministério do Esporte e a Comissão ou a Subcomissão. Então, o Deputado Danlei de Deus Hinterholz foi realmente uma pessoa importante.

Eu falo que as coisas acontecem quando não há vaidades, ou que pelo menos ela seja controlada, porque vaidade todos temos um pouco aqui ou lá, mas acabamos todos tendo. Em alguns momentos é até o que nos sustenta, mas tem que haver um controle. O Deputado Danlei de Deus Hinterholz sempre teve essa política de dizer que o importante é que as coisas aconteçam. Isso deixou realmente a possibilidade de se trabalhar como Relator de uma forma bastante livre.

Agradeço ao Sr. Pedro Soutomaior, do Ministério do Esporte, que juntamente com o Fábio realmente estão fazendo um trabalho bastante focado em relação a isso dentro do Ministério, com o apoio do Richard e com o apoio de todos os outros secretários. São as duas pessoas que estão realmente à frente conduzindo.

Se vocês me perguntassem, de repente, há 1 ano qual seria a possibilidade de termos um Plano Nacional que fosse avançar, eu não saberia responder, porque não tínhamos aquela garantia de que fosse avançar com tanta força.

Hoje, eu diria que ele avança com muita força, porque houve principalmente uma designação direta, mas muito direta realmente do Ministro, do Pedro Soutomaior e do Fábio, que vivem 24 horas praticamente um trabalho dentro do Ministério para que isso realmente ocorra. Então, houve.

Não que não houvesse antes, sempre houve uma sinalização muito boa, pessoas aqui dedicadas, como a minha conterrânea do Paraná que está aqui, vejo outro paranaense, o José Luiz Vasconcellos, nós sempre tivemos um grande envolvimento, mas, enfim, agora eu diria que há uma dedicação bastante focada nisso daqui.

Agradeço profundamente — algumas pessoas não chegaram, mas sempre gosto de citar — ao Sr. Luiz Lima, Secretário Nacional de Esporte de Alto



Rendimento do Ministério do Esporte. Ele não chegou, mas tem o compromisso de estar conosco aqui; ao Sr. Rossieli Soares, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, que também não chegou ainda, mas todos confirmaram que estariam, então é bom citar; e à Sra. Danielle Keylla Alencar Cruz, Coordenadora-Geral da Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

Esse projeto do Plano Nacional do Desporto sem a educação e sem a saúde ficaria com uma dificuldade muito grande, principalmente quando falamos da questão da prática da atividade física como elemento que possa melhorar o controle da obesidade infantojuvenil, que é uma das grandes preocupações de todos, de um modo geral. Tenho certeza que é uma grande preocupação dos grandes conselhos que trabalham e de vocês também. Não somos nós que estamos descobrindo isso, vocês até têm um trabalho profundo nisso, mas associá-lo ao plano se tornaria algo fantástico.

Tenho certeza que estaríamos eliminando ou diminuindo bastante com o tempo o diabetes tipo 2, o mau colesterol, as cardiopatias, enfim, as chamadas doenças crônicas degenerativas, que acabam vindo pelo hábito. E o ser humano é um animal do hábito, aprende a se alimentar adequadamente, como aprende a praticar atividade física de forma adequada. Enfim, tudo isso.

Então, a nossa gratidão realmente por estarem aqui. Em uma oportunidade, quando o Ministro Ricardo Barros esteve apresentando um ajuste de custos que ele fez no Palácio do Planalto. Eu falei para ele da importância disso e que tínhamos que estar juntos pela promoção da saúde, sendo um dos elos dessa promoção. A ele, portanto, a nossa gratidão.

O Vice-Almirante Paulo Martino Zuccaro, Diretor do Departamento de Desporto Militar e Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil, representando também o Ministério da Defesa. Ele é a pessoa responsável pela estruturação dos atletas, como vimos em vários momentos... É o prestar continência... Então, todos os investimentos, os quais, depois, tivemos a oportunidade de saber quais eram, o que nos marcou bastante. E foi um ato espontâneo dos atletas — o principal para nós —, não foi uma determinação militar, o que muitos acreditavam que havia sido. Parabéns a todos.



O Dr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União, a ele também a nossa gratidão, e à sua equipe. Estivemos presentes inclusive em uma das primeiras reuniões realizadas para debater o plano nacional. Quando fui Secretário de Esporte e Turismo no Paraná pude ver o quanto foi maravilhoso esse trabalho realizado junto com o Tribunal de Contas do Estado. Ou seja, agíamos seguindo as determinações, trabalhando de forma agradável e segura, principalmente. Nós também já conversamos sobre essa situação. Muito obrigado, Dr. Ismar.

O Sr. Vitorio Mendes de Moraes, Gerente-Geral de Relações Institucionais do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Muito obrigado.

O Sr. Edilson Rocha Silva, Diretor Técnico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)...

O Sr. Arialdo Boscolo, Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e Presidente da Federação Nacional dos Clubes (FENACLUBES).

O Sr. Lars Schmidt Graef, Presidente da Comissão Nacional de Atletas do Ministério do Esporte. Obrigado, Lars.

A Sra. Ana Moser, Diretora da ONG Atletas pelo Brasil. Muito obrigado pela presença.

O Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (CONFER).

A Sra. Simone Aparecida Rech Ferreira, Presidente do Conselho Brasileiro de Ciência do Esporte, que está sendo representada pelo Professor Pedro Ataíde.

O Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), representado aqui pelo Robson...

O Sr. Luciano Atayde Costa Cabral, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

O Sr. Mauzler Paulinetti, representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto (ONED).

O Sr. Ricardo Vidal de Oliveira, Diretor Executivo do Instituto Joaquim Cruz, representando a Rede Esporte pela Mudança Social (REMS).



O Sr. Daniel Pansarelli, Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e Coordenador do Colégio de Pró-Reitores de Extensão da UFES.

O Sr. Wladimir Camargos, Relator do Anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro na Comissão de Juristas e responsável pela sua elaboração.

O Sr. Sandro Laina Soares, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV).

O Sr. Stefano Adolfo Prado Arnhold, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto na Neve (CBDN).

O Sr. Paulo Cesar Pacheco, Presidente da Confederação Brasileira de Golfe.

O Sr. Fúlvio Danilas, Diretor de Vôlei de Praia da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV).

O Sr. Pedro Gama Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA).

O Sr. Guilherme Ângelo Raso, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb).

O Sr. Mauro José da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Boxe (CBBOXE).

O Sr. José Luiz Vasconcellos, Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), paranaense.

O Sr. Paulo Rogério de Oliveira Sabione, Secretário de Estado de Esportes da cidade de Valinhos, São Paulo.

Um representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte.

O Sr. Márcio José Nogueira, Superintendente de Fomento ao Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso. É S.Sa. que está representando o Fórum Nacional de Secretários Estaduais.

O Sr. Edilson Barboza, Secretário de Estado de Esporte e Lazer do Espírito Santo.

A Sra. Cláudia Aniceto Caetano Petuba, Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

O Sr. Bruno Figueiredo Roberto, Secretário de Estado da Juventude de Esporte e Lazer da Paraíba; José Álvaro Fonseca Gomes, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Renda e Esporte da Bahia; Saulo Eloy Filho, Secretário de



Estado de Turismo e Esporte de Sergipe; Cristina Queiroz Mazzini Calegaro Vice-Presidente do Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer, representando o Secretário de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal; Ricardo Alexandre Sapi de Paula, Secretário de Estado Adjunto de Esporte de Minas Gerais; Miguel de Arruda, Professor da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, um grande amigo, meu orientador no mestrado e doutorado; Fernando Mascarenhas, Professor da Universidade de Brasília; André Arantes, Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e gestor do Programa Atleta na Escola, na fase final; Severino Leão de Albuquerque Neto, Diretor do Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília, representando o Sistema S, e a Cássia que também é uma representante que, por muito tempo, nos acompanhou no trabalho aqui junto ao Sistema, quando também do Plano Nacional do Desporto.

Pessoal, eu fiz questão de ler, porque nós estamos indo para a segunda mesa redonda. Perdoe-me se alguém não foi citado, que nos passe, por favor, para que nós possamos ter aqui o encaminhamento.

Para nós é muito importante isto por vários motivos — por nós eu digo todos que estamos trabalhando em cima desse plano: saber quem foram as pessoas convidadas que realmente se colocaram à disposição de estarem presentes, porque nós estamos indo para um caminho agora em que vamos fazer mais algumas mesas redondas dessas e vamos fazer algumas situações em alguns Estados, não muitos. Mas nós já vamos lançar, no final do ano, uma proposta que foi construída por todos, inclusive, muitas já constam aqui no plano.

E esqueci de citar o meu grande amigo Tojal, Professor da Unicamp, que não estava aqui. Tojal, agora já o cumprimentei.

Ele foi meu professor também no período da Unicamp, quando das grandes lideranças da Educação Física no Brasil.

Obrigado pela sua presença;

E dizer o seguinte. Todos nós estamos participando, estamos elaborando e devolvendo esse trabalho, que está indo para um caminho feito pelo maior número possível de mãos, junto com o Ministério, conforme eu me posicionei. Em determinado momento, nós vamos apresentar este relatório, e este relatório terá vida. A partir do momento que tiver vida... Nós sempre nos colocamos como um



elemento de apoio ao Ministério do Esporte, porque, de ofício, a origem disso não é da Câmara e, sim, do Ministério do Esporte. Nós sempre tivemos esse entendimento. Mas nós como Legislativo somos os colaboradores juntamente com os senhores, que nos trazem realmente as ações, porque tem que ser bom se atender os senhores e as senhoras. Se não atender os senhores e as senhoras, não tem porque esse projeto prosperar.

A partir do momento em que tem toda essa situação de ouvi-los, de nós colocar isso no papel, de discutir e rediscutir, haverá o momento de o Ministro fazer o decreto disso e fazer um encaminhamento. E estará montado o Plano Nacional do Desporto. A partir do momento em que for feito isso... Por isso que eu fiz questão de registrar tudo, e toda essa nossa fala está totalmente registrada, nós já estamos a mais de um ano trabalhando em cima disso, muito mais acirrado agora. Não é por causa de 2 ou 3 meses, se for necessário, claro que nós vamos... Eu tenho certeza que o Presidente acatará uma solicitação. Mas chegará o momento em que nós vamos ter que definir e dizer: *“olhe, dentro do que discutimos e do que queremos, este é o Plano Nacional de Desporto.”*

Quando esse plano foi divulgado, nós vamos ter um bombardeio muito grande, vocês podem ter certeza, como ocorreu agora em algumas situações até da medida provisória do ensino médio.

Não quero entrar em méritos de alguns ritos, mas, em 2010, foi discutido e não avançou; em 2013, foi discutido muito e não avançou. Quer dizer, se muitas vezes ficar somente no campo das discussões e não avançar, não ir da ação à prática, não tem por que.

Eu tenho certeza de que tudo isto está sendo um totalmente registrado, sei da responsabilidade que os senhores e senhoras têm assim como nós também como Ministério, mas vai chegar o momento em que alguns vão dizer: *“não fomos ouvidos”* ou *“não teve tal situação”*. Então, nós vamos nos reportar aos senhores e senhoras e dizer: *“não, esta é a relação das pessoas que contribuíram para a elaboração desse Plano Nacional do desporto”*, sem qualquer situação que fique no subterrâneo de uma discussão, que não seja a melhor possível.

E o relatório que será feito, será feito conforme o acordo de vocês. Eu não vou encaminhar o relatório à apreciação do Ministério — e o Ministério tem todo o



livre arbítrio para mexer no que tiver que ser mexido e desenvolver sem que tenham o acordo final dos senhores aqui.

Então, a responsabilidade nossa é grande. Eu costumo até dizer, e não é ironicamente, não me entendam mal, que, em alguns momentos, os chamados engenheiros de obra pronta vêm ao final, quando já está elaborado e pronto. Ah! Mas tinham que ser mais ouvidos! Em todos os segmentos, muito bem citados aqui, não temos pressa, mas não podemos ficar em uma linguagem interiorana amassando o barro para uma situação. E que não se coloque isso para rodar.

A crítica verdadeira só virá a partir do momento em que se apresentar por decreto. Aí vem todo aquele bombardeio, que não poderia ser assim no esporte educacional ou escolar. O esporte de participação mereceria um tratamento diferente.

Enfim, isso está sendo transmitido ao vivo para o Brasil todo, como foi o outro e como serão todos. Então, chamo os senhores para que, a partir do momento em que nós tivermos essa situação, venhamos a assumir juntos a responsabilidade do que está sendo colocado no papel e do Ministro, dentro do que for seguido por nós aqui.

Então, é apenas uma situação em que eu acredito que o Ministério, dentro do que iniciamos a conversa até o final do ano, deve apresentar para uma apreciação final. E digo que não podemos fazer nada com pressa, mas não vamos ficar patinando em cima de algo que no final, após muita discussão, não há evolução. Algo nós temos que apresentar à sociedade.

O legado que nos foi deixado após Copa do Mundo e Olimpíadas é fantástico; é um legado que está aí. O Ministro esteve ontem aqui e é música para os nossos ouvidos ouvir o que o Ministro realmente fala em relação à visão dele de que, em termos de estrutura para alguns segmentos, nós estamos muito bem.

Trabalhando fortemente agora em uma organização política-esportiva, nós vamos atingir, sem dúvida, um trabalho fundamental. A visão que ele tem, pelo menos dentro da minha óptica, dessa chamada rota do esporte que está sendo desenvolvida, mas não é uma trajetória... O encaminhamento é feito modalidade por modalidade, desde a educação física escolar.



O Ministro Mendonça, da MP 746, está conosco. Nós estamos trabalhando para que possamos retornar com a educação física como obrigatória no ensino médio, assim como outras ações que estamos resolvendo na diplomacia. Eu tenho certeza de que uma dificuldade muito grande nós vamos avançar para um benefício fantástico.

Eu queria apenas que pudéssemos ter esse esclarecimento e dizer que o jogo está da metade pra frente e, dessa metade pra frente, logo nós vamos encerrá-lo. E nesse encerrar nós vamos ter que contar com a responsabilidade. Inclusive, quando situações de desagrado vierem, nós teremos que nos posicionar. Então, é uma solicitação que eu peço.

Temos tempo de mudar muita coisa ainda ou quase tudo, se for necessário, desde que realmente vocês acatem. Eu gostaria de chamar o Deputado João Derly. Ele é um dos autores do requerimento nas mesas redondas.

Dessa forma, eu queria só dizer o seguinte, passando por uma linha mais de conteúdo agora. As sugestões gerais que foram encaminhadas, como recursos, atribuições e competências, podem ser avaliadas. Vejam se os senhores foram contemplados dentro do texto. Se não tiverem sido, nos procurem para que tenhamos realmente esse diálogo de cooperação. Remete ao Sistema Nacional do Desporto.

A proposta de 2015 foi para criar um grupo de trabalho no Ministério do Esporte, debater sistema e subcomissão — todo um histórico e de maneira conjunta. O Ministério do Esporte adiou a discussão do sistema e a subcomissão continuou.

Quando o Ministério segurou lá atrás, nós continuamos as discussões aqui, o que ajudou um avanço muito grande dentro de uma proposta. A proposta atual é finalizarmos a discussão do PND e encaminhar ao Ministério na forma de uma indicação. Nós sempre temos que saber que é esta a nossa função.

O Ministério apresenta o plano CNE para aprovação por meio de decreto. Há então a apresentação do projeto de lei do sistema, resgatando as discussões já existentes; terminologias que eu vejo que o Presidente Jorge Steinhilber sempre nos cobra.



Eu vejo em quem vem de uma linha mais acadêmica uma definição de esporte. Eu vi, na reunião passada, Lars Grael. O que é atleta? Primeiro, temos que discutir o que é um atleta.

Nós temos que ter isso claro em um documento, senão ele vai ter que passar por uma reforma já na sequência, o que não há problema nenhum. Eu digo que, se em 2 anos acharmos que o que colocamos não foi bom, voltamos à discussão. Mas é sempre um remendo, uma emenda, conforme o nome.

Outras definições, na medida em que o texto do plano for avançando, as considerações e justificativas, as diretrizes incluídas na versão final do texto; situação de dinâmica do lazer, que foi colocada.

E eu quero deixar como último item o entendimento para uma discussão lá na frente. A meu ver, e eu percebo que tenho o apoio do Deputado João Derly. Quero ver a situação de vocês. De uma separação de esporte educacional, que é uma vivência da prática desportiva, que é uma prática da educação física... Talvez eu esteja até entrando em uma área do esporte escolar!

Eu falo que o esporte educacional tem, a meu ver, uma diferenciação do esporte escolar. Se nós conseguirmos ter essa diferenciação, esse trabalho, nós vamos poder avançar dentro de algumas situações, até mesmo dentro do próprio Ministério, sobre o que é esporte educacional, a vivência, a prática esportiva, o encaminhamento e o que é o esporte escolar.

Eu vejo alguns torcendo o nariz. Eu sei que fica uma situação acadêmica. Eu quero ser convencido, e gosto de mudar de ideia quando sou convencido, mas quero ouvir de vocês o que pensam sobre isso. O esporte escolar já entra em uma parte mais da competição, respeitando a sociedade brasileira de pediatria e a especificidade do esporte a partir dos 12 anos.

Enfim, eu dei só uma pincelada aqui do relatório. E passo a palavra agora ao Sr. Pedro Soutomaior, que é o responsável direto hoje dentro do Ministério. Posteriormente a isso, faremos a leitura do item.

Eu sei que talvez os senhores tenham voo, mas solicitamos que deixassem hoje o dia todo para que pudéssemos dissecar isso. Nós vamos ter que defender o criar aqui. Eu vou dividir isso com os senhores. Podem ter certeza de que estaremos



produzindo aí um belo trabalho, agindo com competência e responsabilidade, principalmente por parte das entidades que os senhores representam. Obrigado.

Com a palavra o Sr. Pedro Soutomaior.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Bom dia, Sras. e Srs. Eu represento aqui a assessoria especial de projetos do Ministério do Esporte. Hoje eu coloco aqui um pouquinho do trabalho que vem sendo feito desde que assumimos a nova gestão. A gente iniciou o nosso trabalho muito voltado para a questão do legado olímpico, justamente pela questão da urgência com que deveria ser tratada a destinação das instalações e dos materiais adquiridos, principalmente em relação a doações e ao encaminhamento disso.

A segunda prioridade do Ministério foi desenvolver o Plano Nacional do Desporto, que traria ali o planejamento estratégico do próprio Ministério e do esporte nacional. A gente notou que existia uma divergência ou uma ação não coordenada entre os intervenientes responsáveis pelo desenvolvimento no esporte do País. Identificou-se também que faltava realmente um canal de comunicação. A definição de diretrizes que tornam a ação desses intervenientes com resultado potencial mais eficiente para o desenvolvimento dessa política pública.

Então, qual foi uma das ações imediatas após a tratativa do legado? Foi a criação de um grupo de trabalho voltado para o desenvolvimento do Plano Nacional do Desporto. Então, esse grupo de trabalho buscou relatar a situação em que se encontrava o Plano Nacional do Desporto naquele momento.

O que já tinha sido produzido de conteúdo dentro do Ministério foi consolidado. A gente começou a abrir um canal de comunicação com intervenientes e com o próprio CNE, ou seja, o Conselho Nacional do Esporte, uma vez que este Plano Nacional do Desporto terá que ser aprovado, avaliado e construído em conjunto. Este é o nosso objetivo!

Como o Deputado Evandro Roman colocou, este é o momento de a gente contribuir para que a gente possa, em conjunto, chegar ao melhor resultado de um Plano Nacional do Desporto.

Nós vimos tratando isso junto ao CNE e, em uma ação coordenada, também junto à Subcomissão, devido ao trabalho muito rico vinha sendo desenvolvido aqui pela Subcomissão. Obviamente, o nosso objetivo é entregar um documento que



seja, de fato, operacional e que possa definir diretrizes, desdobrá-las em metas específicas e em ações até atingir esses objetivos do Plano. Para isso, hoje nós vimos buscar a contribuição de todos os senhores.

Já tivemos a primeira apresentação, de fato, no CNE. No dia 10, nós faremos a segunda apresentação no Conselho Nacional do Desporto. Hoje eu entendo que esta mesa-redonda é uma oportunidade de continuarmos essa construção.

Eu agradeço a presença de todos aqui. Reitero que o Ministério do Esporte hoje tem como prioridade o desenvolvimento do Plano Nacional do Desporto, que vai não só permear o Ministério, como os órgãos de planejamento estratégico plurianual dessa entidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Pedro. Essa é a linha mesmo em que nós estamos atuando, a mais harmoniosa possível.

Agora eu vou só passar as 5 diretrizes. Já passamos a relação de inscrição para a fala. Depois nós vamos abrir as discussões com o que os senhores concordam ou não nas diretrizes, nas metas. Embora tenha sido entregue aqui um papel, mas a relação já está disponível desde junho, ela estava disponível dentro dos endereços nos quais foi feito o encaminhamento.

Vou fazer a leitura só das diretrizes, não das metas, nem das ações, senão vai ficar maçante. Prefiro partir para a discussão.

Eu leio todas elas, os senhores e as senhoras depois vão falando, e nós vamos discutindo. Se formos ler aqui eu não aguento, nem vocês também.

Diretriz 1: *“Instituição de programa que garanta o acesso à prática e à cultura corporal do movimento — este ‘corporal do movimento’ foi uma solicitação encaminhada pela Simone Rechia, que esteve aqui na mesa-redonda do dia 30/06 — e do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, nas escolas de ensino fundamental e ensino médio”*. Não havia o “ensino médio”. Isso foi também um comentário do Alípio Neto, na mesa em que está aqui o TCU.

Diretriz 2: *“Instituição de programa que garanta o acesso universal à prática e à cultura corporal do movimento e do Esporte adequado e saudável, de forma a promover a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos jovens e adultos”*.



Também há comentários de Simone Rechia e do Jorge Steinhilber. Houve a solicitação para que fosse colocado conforme está aqui na comunidade virtual e na mesa-redonda do dia 30/06. Inclusive, há todas as solicitações para as ações também.

Diretriz 3: *“Tornar o Brasil potência esportiva de alto rendimento”*.

Diretriz 4: *“Construir uma estrutura de especialização e aperfeiçoamento esportivo para o alto rendimento, garantindo a todos os jovens o acesso a essa cadeia produtiva”*.

Diretriz 5: *“Consolidar o Plano Nacional do Desporto como instrumento imprescindível para o planejamento e desenvolvimento do esporte no Brasil”*.

Eu falo sempre de 20 anos, mas ele é um plano de 10 anos, conforme me estavam alertando aqui. Mas eu respondo com aquela máxima do Claude Bernard — *“Quem não sabe o que procura não identifica o que encontra”* —, ou com qualquer outra frase similar a essa. Dessa forma, se tivermos claros os objetivos que buscamos para os próximos 10 anos, tenho certeza de que os alcançaremos. Existem ferramentas muito boas vindas da comunidade, a qual pensa o esporte como uma atividade educacional, escolar, que requer a participação de todos para atingir o rendimento olímpico. Enfim, de um modo geral, para que nós possamos desenvolver o trabalho cada vez mais, precisamos ter afinidade com o trabalho.

Falamos demais. Agora é o momento de ouvir. Poderemos ler as inscrições na ordem, para dar a palavra aos convidados.

Vamos estipular uma meta de 3 minutos de fala, para que todos possam se pronunciar, havendo uma tolerância de mais 1 minuto. A reunião passada foi um pouco apertada e sei que 3 minutos é um tempo curto, mas vamos trabalhar no bom senso de 3 a 5 minutos. Eu acho que, como temos o dia, vamos conseguir ouvir todos os convidados.

O primeiro convidado inscrito é o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Brasileira de Clubes — CBC e Presidente da Federação Nacional dos Clubes — FENACLUBES.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Bom dia a todos e a todas. Eu queria fazer só algumas observações de encaminhamento.



Primeiramente gostaria de parabenizar o Deputado Danlei de Deus Hinterholz e o Deputado Evandro Roman, por estarem à frente desta Subcomissão Especial. Nós sabemos do histórico dos senhores não só como Parlamentares, mas com relação ao desenvolvimento do esporte no País. Isso é muito bom e muito importante.

Sou membro do Conselho Nacional de Esporte e logicamente acompanho todas as discussões em relação ao esporte. Não participei da primeira Mesa Redonda. Fiz algumas menções ao Pedro na reunião passada no Ministério do Esporte. Ontem ouvi atentamente as explanações do Ministro nesta Casa, na Comissão do Esporte. É importante dizer que ontem havia vários Parlamentares, e nós sabemos que, logicamente quando um tema é discutido no âmbito do Legislativo, passa pela Comissão.

Em minha opinião, pelo menos — eu gostaria de fazer um registro —, fico contente em relação a alguns alinhamentos que já foram feitos. Primeiramente, falou-se anteriormente que se tratava de uma proposta de projeto de lei e não o é. Trata-se de proposta de decreto-lei, e isso foi corrigido hoje. É importante justamente a possibilidade de o Ministério do Esporte estar envolvido com a Subcomissão, para se trabalhar num tema único, com foco.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que, como a proposta é do Ministério do Esporte, ela passa pela aprovação do Conselho, mas depois é submetida à Casa Civil, uma vez que é decreto-lei da Presidência da República. Por isso deve-se tomar cuidado em relação a algumas diretrizes, em minha opinião. Quando se imagina que esse documento vai ser assinado pelo Presidente da República, vê-se que ele não pode se confrontar, digamos, com divergências, outros Ministérios.

Dessa forma, há temas nas próprias diretrizes que serão discutidos na área da educação. Deve-se tomar cuidado e saber que esse documento vai para a Casa Civil e que quem vai assiná-lo é o Presidente da República. Não basta o Ministério do Esporte entrar em termos, digamos, que não são da sua área. Ele tem que focar dentro dessa Política Nacional do Esporte, envolvendo, sim, o lado da escola, envolvendo o esporte educacional, mas com o cuidado de não se envolver diretamente nos processos legislativos da área da educação.



Após ter ouvido tudo o que os Parlamentares e o Ministro disseram, eu queria fazer um registro. Sempre defendi que uma das prioridades do esporte deveria ser a discussão do Plano Nacional do Esporte — PND, mesmo porque está na lei e nunca sequer nós avançamos nisso. Concordo com o que disse o Ministro nesta Casa ontem: pela primeira vez, nós conseguimos em 3 meses consecutivos reunir o Conselho Nacional do Esporte, demonstrando uma valorização dessa atividade. Realmente parece-me que o Ministro está colocando isso como meta. E eu acredito que o PND vai sair.

Quero lembrar que, embora seja realmente uma prioridade do Ministério do Esporte, isso vem também de uma auditoria do Tribunal de Contas da União — TCU, que exige que realmente o Ministério cumpra a lei e aprove o PND. Dessa forma, isso já está entrando numa esfera não só política, mas também em relação aos órgãos de controle, o que é muito bom, porque isso ajuda a pressionar, ajuda a fazer e a acontecer.

Entretanto, como o senhor disse, Deputado Evandro Roman, temos que tomar o cuidado de não estabelecer um calendário muito curto, porque efetivamente se pode criar uma peça que acabe não sendo executada. Chamo a atenção disso, porque as pessoas desconhecem hoje que, em 2004, foi aprovada a Política Nacional do Esporte, que até hoje está em vigor. Porém, as pessoas sequer sabem que ela existe, porque ela foi criada de uma maneira tal, que se transformou em um documento caracterizado mais pelo aspecto redacional e burocrático do que pela efetividade.

De tudo o que ouvi ontem aqui, a única coisa que me impressionou positivamente foi de fato o projeto do Danrlei, em relação ao aumento efetivo do incentivo fiscal da Lei de Incentivo ao Esporte, que passou de 1% para 3%, até podendo eventualmente atingir as pequenas e médias empresas.

Por que digo isso? Para todos nós que acompanhamos as Olimpíadas, fica claro — no próprio levantamento da auditoria do TCU também — que não faltou dinheiro para o esporte. O que está faltando é realmente a efetividade e um plano de execução do esporte. Hoje as entidades não interagem, as diversas manifestações do esporte não têm um foco.



Eu acho que um grande desafio nosso não é construir um plano de ficção: “Ah, nós vamos colocar em todas as escolas práticas desportivas”. Se nós não fizermos um projeto para 10 anos, dentro do limite, não vamos conseguir. Sabemos que o Estado está quebrado, sabemos que os Estados estão quebrados. Dessa forma, este é um momento muito ruim para se discutir leis que enfoquem efetividade. Por exemplo a questão das loterias é importante? É importante, porém sabemos que vai ser difícil mexer nisso. Assim, temos a Lei de Incentivo ao Esporte, que é importante; temos o Bolsa Atleta, que é importante; temos a Lei Pelé, que é importante. Nós temos instrumentos importantes, temos orçamento próprio no Ministério.

Sendo assim, qual é a realidade? Podemos fazer um plano executável, por meio do qual realmente todo mundo saiba para onde vai o dinheiro, onde ele se inicia — início, meio e fim. Dessa forma, quero registrar que, se nós não avançarmos nesse sentido, vamos ficar de novo discutindo mais um ano, nada vai acontecer e tudo vai continuar como dantes.

Era esse o meu registro inicial

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Boscolo. Eu concordo com o senhor em relação a várias situações. Também concordo com o fato de que a questão do esporte hoje não é falta de recurso, mas é organização, a criação de um processo no qual as instituições se comuniquem. Eu disse isso ontem durante a fala do Ministro. Ele está convencido. Pelos próximos 2 ou 3 anos não podemos falar em recursos. Temos que falar em organização de uma política que comece da situação mais embrionária do esporte ao mais alto rendimento.

Eu concordo com a elevação do percentual de 3% da Lei de Incentivo ao Esporte, porque nós não conseguimos atingir o teto. Nós chegamos a 40%. Então, não precisamos mexer no limite. E o Ministro se posicionou ontem. Ele tem clareza em seu posicionamento quanto ao desenvolvimento dessa trajetória do esporte escolar — detectar o atleta e encaminhá-lo ao lugar mais apropriado. Isso está muito claro para ele. Nós temos nele um grande apoiador.

Quanto à questão da educação, eu digo que, como Parlamentar, tenho discutido com o Ministro Mendonça pessoalmente. Vamos colher muito bons frutos — com silêncio e com diplomacia, não com bravatas — deste relacionamento que



está se encaminhando, envolvendo o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, envolvendo o Ministro Mendonça, da Educação. Mas não podemos ficar numa linha na qual se discute muito e se age pouco.

Tínhamos anunciado a chegada do Sr. Luiz Lima, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, e também do Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação — SEB/ME.

Agradeço a presença dos senhores. Estávamos falando há pouco sobre como estamos discutindo o esporte na escola numa situação de proximidade com o Ministro Mendonça. Isso nos tem deixado avistar um cenário muito positivo pela frente.

Não há como construir o Plano Nacional do Desporto sem unir esporte, saúde e educação — não há. Quem diz isso são as pessoas que militam há um bom tempo nas políticas do esporte e, por isso, tenho certeza disso. Trata-se de enxugar gelo. Se formos por esse caminho, vamos ficar enxugando gelo.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Arialdo Boscolo. Como ele já falou, vou conceder a palavra a outro convidado.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Sr. Presidente, quero falar rapidamente sobre isso, até pela importância que os senhores vão ter a partir de agora, com essa mudança na Lei de Incentivo ao Esporte — Ana Moser, que é dos Atletas pelo Brasil; Lars; o próprio João Derly, nosso Deputado, que também conhece muitos atletas.

Já está na mesa do Presidente da Casa — é só ele pautar — a mudança de 1% para 3% na Lei de Incentivo ao Esporte. E, se nos quisermos, Arialdo, mais apoio ao esporte, nós vamos ter que correr atrás nesta Casa. Vamos ter que trabalhar juntos atrás de “dinheiro novo”, como dizemos. Nós sabemos da importância do que disse o nosso Ministro do Esporte. Que bom que ele está conosco e que pensa igual a nós.

Mas nós vamos ter que dar algumas ideias sobre como vamos correr atrás e como vamos fazer para conseguir esse dinheiro novo para o esporte. Isso é importante. Daqui a pouco trabalharemos em questões novas que possam vir de projetos de lei. Mas, só com essa mudança de 1% para 3%, tenho certeza de que



vamos dar um grande passo em favor dos nossos atletas. E nós vamos precisar de todos vocês, sim, neste ano ainda, na votação. O Ministro se comprometeu também em trazer toda a comunidade, todos os atletas, todos que tenham interesse em que essa lei mude de 1% para 3%. Vamos precisar muito de todos vocês no dia dessa votação, para mostrar a esta Casa que é interessante e importante que seja votado o projeto dessa mudança de 1% para 3%. Vocês serão importantes ainda este ano nessa questão também.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Posso fazer um pequeno aparte, Deputado Evandro Roman? Na verdade, é isso. Entretanto, trata-se daquela situação: *“Temos de combinar com o inimigo também”*. Se nós fizermos um trabalho só na Câmara, não resolve. Nós temos que fazer o trabalho também na Receita Federal, porque, se não combinarmos com o Ministério da Fazenda, com a Casa Civil, esse projeto não passa.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Passar de 1% para 3%, como disse o Deputado Evandro Roman, não impacta na Fazenda, porque, nesses 10 anos da Lei de Incentivo, sequer ao limite. Os 3% fecham o montante todo de 10 anos atrás. Assim, nós nem reajustamos os valores, porque não é preciso. A elevação de 1% para 3% não impacta em nada em relação à Fazenda. Por isso conseguimos dar um andamento nisso. E foi um trabalho feito em conjunto desde o início com o Ministério do Esporte. Foram eles que contataram a Fazenda, e, graças a isso, conseguimos dar andamento a esse projeto, que eleva o incentivo fiscal de 1% para 3%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu gostaria de falar mais sobre isso, antes de registrar o nome de alguns companheiros que chegaram.

Sempre tive algo na minha vida que era um foco. Quando escuto as palavras “é difícil”, “isso não vai dar certo”, “é impossível”, isso me dá muita energia, aquilo me desafia no silêncio. Dessa forma, fiquei entusiasmado quando ouvi você se expressar da seguinte maneira: *“Se é difícil, temos que começar antes”*.

Eu não estou sendo um entusiasta desordenado. Estou dizendo o seguinte: *“É gostoso ouvir o impossível”*. Eu digo que, no campo do impossível, a concorrência é menor. Vamos para cima, que lá é mais fácil de chegar. No campo do impossível, a concorrência é menor. Vamos para cima.



Boscolo, a sua experiência, a forma realmente é adequada. Pela vivência, tenho certeza da sua clareza. Vamos fazer uma discussão num ritmo sem pressa. Nós não podemos ter pressa em terminar algo que vai definir o esporte por pelo menos 10 anos. Dessa forma, vamos numa linha que nos leve devagar. Não tenho pressa hoje. Quero dizer aos senhores que, se eu tiver que sair daqui às 20 horas, eu saio às 20 horas ou às 23 horas, como na votação, quando saímos de madrugada, às 2h40min. Não vejo problema nisso.

Eu só gostaria de chamar à frente — registro a presença do Deputado Fábio Mitidieri, que também estava aqui — e apresentar um colega nosso de partido e um grande Líder, o Presidente dos Correios do Brasil, o Deputado Guilherme Campos. A ele damos as boas-vindas realmente.

Trata-se de uma pessoa com quem temos conversado. Quando eu o convidei para vir, eu lhe disse: *“Não vamos entrar na linha de patrocínio, dificuldades, estatais”*. Eu acho que é bom deixar isso para um segundo momento, porque isso não cabe no Plano Nacional do Desporto. Senão, nós vamos desviar o foco

Deputado Guilherme Campos, receba nossas boas-vindas. E nos colocamos à sua disposição.

A questão, Guilherme, refere-se à comunidade que representa os atletas e os treinadores — Municípios, Estados, Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte, Ministério da Educação, enfim, toda a estrutura do Governo. Desse grupo irá sair o encaminhamento para o Ministro Picciani de toda a estrutura da definição do esporte para o plano nacional — do desporto público pelo menos — para os próximos 10 anos.

O SR. GUILHERME CAMPOS - Agradeço ao Deputado Evandro Roman, ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz e a todos os presentes pela oportunidade de estar aqui, em nome dos Correios do Brasil, nesta Comissão, que discute o esporte no Brasil, o esporte que fez a sua parte durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e que tem que ter a sua política de Estado. E, dentro dessa política de Estado, fica uma política em paralelo que é a das estatais.

Falando em nome dos Correios, quero dizer que os Correios passam por um momento muito difícil, muito difícil mesmo. Isso põe em cheque todos os patrocínios e, dentre os patrocínios, há o patrocínio da área do esporte. Ele tem uma parceria



muito antiga com a CBDA de 25 anos, com o tênis, de 7 anos, e com o handebol, de 5 anos.

Há 15 dias nos chamamos as três confederações e conversamos sobre as nossas dificuldades, expusemos os nossos limites e o quanto nós poderemos estar participando com o patrocínio na área do esporte, e o número a que chegamos é sensivelmente inferior ao que vinha sendo praticado nos últimos anos. Tentaram levar para um lado que é em função dos resultados obtidos nas Olimpíadas. Eu esclareço e deixo aqui, de uma maneira muito cabal, que não tem nenhuma relação com os resultados das Olimpíadas. O esporte não é medido por uma competição. O esporte é medido ao longo do tempo na formação e na manutenção dos atletas. O que provocou esse movimento de diminuição sensível e acentuada dos valores a serem colocados em patrocínios no esporte é a situação da empresa que é uma situação muito difícil.

Quero deixar isso bem claro, para que não haja nenhum tipo de ruído a esse respeito. A partir do momento em que a imprensa possa estar contribuindo de uma maneira mais robusta para com o esporte, ela fará isso novamente, porque acredita no esporte, o esporte como um complemento à educação, por tudo aquilo que ele representa. Desse modo, tem que ser uma política de Estado.

Aqui, na Câmara dos Deputados, há figuras ligadas ao esporte que entendem de esporte, como os Deputados Evandro Roman e Danrlei de Deus Hinterholz, que podem contribuir, e muito, para a formulação da política para o esporte dentro do Brasil.

Então, agradeço, mais uma vez, pela oportunidade. Não estava previsto nada na minha agenda, S.Exa. me pegou de surpresa na sessão solene dos 100 anos do Deputado Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós é que agradecemos a sua cortês atenção com o esporte. V.Sa. é um desportista torcedor ferrenho da Ponte Preta. É uma pessoa que realmente gosta muito da questão esportiva, mas as dificuldades nós entendemos, Sr. Presidente, pode ter certeza disso. Obrigado pela sua presença.



O SR. GUILHERME CAMPOS - Não podia perder a oportunidade, pois sou uma cara otimista. Quem torce para a Ponte Preta tem que ser muito otimista. Certo, Arialdo? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Guilherme. Um grande abraço a todos.

Dando sequência, eu passo, numa ordem agora, sem qualquer interferência nossa, a palavra ao Prof. Miguel, Ana Moser, Ismar e Wladimyr.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Bom dia a todos e a todas. Já citado na referência, eu sou o Prof. Miguel, sou hoje Diretor da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, uma das universidades públicas paulistas.

Em nome desse trabalho que eu venho aqui falar da questão da formação, aquilo que já foi colocado anteriormente. Se há instituições que cuidarão dos profissionais que trabalharão nessa temática do plano nacional dos esportes, as universidades formadoras, protagonistas na formação acadêmica desses profissionais são as universidades públicas. Não estou tirando o mérito das privadas, mas as universidades públicas têm esse protagonismo.

Por que estou dizendo isso? Porque nós estamos passando por uma turbulência muito grande na área da Educação Física. No final do ano passado, passamos pela turbulência da tentativa da extinção da formação em bacharéis em Educação Física. Essa ideia ainda não está descartada, está latente.

Então, é preciso avançar nisso. Se extingirmos o bacharelado em Educação Física, teremos muita dificuldade para encontrar profissionais com formação para trabalhar nessa área temática, em qualquer que seja o âmbito dela — municipal, estadual ou mesmo federal.

Caros Deputados Danrlei, Evandro e demais senhores aqui citados, estamos agora passando por outra turbulência: a possível retirada da matéria Educação Física da carga horária das duas séries finais do ensino médio.

Há ainda uma turbulência que identifiquei há pouco, por meio do Prof. Jorge, do CONFEF, relativa a uma proposta de formação ampliada que está sendo discutida no CNE, na qual o aluno entraria uma única vez na universidade e sairia com duas certificações, com dois diplomas — de bacharel e de licenciado. Quem é



esse profissional que iremos formar? Deve-se ter um pouco de cuidado no encaminhamento disso.

Decerto isso está sendo discutido de forma muito alinhada entre os Ministérios da Educação, do Esporte e da Saúde, o que é excelente, mas não nos esqueçamos de que há algumas turbulências, alguns ruídos aí nesse caminho. É preciso que se tenha cuidado com a formação.

A proposta aponta qual é a formação que queremos que seja dada nas universidades? Que tipo de formação nós vamos dar ao profissional dessa área para que ele possa atuar a contento, na ponta, ou seja, na formação de crianças por meio da aula de Educação Física no sistema educacional, seja ele municipal ou estadual? É nesse sentido que falo de alguns cuidados que teremos de ter mais à frente, quando já estivermos na iminência do envio dessa proposta ao Ministério da Educação.

Outra situação se refere à necessidade de inclusão nessa proposta de algo que talvez esteja contido nela como pano de fundo, mas que tem de estar figurado de maneira mais explícita: a questão do portador de deficiência. A UNICAMP é protagonista na formação de recursos humanos para atuar na área da Educação Física escolar com o fim de atender a criança portadora de deficiência.

Eu penso que o Plano Nacional do Desporto também tem que conter alguma diretriz maior para a questão da participação da criança portadora de deficiência — o que hoje chamamos de inclusão —, que estabeleça condições para que, mais à frente, dentro dos objetivos de cada uma das diretrizes, se proceda inclusive à construção de espaços esportivos.

A Faculdade de Educação Física da UNICAMP tem um convênio com a Prefeitura de Campinas para a capacitação de professores de Educação Física no atendimento a crianças portadoras de qualquer tipo de deficiência. Hoje, durante a aula de Educação Física, elas são colocadas de lado na maioria das nossas escolas.

A UNICAMP é protagonista nessa iniciativa, tendo sido inclusive citada pelo Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, que disse que a Paraolimpíada não teria tido o sucesso que teve se não fosse a participação das três universidades brasileiras que estão mais envolvidas com isso. A UNICAMP se envolveu muito nessa questão. E hoje nós temos esta situação.



É por isso que eu falei antes do protagonismo que o atendimento à criança portadora de deficiência deve ter na formação do futuro professor ou profissional de Educação Física. É preciso haver alguma referência a isso na proposta. Não sei bem em que parte dela isso estaria inserido — não sei se isso entraria como uma diretriz —, mas é importante que essa criança também seja atendida.

Encerro a minha fala dizendo que precisamos considerar as situações relacionadas àquelas que vão dar a formação ao profissional de Educação Física, as instituições de ensino superior, para, a partir disso, programarmos os conteúdos básicos que devem ser ensinados durante essa formação. E não nos esqueçamos da criança portadora de deficiência, mesmo no âmbito do esporte. Ela também tem que ser contemplada.

Basicamente, é isso o que eu tenho a dizer até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Miguel, pelas suas considerações.

Por favor, registre isso que o senhor mencionou como uma sugestão — isso vai ficar público —, para que possamos encontrar uma maneira de atender essa necessidade. Já faço um encaminhamento no sentido de trabalharmos isso numa discussão geral, para decidir se isso será tratado como uma diretriz ou, enfim, com um adendo.

Concedo a palavra à nossa eterna atleta Ana Moser.

A SRA. ANA MOSER - Bom dia.

Devido ao tempo curto, eu vou começar minha fala pelo fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sinta-se à vontade para falar além desse tempo. Nós estamos sem pressa. Só estabelecemos um limite para que houvesse um parâmetro.

A SRA. ANA MOSER - Só para a pessoa ficar com vergonha e parar de falar quando estourar o tempo, não é? (*Riso.*)

Há uma realidade no Brasil de cerca de 30% de pessoas ativas e 70% de pessoas sedentárias. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar — PeNSE traz de maneira arredondada esses dados. Uma pesquisa do Instituto IPSOS encomendada pelo SESC realizada com indivíduos com idade a partir de 16 anos também traz números mais ou menos parecidos, assim como outras.



Eu sei que o Diagnóstico Nacional do Esporte aponta que 50% dos brasileiros são ativos, mas o fato é que no Brasil há muita gente fora da atividade física, da atividade esportiva. Inclusive — não é, Prof. Jorge? —, o Diagnóstico aponta que só 10% dos ativos fazem atividade física com orientação profissional, 10% dos ativos estão inseridos no sistema competitivo.

Então, nós temos um contexto de não prática, e esse não é um problema brasileiro, mas mundial. O problema da inatividade física é um problema mundial. Não é fácil mudar isso. Estamos falando de uma cultura e, para mudar essa cultura, é preciso dar oportunidades de acesso e criar métodos adequados aos diferentes perfis.

Nem todo mundo vai virar atleta. Nem todo mundo nasceu e cresceu com este tamanho de mão, com este tamanho de braço. O que eu mais ouço na vida são pessoas dizendo: “*Poxa, adoro vôlei, mas eu sou pequeno e não tenho onde jogar*”. Mas em Nova Iorque, por exemplo, existem ligas de 70 ou 80 times amadores — aí, todo mundo tem lugar para jogar.

Nós temos uma limitação muito grande, e promover essa mudança de cultura não é fácil, é um desafio enorme. No meu entender, ela só tem chance acontecer se isso for assumido realmente como um objetivo maior, não simplesmente como um plano. Nós temos, com certeza, que entregar um plano — essa é uma medida ótima e necessária, exigida legalmente —, mas só isso não vai mudar a cultura.

Então, esse objetivo maior envolve um pacto nacional pelo esporte, envolve um posicionamento, que deve vir de cima para baixo. Trata-se de um direcionamento de governo, não só da Pasta do Esporte. É preciso haver novas estratégias, novos atores e, especialmente, programas intersetoriais.

Eu acho que uma das principais metas desse plano deve ser a criação de um ambiente que permita essa expansão. É preciso haver a participação das instâncias intersetoriais, das Pastas de Esporte, Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, a qual envolve muita infraestrutura, bem como da sociedade civil organizada.

O esporte de rendimento é uma parte desse contexto. Na verdade, ele é a parte mais organizada, mais visível e mais reconhecida. Um atleta federado entra num clube, disputa um campeonato, tem uma (*ininteligível*) de federação. Ele está ali



reconhecido. O clube de que ele faz parte é reconhecido por esse sistema, assim como a federação e a confederação.

Uma série de atores que não praticam o esporte de rendimento não é visível, não é reconhecida. Não temos nem uma representatividade, por exemplo, do terceiro setor, do setor social, no Conselho Nacional do Esporte. Ele não funciona, ele não existe.

As instituições da sociedade civil estão representadas lá de uma maneira genérica, mas não de uma maneira reconhecida, de modo que sejam visíveis e, assim, possam fazer parte de algum plano, de alguma política. Então, ao elaborar o Plano, é preciso olhar além daquilo que já é reconhecido e que hoje nos leva a esse número mágico de 30%.

Concordo muito com o que o Arialdo disse. Nós temos conversado muito sobre isso. Na verdade, eu atuo há 15 anos nessa área social discutindo essas questões — sei que muitos aqui estão atuando nela há muito mais tempo do que isso — e sempre me cruzo com as mesmas pessoas.

Essas discussões já produziram um histórico enorme no que se refere a conteúdo, a definição do esporte. Veem-se no texto do Plano diferentes conceitos, diferentes maneiras de expressar algo. Até a própria palavra desporto é uma palavra antiga. Hoje em dia, usam-se outras nomenclaturas para ela.

As dimensões do esporte são esporte de rendimento, esporte de participação e esporte educacional, sendo que nesta última se inclui o esporte escolar ou esporte de formação. Eu acho que nós não estamos facilitando essa estruturação. Isso me causa temor no sentido de estarmos fazendo mais do mesmo e não efetivamente elaborando um plano factível, com metas factíveis e graduais.

Então, se há uma pesquisa, a PeNSE, que aponta que 30% dos alunos são ativos e considerando-se que a meta que se quer atingir é de 100% de alunos ativos, qual é o caminho para se chegar a ela? Quanto tempo se vai demorar a atingi-la? Quem vai estar envolvido nisso para que se consiga aumentar essa quantidade? Sem qualificação, não se consegue aumentar esse número. Como na prática isso vai acontecer?

Eu vejo que, de uma maneira geral, está muito clara a questão do contrato de desempenho com as instituições do sistema federativo do esporte — federações,



etc. —, do sistema de rendimento, mas eu não vejo a mesma clareza em relação a outro setor.

De uma maneira geral — e isto eu já sugeri, por meio do *site*, que fosse incluído no texto —, sugiro a criação de duas novas figuras. Um delas é um cadastro nacional de esporte, uma rede nacional de esporte, com a qual as instituições não reconhecidas possam passar a sê-lo, inclusive clubes comunitários, ONGs e as próprias unidades do Sistema S que fazem esse atendimento.

E as crianças e os jovens são os mesmos, não importando por qual Pasta sejam atendidos. Tem-se que focar o indivíduo e a coletividade. Há projetos de esporte e de atividade física nas áreas da saúde, da assistência social, da educação — nesta última, principalmente no contraturno.

Como reconhecer esses espaços para que se tenha uma visão do que está acontecendo e se possa influenciar na implantação de políticas, na concessão de financiamentos? Como prever um financiamento sem saber com que se está lidando e aonde esse recurso pode ser direcionado, ser escoado, para que se possa atender a 100% dos estudantes e, no que refere à atividade física com fins de saúde e lazer, aos 70% de jovens e adultos inativos?

Então, a rede nacional do esporte é um reconhecimento, é um cadastro nacional. É ela a base das políticas da Austrália, da Inglaterra e, especialmente, do Canadá, país que influenciou muito as discussões que se fizeram longamente durante o ano passado num outro GT que foi criado. A visão da política do Canadá é a de uma nação saudável, onde toda a população é atendida e as instituições que fazem esse atendimento são reconhecidas, de uma maneira nominal, de uma maneira numérica, com responsabilidade.

Eu falaria da mesma maneira das responsabilidades de Municípios, Estados e União. Como é que o Município lida, por exemplo, com a pressão por uma bolsa-atleta *versus* a obrigação legal de atender prioritariamente as dimensões educacional e de participação do esporte? Como é que se lida com a gestão da rede nacional de treinamento e com as infraestruturas? Alguns espaços já foram entregues; outros estão sendo planejados para serem construídos. Como ele lida com a manutenção desses espaços *versus* a obrigação legal de atender prioritariamente ao esporte educacional e à participação.



Somado a essa Rede Nacional, pensando na qualificação, precisamos ampliar o número de pessoas envolvidas no esporte, também na condução dessas atividades. Falamos em professores formados, em profissionais da área, em professores generalistas, em monitores esportivos, em voluntários, em ampliar essa rede de pessoal envolvido na orientação das atividades, para que possa ser ampliado e chegar a metas.

Como é que se qualifica esse pessoal? Como aproveitamos o conhecimento desenvolvido no terceiro setor, no SESI, no SESC? O Instituto Esporte e Educação que eu dirijo forma 4 mil professores por ano, em centenas de Municípios, no Brasil inteiro. O Instituto Reação, do Flávio Canto, tem uma tecnologia de formar atletas. Como isso é aproveitado dentro desse movimento para qualificar os profissionais do esporte?

Então, é preciso reconhecer esses atores e organizar numa rede nacional de formação. É necessária uma rede nacional de esporte com cadastro, uma rede nacional de formação com esse reconhecimento.

Quanto ao financiamento, não dá para nós falarmos de plano factível, como disse o Aivaldo, sem pensar como se financia tudo isso. É preciso fazer as escolhas. Temos uma concorrência muito grande no que se refere a recurso e uma centralização. Nós sabemos que há prioridade constitucional no esporte de rendimento. Nós sabemos que 70% são recursos destinados a esse setor, devido à Lei de Incentivo ao Esporte de alto rendimento, do Ministério nesse ciclo olímpico totalmente concentrado. Os recursos da iniciativa privada, das estatais estão totalmente concentrados no esporte de alto rendimento. Temos que fazer essas escolhas e enfrentar esses dilemas.

Eu represento, de maneira geral, atletas do Brasil, mas também o Instituto Esporte e Educação, a Rede Esporte pela Mudança Social. São mais de 70 ONGs no Brasil que incentivam a prática do esporte. Participo da CBC — Confederação Brasileira de Clubes. Tentamos fazer nossos movimentos para ajudar a sociedade civil a participar. Nós nos colocamos à disposição para os próximos passos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Ana Moser.

Eu diria que esta é uma Casa política, de diálogo. Cito política, no bom sentido da palavra, de grandes acordos. Nós temos duas situações em suas



manifestações, que eu acho muito relevantes. A primeira, peço que acrescente tudo isso ao texto. A segunda, numa próxima mesa-redonda, poderíamos fazer o que politicamente chamamos de voto em separado, ou seja, que apresente um voto em separado, discordando ou não do que o relatório.

Concordo com os senhores, onde o braço do Governo não atinge, quem chega são as organizações não governamentais — ONGs. Aliás, são os trabalhos feitos pelos senhores.

Vamos tentar fazer isso, para que toda essa sua ideia esteja contida dentro de um único projeto. Eu acredito que se nós conseguirmos unir todas essas instituições haverá um sucesso muito forte pela frente.

Assim, nós teremos uma colcha de retalhos, cada um fazendo a sua parte, e não fazendo elas se comunicarem de uma forma, que seria a Rede, citada por V.Sa. Gostei muito da sua fala.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Deputado Evandro Roman, V.Exa. me permite fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Tem a palavra o Sr. Pedro Soutomaior.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Ana, é importante frisar que o conceito de Rede Nacional de Treinamento está sendo desenvolvido também dentro do Ministério. Isso é algo bem embrionário. Este é um conceito que já vem sendo trabalhado e hoje já está sendo operacionalizado inclusive.

Hoje, a gente está trabalhando nas diretrizes gerais, mas os primeiros passos dele são justamente em relação ao Centro Olímpico de Treinamento. A gente identificou que, com o recebimento dos eventos, houve a oportunidade de construir e desenvolver grandes instalações, que passaram a ser instalações de referência mundial. Com isso, ao olharmos para a pirâmide do esporte de rendimento, verifica-se que ganhamos o topo dela, o chapéu da pirâmide.

Hoje, já existe uma portaria que estabelece critérios para o cadastramento de instalações na Rede Nacional de Treinamento. Em Deodoro, todas as instalações do Exército já estão cadastradas, a UERJ também está cadastrada com um Centro de Medicina Esportiva.



A gente ainda está dando os primeiros passos, mas isso é algo, sim, que está sendo pensado e vai acabar sendo desenvolvido em paralelo com o PND. Eu vou ficar contente se a gente puder conversar e se debruçar sobre esse assunto de forma detalhada, não só com relação à instalação, mas também, como foi colocado, com relação aos profissionais de apoio e ao próprio conhecimento adquirido, como por exemplo, no Instituto Reação, os treinadores, os psicólogos e os nutricionistas.

A gente vive num País muito amplo, então, vê-se a necessidade de a gente se conectar e disseminar esse conhecimento, dando uma espécie de plano de carreira e a visibilidade de quais profissionais podem auxiliar esse atleta.

Enfim, isso realmente está sendo desenvolvido. Eu acredito que a gente possa continuar debatendo este tema, talvez, num segundo momento, mas é importante ressaltar que isso está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Concedo a palavra ao Sr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Bom dia a todos! Agradeço ao Deputado Evandro Roman, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes e os membros da Mesa.

Quero dizer que é uma satisfação e um prazer estar mais uma vez aqui no Congresso discutindo a política esportiva brasileira. Quero dizer, talvez fosse desnecessário, que o TCU é apenas um prolongamento desta Casa, portanto, viremos quantas vezes formos solicitados para debater e contribuir com as nossas análises. É neste contexto que eu quero lançar algumas sugestões de forma bastante rápida, as quais eu prometo formalizá-las e ajudar na construção do texto.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu fico muito feliz com a forma democrática adotada pela Comissão para a discussão de assunto tão importante. Mas fico ainda mais feliz quando ouço o Deputado Evandro Roman dizer que a gente precisa, em algum momento, concluir este processo para termos o Plano Nacional do Desporto finalmente aprovado e, mais do que isso, implementado.

Então, de antemão, eu queria dizer que o TCU tem uma cultura e uma diretriz de acompanhamento de projetos importantes e fará o acompanhamento da implementação do Plano Nacional do Desporto assim que ele for aprovado, porque



eu acho que é um auxílio para tirar do papel e colocar em prática tudo isso que está sendo discutido aqui.

Nesse aspecto, como minha primeira contribuição, eu digo que eu senti falta, nesta versão, de prazos para as metas. Espelhando-nos em outros planos, é muito importante que nós tenhamos como fazer o acompanhamento a partir de *deadlines*, a partir de prazos, para que as políticas e as ações sejam implementadas.

Então, o PNE, que é uma inspiração nossa, tem prazos estabelecidos para a maioria das metas, o que nos orienta em termos de prioridade para fazer o acompanhamento. A questão do prazo, portanto, eu acho que contribui bastante para a efetividade.

A segunda questão é que o TCU tem feito avaliações da aplicação de recursos públicos. Eu queria dizer que a nossa principal preocupação, naturalmente, é avaliar, sob o foco do interesse público, se os recursos públicos estão sendo bem aplicados.

Então, uma primeira preocupação, naturalmente, é ver se o dispositivo da nossa Constituição tem sido cumprido no sentido de destinar recursos públicos prioritariamente ao setor educacional. Nós temos a intenção de apurar e levantar números sobre isso. Eu acho que todos conhecem a realidade, talvez não em termos numéricos, mas essa prioridade talvez ainda não seja uma verdade.

Fico muito feliz ao ver que o Plano eleva a meta da diretriz do desporto educacional como a primeira delas, já é muito importante essa sinalização. Além disso, quero dizer que, como fruto das nossas avaliações, há um espaço ainda muito grande para se aperfeiçoarem os mecanismos de governança das confederações e das entidades do Sistema Nacional do Desporto. Então, a governança hoje é baseada no tripé: liderança, estratégia e controle.

Estão aqui hoje vários líderes técnicos da área de esporte que se transformam em líderes políticos e gestores do setor. E não temos muita preocupação com relação a isso. Do ponto de vista da estratégia, estamos aqui discutindo um plano que vise a suprir a política. Mas ainda é preciso avançar em termos de aprimorar os mecanismos de controle dos recursos públicos geridos tanto pelo Ministério do Esporte como pelas entidades que recebem recursos. Senti falta,



portanto, de mecanismos e diretrizes que incentivem o aprimoramento dos mecanismos de governança, para que gerem recursos públicos na área de esporte.

Outra orientação importante da nossa análise diz respeito à concentração do investimento do esporte em determinadas regiões do País. Talvez o Plano possa avançar também nisso, estimulando a desconcentração dos projetos de incentivo e dos próprios investimentos diretos pelo Brasil inteiro, e não somente focando, como acontece hoje, a Região Sudeste.

Quero ainda dizer que talvez possamos avançar também em metas ou diretrizes que estimulem a captação de patrocínios do setor privado. O exemplo trazido aqui pelo Presidente dos Correios é emblemático. O poder público não tem mais capacidade de investir, e devemos perguntar se é mesmo papel do Estado fazer esse investimento no esporte de alto rendimento. O TCU fez um levantamento em que revelou que apenas 16% dos patrocínios aplicados em esporte de rendimento são privados. Ou seja, a maior parte dos recursos aplicados em patrocínio provém de empresas estatais, o que talvez precise ser revertido, ou pelo menos discutido para reverter esse quadro.

Por último, apenas como contribuição da avaliação dos resultados, nós teremos um Plano — e isso é muito bacana —, mas precisamos avaliá-lo. Então, podem-se prever formas e momentos de avaliar esse Plano, que, pode-se dizer, é uma primeira tentativa. Por isso, a ideia de não ser perfeito é muito bacana também. O PNE está aí como exemplo novamente, foi o segundo plano, que já é muito bom, mas fruto de uma experiência anterior que ainda será aperfeiçoado no próximo. Então, talvez possamos aprimorar o mecanismo de avaliação dos resultados, não apenas do Plano em si, mas também dos resultados da política esportiva, evoluindo não apenas no cômputo de medalhas e resultados, mas também em outros aspectos, que podem ser avaliados como resultado da política esportiva.

Então, são rápidas contribuições, que não redigi, mas que posso apresentar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor, aguardamos a apresentação do Dr. Ismar, para que possamos ter essas contribuições. Essa questão de falar dos prazos é importante. São coisas que vão ficando soltas, muitas vezes, na nossa fala. Obrigado pelas suas considerações.



Com a palavra o Sr. Wladimyr.

O SR. WLADIMYR CAMARGOS - Bom dia, Presidente, Deputado Evandro Roman. Cumprimento também o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, o Deputado João Derly, os demais presentes, os colegas representantes de entidades e demais autoridades.

Sou professor de Direito Desportivo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Desportivo, estou honrado com o convite para participar da audiência representando a Comissão de Juristas do Senado Federal que está elaborando o anteprojeto de lei geral do esporte. Temos essa missão desde o ano passado, conferida pelo Presidente da Casa, e estamos no prazo final. Até dezembro, entregamos, assim como nos foi encomendada pela Presidência da Casa, uma proposta de consolidação da legislação esportiva brasileira, obviamente que também propondo modificações e avanços no que já existe. Não é uma tarefa pequena. Nós somos 13 membros, todos envolvidos com esse tema da área do Direito Esportivo e o esporte como um todo.

Não vejo outra forma de contribuir com este debate senão inicialmente parabenizando a Câmara dos Deputados pela iniciativa. Desde 1998, desde a nossa 2ª ou 3ª Lei Geral do Esporte, que é a Lei Pelé, está previsto um Plano Nacional do Desporto. Mas não temos esse plano ainda. Então, independentemente da forma, se será uma lei, como no Plano Nacional da Educação, ou, como em outros casos, um ato de gestão, um ato executivo, a iniciativa é mais do que louvável.

Na Comissão de Juristas, trabalhamos também com a ideia do Plano Nacional do Esporte. E faço aqui um parêntese: nós tomamos a iniciativa na Comissão de não mais utilizar o termo “desporto”, que é um lusitanismo que acabou sendo trazido para o Brasil nos anos 30 ou 40 com a intervenção de João Lyra Filho, e está correto no nosso entender. Com toda a humildade, divirjo dos que pensam diferentemente, mas o termo correto é “esporte”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Permita-me interrompê-lo. Nós ficamos nesse dilema entre “esporte” e “desporto”, mas, como existe o PNE da Educação e a matriz tem origem portuguesa, nós seguimos usando “desporto”.



O SR. WLADIMYR CAMARGOS - Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu não corrigiria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sei.

O SR. WLADIMYR CAMARGOS - Segundo, a nossa Comissão de Juristas chama-se Comissão de Juristas para o Desporto Brasileiro — desporto! (*Riso.*) Então, continuamos ainda a usá-lo. Mas a nossa proposta, até provocados por Senadores, seria romper essa tradição ou propor a ruptura dessa tradição e utilizar “esporte”. Mas os que pensam diferentemente têm...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Até a própria Lei Pelé cita-o como Plano Nacional do Desporto.

O SR. WLADIMYR CAMARGOS - Como Plano Nacional do Desporto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - E nós seguimos a vontade de colocar esse lado meio americanizado do “esporte” e passar para a origem nossa de “desporto”. Então, nós acabamos acatando essa linha, até por um diferencial.

O SR. WLADIMYR CAMARGOS - Não vamos ter divergência com isso. Era só para explicar porque eu utilizaria a palavra “esporte”. É uma missão, portanto, da Comissão de Juristas.

Nós estamos trabalhando o Sistema Nacional do Esporte sempre no sentido do que vai ser produzido pela Comissão de Juristas. Isso ainda será debatido no futuro pelos Srs. Senadores e também pelos Srs. Deputados. Mas o que nós estamos propondo é que o Sistema Nacional do Esporte venha calcado agora numa efetividade, que a lei possa contribuir pela efetividade do Sistema Nacional do Esporte. E isso se daria de que modo?

Primeiro, com um reforço ou pacto federativo, para que o Sistema Nacional do Esporte seja claramente algo que conduza a um pacto federativo, seja em torno do que Estados, Municípios e União têm de demanda e tarefa nessa área, seja no que todas as entidades esportivas nacionais e universidades podem contribuir com o Sistema Nacional do Esporte. Para isso, é necessário: suficiência de recursos, constância de recursos, e descentralização ou desconcentração — o termo pode ser melhor discutido.



As formas como isso poderia se efetivar na lei: a criação do Fundo Nacional do Esporte; o reforço, a existência e a continuidade das Conferências Nacionais do Esporte; e obviamente o Plano Nacional do Esporte. Este seria o tripé, repito: Fundo Nacional do Esporte; Conferências Nacionais do Esporte; e Plano Nacional do Esporte.

A Comissão não está se propondo a elaborar um Plano Nacional do Esporte. Esta não é uma missão nossa. Mas ela propõe que não haja qualquer encaminhamento sem que exista um Plano Nacional do Esporte também efetivo. Não haverá a efetividade do Sistema Nacional do Esporte sem a efetividade do Plano Nacional do Esporte. O Conselho Nacional do Esporte, portanto, passa a ter uma centralidade maior nesse sistema, porque, no nosso entendimento e também no da Comissão — e este é um consenso entre os membros da Comissão de Juristas —, o Conselho Nacional do Esporte passa a ter funções muito parecidas às que o Conselho Nacional de Saúde já tem atualmente. Na nossa proposta, nós levaríamos o Conselho Nacional do Esporte a um *status* parecido ao do Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, essa é a linha que estamos discutindo. Não há nada fechado ainda. Esperamos poder contribuir. Ficamos muito felizes por termos sido convidados a vir falar aqui. E queríamos convidá-los também, até porque todos já estão sendo convidados, para um encontro agora, na segunda quinzena de outubro e começo de novembro, quando a Comissão vai ouvir todo o setor esportivo. Serão reuniões como esta, bem amplas, na Comissão de Juristas. E, por favor, estendemos de antemão esse convite à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Wladimir, pelas suas considerações. Tenho certeza de que também lá estaremos presentes. E obrigado pelo convite.

Passo a palavra à Sra. Cássia Damian.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Bom dia a todas e a todos! Gostaria de agradecer o convite, em nome do Deputado Evandro e da Comissão. Para mim, é um prazer muito grande estar aqui com V.Exas., que foram nossos pares no Ministério do



Esporte por tanto tempo num debate, desde as Conferências Nacionais do Esporte até os últimos debates sobre a questão do Sistema Nacional do Esporte.

Identifico-me como professora da Universidade Federal do Ceará, do Instituto de Educação Física e Esporte. Compartilhei com muitos dos que estão aqui da construção dessa área, que chamamos de “Fortalecimento institucional do esporte no Brasil”.

Também quero parabenizar o Wladimir, reforçando seu olhar. Acho que foi um passo extremamente importante, em 2015. Nós participamos até de três debates importantíssimos nesta Casa sobre a necessidade objetiva de se implantar um plano nacional para o esporte no Brasil, e esse plano não faria sentido se a base nacional não estivesse instaurada também num sistema que sistematizasse de forma contemporânea o que significa o esporte no Brasil hoje, incluindo as competências e as responsabilidades objetivas de cada entidade, instância e sujeito que compõem esse sistema. Então, o Plano tem que conversar com essas instâncias para estabelecer metas. Se não se sabe objetivamente qual é o papel dos Municípios num sistema nacional, não se tem a condição de estabelecer metas para incluir 100% das crianças, jovens ou adolescentes e idosos — isso faltou na redação da Diretriz 2 — no acesso ao esporte, seja de que forma a cultura corporal manifeste-se. Então, é importante que essas duas mãos se entrecruzem.

Mas, se a iniciativa de um plano não for efetivada, não se consegue empurrar a iniciativa de um sistema. Inclusive, parabenizo o nosso avanço em sistematizar ideias aqui que beberam na fonte das conferências, para este grande debate, onde identifiquei muitas coisas, embora possamos complementar em alguns aspectos. Depois, vou sugerir duas questões centrais. Mas é extremamente importante relacionar nexos causais que fundamentaram esse pensamento. E hoje nós temos capacidade de síntese para fazer isso com mais clareza.

Primeiro, o nexos sócio-histórico. Houve uma conferência, em 2000, puxado por esta Casa, onde aconteceu um dos primeiros debates nacionais, antes das conferências nacionais e depois da estruturação de um Ministério próprio, o Ministério do Esporte, em 2003, que deflagrou a necessidade de ouvir os diversos segmentos e buscar largas diretrizes para o esporte brasileiro. Uma das coisas centrais que gostaria de destacar em relação à história é que tanto o plano quanto o



sistema fazem determinações e limites da realidade. Essas são as determinações. Então, hoje nós estamos num patamar de maturidade por conta do que fizemos. E nós temos que olhar generosamente para o passado e aprender com ele, inclusive com os erros.

Segundo, as relações e interrelações. Tenho que discutir e enfrentar isso aqui, inclusive para auxiliar neste debate, não só no âmbito acadêmico mas também no âmbito político de gestão, pela nossa experiência, dizendo que o esporte educacional e o esporte de alto rendimento não podem ser vistos de forma dicotômica. Isso é um equívoco incrível de base! Ele é necessário como definição para a destinação de recursos.

Sabemos que houve uma conformação, com a Constituição de 1988, e depois a Lei Pelé adequou-se. Mas nós temos que superar! E o debate que tivemos intensamente, em 2015, sobre o novo Sistema Nacional do Esporte buscou exatamente constituir níveis que rompessem com essa dicotomia. Por quê? Porque a escola e o esforço do Município têm que ser a porta de entrada da vivência esportiva, que nós chamamos de nível de formação esportiva. A formação esportiva não deve trilhar exclusivamente o caminho do esporte de alto rendimento, mas ela é uma porta de entrada do esporte. Então, a formação esportiva tem vivência, aperfeiçoamento, e a criança, o jovem e o adolescente podem decidir se continuarão fazendo esporte por toda a vida, porque se trabalha com a elevação da cultura esportiva, elevam-se essas condições. Além disso, também se pode ser uma porta de entrada caso as condições objetivas sejam dadas para o alto rendimento. E não há contradição nos fatos. E também se tem condições de buscar a formação depois em adulto.

Para garantir o acesso desses 50% de pessoas que estão fora do Sistema Nacional do Esporte para ampliar, o Diagnóstico Nacional do Esporte, que eu, inclusive, dirigi esse processo, e temos resultados objetivos, vimos que apenas 7% da população são filiadas ou tem algum tipo de relação com clubes, federações, ou seja, com o esporte organizado. Esse é um dado que não é muito discrepante em relação aos outros países. Mas os outros países expandem isso nas suas ligas, porque não são “desportivizadas”, que é o neologismo que se usa, mas elas são nacionais, federais.



Temos que fazer uma relação disso e tentar buscar uma fórmula para resolver um dos itens que, além desse que estou falando, da necessidade de definir níveis e sistemas, é o financiamento do esporte. Se falarmos em incluir, como tem as metas estabelecidas aqui, 70% da população em geral ao esporte, se queremos incluir 100% das crianças nas escolas e jovens e adultos no ensino fundamental e médio, ou seja, na educação básica, temos que ver da onde vem esse recurso. E não tem uma diretriz, Deputado Evandro, que acho extremamente importante constar uma diretriz sobre financiamento do esporte. Por quê? Já existe uma maturidade de debates na nossa área onde discutimos em três conferências, depois neste amplo debate sobre o Sistema Nacional do Esporte, num eixo-financiamento que visa a vinculação orçamentária de recursos para o esporte — nós até chegamos a estabelecer um percentual de 1% —, a extensão da lei de incentivo, a busca de estímulo à iniciativa privada ao esporte. Por quê? Gostaria de chamar a atenção para quem está aqui debatendo isso, porque o Diagnóstico Nacional do Esporte no eixo financiamento deixou claro que as empresas no Brasil não investem em esporte, a exemplo de outros países que investem fortemente no esporte, e não é só no esporte de alto rendimento que essas empresas investem. Por responsabilidade social investem também na formação esportiva.

Acho que esse é um eixo extremamente importante para entrarmos com uma diretriz aqui, ou nessa diretriz sobre o plano poderíamos incluir.

Para encerrar, gostaria de contribuir também com o que vinha sendo debatido sobre qual seria o eixo central para se acompanhar e convalidar as resoluções e as decisões do Plano Nacional do Esporte, aqui denominado desporto por conta da legislação, mas que pode ser alterado como um destaque? Isso é importante. Quero sugerir, inclusive, que poderia se chamar o PNESP, por exemplo, em vez de PNE, mas que não deixássemos contemporâneo o termo esporte. Isso é muito importante para a atualidade, mas que é um Sistema Nacional de Avaliação. O Sistema Nacional de Avaliação requer um cadastro, como a Ana Moser citou ali, de entidades, mas também se dialogando com algumas pesquisas que estão sendo feitas pelo Ministério do Esporte, com as universidades federais do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Paraná, que faz um levantamento de qual é o retrato do Brasil no esporte de alto rendimento, e o Diagnóstico Nacional do Esporte, que é



um patrimônio nacional, que foi conduzido brilhantemente pelo Ministério e que agora é fruto de uma PNAD pelo IBGE e de Munic e de uma Estadiv. Cadastra-se todos os equipamentos esportivos, a função, onde eles estão para se orientar, inclusive, as emendas parlamentares, para saber onde se vai construir, dentro dos condomínios de maior concentração, perto das escolas... Então, é muito importante um Sistema Nacional de Avaliação que complete e acompanhe a implementação desse Plano Nacional. Depois pode-se convalidar e levantar debates em novas propostas uma Conferência Nacional do Esporte.

Esta a minha contribuição.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Profa. Cássia Damian, muito obrigada pela sua explanação. Sabemos a contribuição ao longo do tempo que a senhora teve. Sempre procuro até dizer nas conversas.

Estou no meio acadêmico desde 1992. Muito se discutiu, mas não fomos para a prática, não fomos para a ação. Temos que considerar realmente tudo o que foi feito, trabalhar, mas chegou o momento de dizer o seguinte: vamos diminuir as iniciativas e vamos, muito mais — desculpem-me os professores de Língua Portuguesa —, para a “acabativa”. Vamos para a ação, para onde realmente a coisa ocorre.

Eu tenho acompanhado bastante, tenho visualizado isso, mas na hora de ir para a prática não está ocorrendo. A Lei Pelé existe desde 1998, já estamos indo para 20 anos, e ainda estamos discutindo isso. Hoje nós temos vontade política, do Ministro e da Casa.

Então, acho que amadurecemos bastante ao longo de 18 para 19 anos, mas agora chegou a hora da aplicação de todas essas discussões, que pode ser que não sejam consideradas, mas não dá para ficar mais só no campo das ideias. Nós temos que andar. Quando andar, nós vamos acertar e organizar, conforme o Dr. Ismar aqui mesmo falou.

Em 2 anos nós adequamos isso, ou em 4. Em se tratando de educação e esporte, não há uma receita em que se peguem os ingredientes e se coloquem no final para ter o produto final, conforme está descrito.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Deputado, eu posso fazer um complemento?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu não tenho dado réplicas, senão nós vamos ficar...

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Mas é só uma complementação. A política nacional do esporte não é abstrata, ela está materializada em programas. Nós temos o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC, o Bolsa Atleta, a Rede Nacional de Treinamento. Então, isso é maturidade e materialidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Mas coloque nas opções, como todos têm feito. Coloque dessa forma, porque todos aqui têm suas verdades, suas heranças, dentro dos seus Estados e das suas origens. Eu tenho certeza, Cássia, que você tem a sua, que pode ser diferente das demais. Todas as demais têm que ser respeitadas. Então, não é o momento de quem fale mais.

Partimos de uma situação que já tem 18 anos, que nós não colocamos em prática, dentro de uma ação. Chegou o momento, por uma vontade política de um Ministro, de uma Casa, de um Parlamento. Acho que nós temos que avançar bastante nessa linha.

Passo agora a palavra para o Dr. Luiz Lima, que é o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

O SR. LUIZ LIMA - Deputado Evandro Roman, obrigado pelo convite, é uma satisfação estar aqui.

Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, é muito bom ver um atleta campeão, como o senhor, nos representando, e ver o Pedro Soutomaior representando o Ministério dos Esportes. Foi muito bom ouvir a Ana Moser.

Gostaria de fazer a minha primeira observação. Eu fui atleta olímpico de natação, sou professor de educação Física e senti-me muito honrado em receber um convite do Ministro Leonardo Picciani para ocupar um cargo tão relevante e com poder de intervenção muito grande no esporte brasileiro.

Deputado Evandro Roman, eu gostaria de fazer algumas observações. Eu vou tentar ser o mais simplista possível para que todos que estão nos ouvindo entendam o sentimento do esporte. Eu vivo esporte, sinto esporte todo dia, pratico esporte até hoje e sei o quanto ele é importante na construção do ser humano, principalmente, da criança e do adolescente.



A Ana Moser citou que o sedentarismo é um problema de saúde pública que nós brasileiros enfrentamos. Daí a extrema necessidade da obrigatoriedade da educação física em todas as escolas brasileiras. Apesar de eu ter sido atleta olímpico, eu me formei em educação física e posso assegurar que a educação formal é algo muito importante, até para quem viveu o esporte competitivamente, como eu vivi. Isso ampliou muito meus horizontes.

Depois, eu passei a trabalhar com esporte e qualidade de vida, com crianças e, principalmente, com a terceira idade. Foi um verdadeiro presente na minha vida ter me formado professor de educação física. Isso me ajuda até hoje, inclusive no Ministério, a ter uma visão mais ampla. Hoje eu ocupo o cargo de Secretário de Esporte de Alto Rendimento, mas tenho a plena certeza de que o esporte-base educacional escolar vai fazer o esporte de alto rendimento ser forte.

Sei que o Brasil tem mais de 5 mil e 500 Municípios. Eu tenho viajado o Brasil e vou ser até bastante sincero: nós até nos assustamos com o tamanho do nosso Brasil e com a diversidade que nós encontramos e com as grandes dificuldades também. Às vezes, nós fazemos convênios com alguns Municípios, de certa forma até precipitados, porque o próprio Município não tem sequer dinheiro para pagar o vigia de uma pista de atletismo, quanto mais ter a manutenção dos equipamentos.

Mas eu gostaria de fazer algumas observações agora em relação à Secretaria de Esporte de Alto Rendimento. O Presidente dos Correios citou muito bem a preocupação das empresas estatais com o fim dos patrocínios. O Ismar Cruz, do TCU, fez uma observação, que eu achei extremamente pertinente, quanto à dependência dos recursos públicos dessas confederações.

Então, eu vou fazer uma observação, como ex-atleta olímpico e hoje como representante dos atletas e dos professores de educação física. Hoje nós temos 60 confederações relacionadas ao Ministério do Esporte. A maioria delas recebe verbas da Lei Piva e da Lei de Incentivo ao Esporte, tem convênios com o Ministério e recebem patrocínio das empresas estatais. Nós não queremos as confederações como adversárias, nós as queremos como parceiras. Para isso, nós precisamos mudar muita coisa nas confederações.

As confederações que querem receber dinheiro público deveriam ser mais democráticas. Nós deveríamos ter a participação dos atletas dos clubes e dos



treinadores na eleição dos presidentes. Seria como se os Deputados fossem indicados pelos seus governadores e não pelo povo.

Então, nós temos esse grande obstáculo em relação às confederações, porque nós entregamos dinheiro público, dinheiro da União, e muitas vezes esse dinheiro não chega ao atleta, não é bem aplicado ao atleta. Esse é um grande obstáculo que nós enfrentamos.

O meu sonho é ter as confederações sendo eleitas por quatro colegiados: Presidente e Federação; clubes com destaque naquela modalidade; atletas, a partir de 16 anos; e os seus treinadores, cada um com o mesmo peso.

Outra observação que nós ouvimos é em relação à Lei de Incentivo ao Esporte. Ela tem que abranger também o esporte de inclusão. Hoje as empresas são mais incentivadas a patrocinar eventos esportivos e não projetos sociais esportivos.

Então, nós temos que valorizar muito a empresa que patrocina eventos de inclusão no esporte. Hoje, com a Lei de Incentivo, consegue-se captar 2 milhões de reais para fazer um evento de 2 horas. O evento é muito importante, mas também é importante que nós demos uma compensação maior às empresas que investem em projetos esportivos.

O Bolsa Atleta dá uma satisfação para os atletas, muitos estão ligando. Em 2017, nós mantivemos o mesmo padrão de investimento. O Bolsa Atleta continua, já foram contemplados 6 mil atletas em outubro. E o Bolsa Atleta Pódio pode ter a sua continuidade para o ciclo olímpico de 2020.

Deputado Evandro Roman, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sinta-se à vontade, o pessoal está ansioso para lhe ouvir, porque é a ponta do alto rendimento nacional.

O SR. LUIZ LIMA - Então, é isto, resumindo: o meu sonho é ver toda escola no Brasil com aula de educação física.

Vou citar uma frase que eu ouvi de um membro do Comitê Olímpico Americano na Casa Brasil. Ele disse o seguinte: *“Nós vivemos em um ambiente extremamente competitivo e gostamos disso”*. Então, quando nós falamos em esporte escolar, primeiro nós temos que ter o esporte de entrada, que é o aprendizado, que é o esporte de qualidade de vida, mas nós temos que lutar para



oferecer para aquele atleta, para aquele estudante que tem uma aptidão física no desenvolvimento esportivo a chance para ele se desenvolver.

Nas tardes de quase todos os dias, quando nós ligamos a televisão, nós vemos um filme dos Estados Unidos, em que vemos o técnico e o aluno praticando esporte na universidade. Então, nós também temos um problema cultural em relação ao esporte.

Minha filha estuda num colégio particular muito bom no Rio de Janeiro, mas a aula de educação física é péssima. Então, esse é um problema cultural, e nós precisamos, de certa forma, mudar um pouco a cultura de percepção do esporte no nosso País, porque ele é muito importante, até para a construção da nossa Nação.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado por suas considerações, Luiz Lima. Para quem tem o esporte na veia e viveu dele, pelos seus ensinamentos, pelas disciplinas, pelo trabalhar em grupo, enfim, por todas as ações, esse sentimento não sai, e a vida perdura pelo resto do tempo. Muito obrigado mesmo.

Com a palavra o Sr. Marcelo Miranda.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Obrigado pela oportunidade. Eu queria parabenizar pela condução dos trabalhos o Sr. Lindberg, o Deputado Evandro Roman e o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. É um prazer estar aqui.

Queria destacar algumas questões importantes do plano, a começar pela fala do Sr. Ismar do Tribunal de Contas da União — TCU. Há uma questão muito importante. Eu acho fundamental garantirmos que haja uma descentralização dos investimentos. Se formos ver, em que pese todo o avanço que teve no investimento do esporte nos últimos anos, em função do ciclo olímpico, houve uma concentração muito desigual, principalmente em Estados como Mato Grosso do Sul, que teve pouquíssimo em nível Federal.

Até nesse sentido nós precisamos repensar a concentração dos recursos. Em função das ações do Ministério do Esporte, após o ciclo olímpico, como foi muito bem colocado aqui, recursos não faltam. O que tem que haver é uma reorganização. Eu entendo fundamental, já havia colocado na reunião anterior, nós definirmos as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, das Federações e das



Associações também. Acho que isso é um papel fundamental. Então, talvez deva entrar isso no Plano. É fundamental que estabeleçamos isso no sistema.

Queria falar sobre um item importante aqui, o item 4, que é a questão de desenvolver ferramentas para revelação de talentos e aplicá-la nos ambientes escolares. Nós precisamos valorizar as coisas boas que foram construídas. Nós temos um sistema muito bom, e eu acredito que é pouco utilizado o Brasil, que é o Projeto Esporte Brasil — PROESP—, o Programa de Desenvolvimento Esportivo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo tanto detectar talentos como identificar crianças com problemas de desenvolvimento e crescimento.

Queria finalizar levantando uma preocupação que nós temos em relação a essa questão da formação profissional. Acabamos de ver aqui a fala do nosso grande atleta olímpico que nos honra muito por estar à frente do Ministério. Precisamos criar mecanismos para que o atleta de ponta seja estimulado, através de bolsas, através de uma formação, talvez um tempo maior de formação, mas estimulá-lo a ter uma formação preferencialmente em Educação Física, para que nós garantamos, de certa forma, a participação desse talento como um profissional, quando houver interesse. É preciso valorizar a formação profissional e, nesse sentido, quando se fala em ampliação das pessoas envolvidas no esporte, nós temos que respeitar as competências de cada um e valorizar a atuação do profissional de Educação Física.

Então mais uma vez eu queria agradecer pela oportunidade e me colocar sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Marcelo Miranda, da Fundação do Desporto do Mato Grosso do Sul. Obrigado realmente pela sua participação. Eu que fui Secretário de Esporte e Turismo do Estado Paraná sei muito bem da sua angústia, porque o Governador às vezes entrega uma Secretaria e diz: “trabalha com a sua habilidade, corra”. Então é dessa forma, mas eu tenho certeza que com criatividade vamos buscando.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. JORGE STEINHILBER- Boa tarde a todos os presentes.



Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz e o Deputado Evandro Roman pela coragem de assumir essa tarefa de construir, ou de pelo menos elaborar um Plano Nacional de Esporte. Certamente não é uma tarefa fácil. Como já foi dito aqui, já vem sendo discutido há muitos anos e é necessário que ela seja aprofundada.

A Ana Moser já apresentou aqui uma série de problemas e de dificuldades, já foram abordados alguns temas relacionados a financiamento, mas eu queria dizer da importância do que o Ministro colocou ontem aqui na audiência pública, quando ele nos falou a respeito da inspiração dos jogos olímpicos. Ele disse que os jogos olímpicos foram uma inspiração e que agora a inspiração é para a prática da atividade esportiva, ou seja, que o Plano Nacional realmente seja voltado a essas metas que estão postas, quer dizer, 100% da Educação Física Escolar, identificação de formas de infraestrutura para garantir que todas as pessoas possam desenvolver o trabalho.

Uma preocupação que tenho aqui, e que eu gostaria de trazer à baila, é que muitas vezes dá-se a impressão de que o Plano Nacional de Esporte está sendo falado como fosse algo do Ministério do Esporte. É importante termos clareza de que o Plano Nacional de Esporte é para o Brasil, não é apenas para o Ministério do Esporte. Certamente o Ministério do Esporte terá um protagonismo mais forte nesse processo e deveria ser a entidade aglutinadora de todos os demais Ministérios, principalmente na normatização, na filosofia, do que deve ser atividade física, como deve ser, etc.

Mas é importante ficar claro que o plano é um Plano Nacional de Esporte para o Brasil. Estão muito pouco enfatizados aqui os demais Ministérios. Se é de Estado ou de Governo é outra questão que vai ter que ser analisada. Gostaria que fosse de Governo, ou seja, que fosse uma coisa a ser implementada continuamente, independente de Ministro ou de Ministérios ou de quem quer que seja nesse processo.

Quanto à questão da atividade física, conseguirmos, ao longo dos últimos 15 anos, avançar no sentido de mostrar que o esporte não é apenas um ato motor. Até há pouco tempo se entendia muito que o negócio era jogar futebol. Então eu vou lá, ensino a chutar a bola e está resolvido. Não importa como. Não importa jogar



voleibol, vai ensinar a jogar voleibol, esquecendo que esse esporte, essa atividade física tem diversos outros valores que precisam ser implementados, assim como, se vai haver uma contribuição para o desenvolvimento humano, que é hoje um dos pilares da UNESCO e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD — é necessário que esse esporte seja ensinado.

As pessoas não nascem sabendo o esporte, as pessoas não adquirem valores, as pessoas não adquirem comportamentos éticos que contribuam para uma formação cidadã, se não houver de fato uma orientação adequada. Por isso nós entendemos que o Plano deva ter ênfase nessa questão da capacitação dos profissionais, evidentemente dos profissionais de Educação Física.

Quero me irmanar com a fala do Dr. Miguel e há uma preocupação muito grande, desde o ano passado, quando houve uma proposta de extinção do bacharelado. Há 12 anos felizmente foi conquistado um espaço para que a Educação Física tivesse uma adequada e devida formação para atuar na escola, ou seja, o professor de escola, assim como todos os demais professores, tem uma formação de licenciatura. E para atuar nos demais segmentos, ele teria e terá uma formação de bacharelado, ou seja, duas formações distintas que poderiam melhorar essa preocupação que o Secretário Luiz Lima levantou na questão de como esse profissional deve trabalhar.

Infelizmente ano passado surgiu uma proposta de extinção do bacharelado que nos parecia que estava vencida, mas fomos informados nesta semana que o CNE está propondo ter apenas um diploma que contemple licenciatura e bacharelado. Essa informação chegou a nós por diversas mensagens nas redes sociais e hoje por uma Coordenadora de um curso de Educação Física do Ceará que esteve diretamente com o Presidente da Comissão responsável pelas diretrizes da Educação Física escolar no CNE. Ela informou que de fato o CNE está com a proposta de ter uma entrada só no curso, um curso só, e que o diploma será contemplado licenciatura/bacharel.

Eu quero externar aqui uma enorme preocupação quanto a isso, porque, se nós tivermos apenas um único curso, possibilitando que o diploma seja tanto de licenciatura quanto de bacharelado, nós estaremos indo na contramão da história nessa questão da formação.



O que me preocupa mais, Deputado Evandro Roman, é a questão de novamente estar sendo discriminada a Educação Física. Esse é um fato que eu quero trazer aqui à baila. Toda vez que nós queremos defender a Educação Física 100%, queremos defender que a Educação Física deva ser ministrada de primeira a quinta série por profissionais de Educação Física, queremos evitar que haja a extinção da Educação Física no ensino básico, sempre há a questão relacionada com Educação Física. E agora nós somos surpreendidos com uma situação de que todas as demais formações, História, Matemática, Geografia terão duas formações, o licenciado e o bacharel e, para Educação Física se faz uma discriminação, ou seja, se joga como se fosse uma questão secundária. Para Educação Física é diferente e vai ser diferenciado.

Entendo que nós não podemos aceitar isso, nós vamos fazer todo o esforço para que esta discriminação não aconteça. Se o CNE tem a intenção de que todas as formações sejam dessa forma, tudo bem, não podemos discutir a competência do CNE. Mas realmente fazer isso apenas para uma formação, como se estivesse discriminando a nossa formação, principalmente hoje, quando está claramente compreendido o quanto a educação física ou o profissional de educação física contribui para a escola, o quanto contribui para a formação desportiva em todos os esportes e o quanto contribui para o SUS e o NASF, etc. De fato, nós vamos pedir que no plano haja a contemplação de uma formação que possa trazer à luz tudo isso que o Plano Nacional do Desporto pretende contemplar: uma inspiração para a prática e, evidentemente, uma prática que crie um cidadão que realmente tenha boa formação, em que os valores dos esportes sejam contemplados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Presidente Jorge Steinhilber. Pode ter certeza de que conta com o nosso apoio em relação a esse trabalho. Eu tenho certeza de que, com a boa diplomacia e com a forma como V.Exa. tem sempre trabalhado, nós vamos conseguir reverter a situação.

Passo a palavra para a Sra. Danielle Keylla Alencar Cruz, do Ministério da Saúde. Na sequência, falará o Sr. Rossieli Soares da Silva, do Ministério da Educação.



A SRA. DANIELLE KEYLLA ALENCAR CRUZ - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores presentes! Como os que me antecederam, parabênizo a iniciativa!

Com muita alegria, nós do ministério da Saúde participamos deste momento. Trata-se também de uma alegria pessoal, pelo fato de eu ser da área de educação física e por ter tido o esporte presente desde o começo na minha vida, por ter sido atleta, embora não de muito sucesso. Eu tentei o campeonato regional. Treinava para ser como a Ana Moser, mas não nasci com o talento dela! (*Risos.*)

Até que sou grande, Ana, mas você é excepcional!

Acho importante pontuar aqui este destaque nacional do Plano principalmente para nós da saúde. O Plano Nacional do Desporto traz, para a nossa discussão da saúde, as outras dimensões do esporte e da atividade física. Nós da saúde trabalhamos com a dimensão da atividade física e do esporte, mas o fazemos na lógica muito forte da prevenção de doenças e da promoção da saúde, que é o metiê do Ministério da Saúde. Portanto, ter um plano nacional de esporte ou de desporto é fundamental para nós da saúde.

Como o Prof. Jorge disse, esse é um plano nacional, e nós estamos vendo que um plano nacional precisa possibilitar, nas suas diretrizes e nas suas ações, sintonia com as outras políticas dos outros Ministérios, tanto políticas que estão sendo pensadas e executadas há muito tempo, quanto políticas recém-lançadas. Cito, como exemplo, o caso do Criança Feliz, lançado esta semana. O programa trabalha com o desenvolvimento integral da criança de zero a três anos, a questão dos mil dias. E acreditamos que o esporte, assim como a atividade física, já devem fazer parte dessa proposta como ação fundamental para o desenvolvimento integral da criança.

Da mesma forma, os nossos estudos e nossos esforços na saúde apontam que a educação física deve estar, sim, em todas as escolas deste País. Não devemos nos furtar a fazer a defesa da educação física escolar. Acredito muito — e concordo com muitos colegas que me antecederam — na escola como porta de entrada para o esporte, auxiliando o rendimento e tudo o mais.

Pois bem, conforme a Ana Moser mencionou, estamos numa situação de forte prevalência de inatividade física na nossa população. Segundo a PeNSE —



Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, por meio da qual realizamos a medição desde 2009 — nos anos de 2009, 2012 e 2013 —, temos hoje 32% dos escolares do nono ano, conforme a primeira amostra, fazendo a atividade física acumulada naqueles 300 minutos recomendados para a faixa etária.

Verificamos também um comportamento que indica um consumo muito alto de alimentos ultraprocessados. Já está provado que há a substituição muito rápida de alimentos mais saudáveis por alimentos ultraprocessados, no caso de crianças de cinco a nove anos de idade. É o que costumamos chamar da “Coca-Cola na mamadeira”. Isso é muito grave! Ademais, 52% da nossa população está com excesso de peso.

Portanto, discutir atividade física ou esporte na lógica da prevenção e da promoção da saúde é importante para nós. Contudo, essa dimensão que um plano nacional como este traz — refiro-me à dimensão da educação, da proteção social, da proteção a riscos, da proteção em relação à vulnerabilidade social, da abertura para oportunidades de esporte e rendimento — é fundamental.

Reitero, portanto, a nossa grande satisfação por estar aqui. O Ministro recebeu o convite com muita alegria, mesmo porque vimos discutindo — e S.Exa. nos solicitou que pensássemos nisto — um plano, o Esplanada Saudável. E, quando pensamos em alguma coisa saudável, em alguma coisa voltada à promoção da saúde, é inevitável pensarmos no esporte, na atividade física, na acessibilidade e na mobilidade das pessoas. Por isso, é com muita alegria e muito respeito que nós vemos esse Plano.

Fazendo uma observação mais direta ao Plano, eu vou recobrar o que já foi dito aqui sobre o pacto federativo.

Na saúde, temos experiência. O Sistema Único de saúde se organizou dessa forma, de maneira que os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, que conformam o controle social do Sistema Único de Saúde — além das Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite, no âmbito nacional —, possibilitam a ascendência de propostas dos Municípios. Por isso, há muitos anos já sabemos que, no Sistema Único de Saúde, nada que venha de cima para baixo funciona, a não ser que haja uma conversa prévia.



Com isso, eu lanço um olhar ao plano, a algumas diretrizes mais gerais. Há coisas que estão tão pequenas, que até parecem ser imputadas ao Município, já que se indica que ele tem que realizá-las. Sabemos que não é bem assim. Por isso, defendo um plano com ações que se tornem diretrizes gerais, obviamente diminuídas, em sua estrutura, de forma mais específica — e não sei se estou de posse de todo o Plano, pois foi a primeira vez que o li. Que o Município e o Estado possam olhar para o Plano e dizer: *“Tenho uma diretriz. Vou organizar o meu trabalho e o meu serviço à luz dessa diretriz”*.

Com isso, quero destacar também a necessidade — sei que o Plano tem prazo de 10 anos — de pensarmos em metas factíveis. Quando se fala em assegurar o percentual de 100% de alunos da rede do ensino fundamental praticando educação física, expostos à prática da atividade física, temos que pensar nessa lógica de prevalecer a atividade física em nosso País. Eu não quero ser desanimadora. Acho ótimo que haja essa previsão no Plano, pois creio que a educação física deve estar em 100% das escolas. Contudo, pensar numa meta de 100%... *(Pausa.)*

Na verdade, a Diretriz 2 prevê, como meta, *“assegurar que 70% da população entre 15 e 74 anos pratique atividade física com regularidade”*. Hoje, segundo a medição da VIGITEL, medição que fazemos desde 2006 — a pesquisa é anual, feita nas capitais, para a idade de 18 anos ou mais —, há em torno de 43% ou 44% de prevalência de atividade física na população adulta brasileira. Não é tão baixa, mas também não é boa.

Quanto à Diretriz 2, quando consideramos a discussão sobre aumentar a prevalência de atividade física para essas faixas etárias, os estudos mostram que temos que pensar minimamente em quatro domínios: no domínio do tempo livre, no domínio do deslocamento, no domínio do trabalho e no domínio da casa. As ações colocadas para essa meta estão mais voltadas ao tempo livre.

Eu tenho algumas sugestões e as encaminho à Mesa. Trazemos outros domínios para essa Diretriz 2. Vemos que colocar equipamentos nas praças ou deixar a praça aprazível contribui, mas não é o único fator. Há muita gente que prefere ativamente se deslocar até o trabalho, porque não construiu a importância significativa para a atividade física no seu tempo livre. Prefere ficar na TV, por



exemplo, mas topa se deslocar para o seu trabalho. Poderíamos incorporar ciclovias, por exemplo, como está previsto no Plano.

Outro destaque neste ponto é que não podemos, na minha opinião, colocar a questão do trabalho junto a outras prerrogativas, como se prevê aqui. Refiro-me à questão do trabalhador e do espaço de trabalho. Acho que o Plano pode assumir a questão da prática do esporte e da atividade física nas estruturas estatais, fomentar essa prática junto ao trabalhador. Pode inclusive firmar acordos com o Ministério do Trabalho e com indústrias para fomentar programas de atividade física para o trabalhador dentro do processo de trabalho, não de forma punitiva ou de reabilitação, mas como prática de saúde contributiva para o seu processo de trabalho, enfim, para sua educação. Eu acho que seria interessante a gente separar e destacar essa questão da saúde do trabalhador.

Tenho também uma sugestão de pontuar a articulação com outros Ministérios. Por exemplo, pensar na mobilidade urbana sem pensar no Ministério das Cidades fica difícil. Então, o grande plano de mobilidade urbana vem mais forte via nacional. O Ministério das Cidades, há anos, trabalha com ciclovias, uso de bicicleta. Então, eu acho que deve ser pontuado no plano articular com o Ministério da Saúde, das Cidades, da Defesa um plano de mobilidade urbana viável para os Municípios, pelo menos os grandes Municípios, que é onde está concentrada a maior parte da nossa população.

Eu tenho algumas outras pontuações, mas são pequenas. Eu vou fazer, eu vou encaminhá-las, porque penso que uma das minhas contribuições aqui é trazer um pouco da possibilidade de diálogo desse plano com o setor saúde. A gente sabe que a saúde tem um plano nacional e suas diretrizes. Então, esse campo de convergência que para nós é a atividade física, tanto no aspecto de saúde quanto educacional, precisa reverberar um pouco em diálogos futuros que facilitem. Então, na saúde, nós temos programas voltados que contemplam a prática de atividade física e as práticas corporais na escola, como o Programa de Saúde na Escola, que hoje está em 86% dos Municípios, e o Programa Academia da Saúde, mas não na lógica apenas motriz da atividade física. Esse plano é interessante porque fica difícil até na saúde a gente fazer essa discussão. Na saúde, a atividade física é



movimento. É bom para a saúde você se mover, mas há outras dimensões do movimento que a saúde precisa compreender.

Eu estou finalizando. Na saúde, a gente discute atividade física na perspectiva da produção do cuidado. Ela é um componente da produção do cuidado na atenção básica. Ela não é uma prática secundária, não é uma prática em que você faz se quiser ou não. Ela é prática do seu cuidado prescrita, orientada, recomendada, aconselhada ou o que seja na prática da atenção básica.

Então, era esta a contribuição que eu queria deixar para vocês e parabenizá-los mais uma vez pela importância desse plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Dra. Danielle, pelas suas considerações. Permita-me falar sobre dois itens breves. Gostei muito da sua fala. O que você nos propõe é o nosso sonho, ou seja, que possamos sentar com a saúde e elaborar juntos essa ação. Uma pessoa da atividade física ou do esporte de autorrendimento ou aquela pessoa que busca a atividade física para uma questão estética, para emagrecer ou por questão de saúde, é claro, para todos os profissionais da área do esporte ou da educação física, que, numa tríade entre alimentação, treinamento e sono, 70% nós trabalhamos com alimentação. Os outros 30% ficam entre a atividade física e o sono.

Um item fundamental da sua fala que eu gostaria de abordar brevemente é que você diz que, dos 5 aos 9 anos, eu levaria até os 10 anos, que é uma idade escolar, em que a criança troca autoconsumo de produtos industrializados ou ultraprocessados. Não adianta fugir disso, que é uma questão contemporânea. Os pais saem cedo de casa, trabalham, muitas a criança estuda meio período, chega em casa e fica mais fácil, por comodismo, para o pai ou a mãe deixar esse alimento em casa, o que acaba facilitando. Essa criança vai, ao longo do tempo, acumulando peso e vêm junto suas doenças.

Você citou um ponto do qual eu gosto muito: cultural e educacional. Eu nunca vi uma criança de 5 a 10 anos ir ao supermercado e fazer as compras para casa. Quem faz é o pai ou a mãe. Então, nós temos de fazer um trabalho de educação desse traficante, que traz esse alimento para dentro de casa, com todo o perdão da palavra, porque, a partir de um comodismo, de uma necessidade social desse pai e dessa mãe, leva esse produto para dentro de casa, facilitando a questão, devido à



necessidade contemporânea de trabalho, e vai criando uma geração doente, que vai estourar futuramente os cofres públicos da saúde. Quem tem condições, tem seu plano, mas quem não tem estará lá estourando os cofres públicos com diabetes, com o mau colesterol, com hipertensão, com cardiopatias, enfim, toda e qualquer situação. Mas eu tenho certeza de que é o início de um belo trabalho que nós temos pela frente nessa área.

Passo a palavra agora ao Sr. Rossieli Soares da Silva, do Ministério da Educação.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA - Deputado Evandro Roman, muito obrigado pela oportunidade, Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, que muitas vezes me deu alegria no esporte, especialmente nas vezes em que perdeu para o Internacional, porque eu sou torcedor do Internacional. Mas V.Exa. é sempre um grande ídolo no Rio Grande do Sul, assim como o Deputado João Derly, que acho que não está presente aqui. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende tem sempre uma interlocução muito forte conosco. Sou Secretário de Educação Básica desde o final de maio, na verdade, como convidado, e era Secretário de Educação do Estado do Amazonas.

Há alguns aspectos que são importantes. Ouvi muito, estou aprendendo bastante ouvindo aqui hoje. Mas eu gostaria de começar falando um pouquinho sobre alguns aspectos que foram citados por alguns dos que participam aqui. Cumprimento o Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, que esteve reunido conosco esta semana, junto com o Dr. Tojal, que estava aqui e teve que se retirar, especialmente tratando, entre outros aspectos, dessa parte da formação, do que está tramitando lá no Conselho Nacional de Educação.

Primeiro, eu gostaria de dizer que não há nenhuma posição favorável do Ministério da Educação sobre a extinção de bacharelado de Educação Física ou qualquer coisa do gênero. Não há nenhum movimento por parte do Ministério da Educação nesse sentido. O Conselho Nacional está discutindo, e deverá passar por homologação do Ministro Mendonça Filho, que estou aqui representando e de quem eu trago um abraço a todos. Então, essa parte, nós entendemos ser fundamental, e tendo a concordar com o Jorge de que não se pode ter uma regra para uma área e, para as outras, uma regra diferente. Eu acho que temos uma finalidade muito clara



em relação ao bacharelado e temos uma finalidade mais clara ainda em relação à licenciatura. Então, nosso entendimento lá é da permanência dessa estrutura. E não haveria por que retroagir nesse sentido.

Sobre a reforma do ensino médio, que alguns mencionaram, existe um milhão de pessoas falando sobre isso, o que eu acho que é o grande ponto forte em relação à reforma do ensino médio. Eu gostaria de falar rapidamente sobre um aspecto não ligado diretamente ao esporte, mas, primeiro, ligado à educação. O ensino médio brasileiro não pode permanecer como está. Eu sei que aqui nós estamos em um debate ligado à área da Educação Física, no caso da educação básica, mas todos os resultados da educação brasileira hoje são negativos.

Eu gostaria de dar alguns exemplos. Em 1997, na prova SAEB, o resultado da educação brasileira em Matemática era muito maior do que é hoje, de todos os anos. Desde 1997 até hoje, por exemplo, o Brasil aprendeu menos em Matemática nas escolas brasileiras. E chegamos ao ponto em que a diferença entre o resultado de Matemática do 9º ano e o resultado de Matemática do 3º ano do ensino médio é de apenas 17 pontos. Se continuarmos assim, na próxima avaliação, se continuar caindo em Matemática e subindo no 9º ano, o que o aluno aprende em Matemática no ensino médio significará nada, de acordo com a avaliação.

Estou trazendo esse exemplo e posso falar também do exemplo de 1 bilhão e 700 mil jovens de idade escolar de ensino médio que não estão na escola. Nós perdemos 1 milhão de jovens, que abandonam a escola a cada ciclo do ensino médio.

Quando observamos o resultado do ENEM publicado essa semana, divulgado por escola, nós vemos que tivemos a queda do resultado do ENEM em três áreas do conhecimento. E todos os sinais hoje são negativos. E temos ainda uma situação em que o bônus demográfico do Brasil, segundo publicação do IBGE, começará a diminuir a partir de 2022. Ou seja, nós teremos um País que vai ter menos jovens e mais idosos. Então, vamos ter que, inclusive, aproveitar melhor garantir que a educação chegue para esses jovens, senão a nossa força econômica, já debilitada, será muito pior nos anos vindouros. Então, a reforma do ensino médio, primeiro, tem um sentido amplo de entender que o ensino médio, como está, não está funcionando para o Brasil. Isso é fato, todos os números indicam isso.



Sobre o debate: *“ah, porque a medida provisória...”* Inclusive, o Deputado Evandro Roman vai ter um papel muito importante, acho que, inclusive, para fazer se debate junto. Ele vai estar na Comissão da reforma do ensino médio, o que é muito bom. Esse debate, e é dito que não teve debate, esta Câmara de Deputados já realizou oito seminários sobre a reforma do ensino médio. Nunca concluímos nada.

O Plano Nacional de Educação, extremamente debatido, com 4 anos de discussão nesta Casa mais 10 anos de discussão com a sociedade, traz, na meta do ensino médio, na Estratégia 3.1, na sua Meta III, fala do ensino médio, que deve ser universalizado. E, depois, a Estratégia 3.1 fala da flexibilidade no ensino médio.

E isso foi aprovado por esta Casa e está lá: ter um núcleo obrigatório e ter uma parte de flexibilização e diversificação.

Isso tudo aqui é só para dizer que nós temos que, em algum momento, tomar uma decisão. Assim como eu imagino que, depois de o plano aqui discutido, em algum momento, Deputado, teremos que tomar uma decisão. Não adianta não ficarmos debatendo e debatendo. Então, eu acho que isso é importante para o ensino médio e também é importante para o Brasil.

Trazendo um pouquinho mais agora para o debate em relação à educação física, saíram tantas informações de que se havia acabado com educação física, que tinha isso... Na verdade, a organização do sistema educacional brasileiro passa por um novo documento, também previsto na Constituição Federal e no Plano Nacional de Educação, que é a Base Nacional Comum Curricular. Esse documento que vai descrever todos os objetivos de aprendizagem, ou seja, o que cada um dos nossos alunos deve ou não deve aprender dentro da escola. Esse documento que é, sim, extremamente relevante e precisa estar casado com as legislações que já citei anteriormente e com a reforma do ensino médio.

Dentro deste documento, por exemplo, nós temos lá, sim, todos os conteúdos, inclusive, bem largos, de educação física, num debate que continua sendo feito, sim. Mas não existe e nunca existiu em momento algum qualquer possibilidade de retirada da educação física do processo educacional. Sabemos da importância dela e não há a menor possibilidade disso.



O que se tem é que nós entendemos que a definição de conteúdos/disciplinas não deve ser feita em lei, mas no conteúdo da base. Vejam que, somente na Câmara dos Deputados, nós temos 450 projetos de lei hoje em andamento para a criação de disciplinas no Congresso Nacional. Desculpem, não na Câmara, no Congresso. Quatrocentos e cinquenta, Isso é matemático, não cabe. Como fazer dentro de 2.400 horas? Nós já temos treze disciplinas e somos o único modelo mundial que tem todas as disciplinas obrigatórias.

Citaram aqui citaram a educação no Canadá, o modelo da França, citaram os Estados Unidos. Lá, os alunos não são obrigados a fazer todos, mas eles, em determinado momento, aprofundam isso, justamente para testar as habilidades e dizer: se você tem mais habilidade matemática, percorra o itinerário de matemática; se você tem mais habilidade em natação, percorra a possibilidade da natação. Isso faz parte da composição do ensino médio. Então, não é deixar de oferecer, mas é oferecer com mais qualidade e mais profundidade. E aqui estou falando de forma geral para todas as áreas. E educação física é uma delas.

Falo isso com muita tranquilidade, porque quando fui Secretário de Educação do Estado do Amazonas, foi na minha gestão, por exemplo, Presidente Jorge, que colocamos os profissionais de educação física para os alunos do primeiro ao quinto ano, na rede estadual do Amazonas. Não colocamos em todas, mas enfim, começamos com isso. E eu entendo a importância do profissional de educação física, da sua formação.

Então, a discussão de ter a educação física no ensino médio, é lógico que tem de haver. Mas eu acho que precisamos olhar a formação nessa área como um todo na educação básica. Porque nós não vamos ter atletas de alto rendimento, se não cuidarmos da base, no primeiro ao quinto ano, junto com o desenvolvimento motor da criança na educação infantil, no primeiro ao quinto e em todo o momento. Eu acho que esse é o ponto fundamental. Nós estamos preparando a Base Nacional Comum, que é essa que vai ter lá todos os objetivos de aprendizagem que devem estar contidos nos currículos. A Base Nacional não é currículo; ela depois vai definir. Cada sistema de ensino vai definir o currículo.



Sobre a questão de ser obrigatório. Para nós, teremos todas essas disciplinas, especialmente, a educação física compondo, sim, o ensino médio brasileiro.

Eu queria só tratar aqui de um de alguns pontos que eu vi e que me preocupam no que está escrito no Plano do Desporto. Por exemplo, aqui na Diretriz I, e o Dr. Ismar, com quem tive oportunidade de me reunir, também do Tribunal de Contas da União, falou um pouco. Discutimos um pouco esse aspecto do Plano Nacional de Educação, que foi criado com todos sonhos, todos os nossos sonhos embutidos lá dentro. E hoje não temos a menor condição de cumprir tudo aquilo que está previsto.

E eu acho que esta é uma lição que a educação pode ensinar um pouco para o desporto, e eu concordo com Dr. Ismar, sobre o estabelecimento de metas internas. Não adianta dizermos apenas que 100% dos alunos, por exemplo, da rede básica devem ter acesso à educação física. Nós temos 200 mil escolas no Brasil, e apenas 33% delas têm quadras. Ou seja, nós estamos falando, se for para ter o espaço adequando, de se construírem, em 10 anos, 160 mil escolas. De 2010 até 2014 foram construídas apenas 5%; saltamos de 28% para 33% em 5 anos.

E eu estou deixando isso para reflexão, porque, senão, criamos formas com financiamento, com as dificuldades que sabemos que o Brasil está enfrentando e não sabemos a velocidade. Vale deixar, por exemplo, que teremos? Nós temos que assumir se temos condições ou se não temos condições de colocar 100% dos espaços adequados, como se fala aqui. E a definição do que é espaço adequado para a educação física.

E, só para complementar, desses 33% que têm quadra, 40% delas não têm cobertura. Então, para, além disso, ainda temos outro problema: não basta ter a quadra, colocar um cimentado e dizer que temos o espaço adequado para a educação física. O adequado é ter a cobertura para que se possa praticar nos dias de chuva e de sol, de norte a sul do País.

Então, essa é uma preocupação que eu vejo aqui. Na verdade, é a principal preocupação do que li até agora, Deputado Evandro, porque eu acho que precisamos esclarecer e determinar metas que sejam possíveis. Considerar que vamos ter dinheiro para construir quadras para todas as escolas não é verdade, nós



não teremos. Independentemente de quem for próximo Governo, nós não vamos ter esse recurso, nós não vamos conseguir construir quadras para escolas que têm 30, 50, 60 alunos, como nós temos no Brasil. É irreal. Então, que o Plano nos ajude a encontrar um direcionamento de espaço. Não é não ter educação física nessas escolas, porque também se pode ter a prática de educação física e a parte teórica, que ainda muito pouco se fala, infelizmente, na educação. E eu acho que a Base Nacional vem cumprir um papel sobre isso.

E o Dr. Tojal, na reunião com o Conselho Federal, falou algo muito importante, que dispensamos os alunos da obrigatoriedade da educação física, mas poderíamos manter esses alunos para terem a parte teórica. Se eles não querem ter a parte prática, que eles tenham a parte teórica, por exemplo. Eu acho que é um ponto importante. Se queremos ter uma consciência maior dentro do que foi discutido e do que é discutido aqui, especialmente, no aspecto de saúde e qualidade de vida, por exemplo, por que o aluno não participar pelo menos da parte teórica? Eu acho que esses são debates que podem contribuir.

Só para exemplificar mais claramente isso, no Estado do Amazonas, nós criamos os Centros de Mídias da Educação, que são aulas feitas por vídeo conferência com os professores especialistas na capital e professores de várias formações no interior. Nós não temos o professor nessas localidades. São 55 mil alunos atendidos para esse projeto, que estão há 25, 30, 90 dias de distância, por exemplo, da capital, em locais extremamente isolados. Nós nunca teremos todos os profissionais lá, mas a aula de educação física é realizada pelos professores no estúdio, com toda a orientação, com toda a teoria necessária para que esses alunos possam se desenvolver.

Então, eu acho que precisamos aqui ter um banho de realidade em relação aos números da educação. Não será fácil crescermos, por exemplo. E não é nem que não será fácil; será impossível termos os espaços adequados em todas as escolas.

Eu gostaria, em nome do Ministério, deixar isso muito claro, mas sem impedir que tenhamos avanços claros dentro da educação básica sobre isso.

Por fim, existem alguns programas do Governo Federal, do Ministério da Educação. O Ministro Mendonça Filho é um grande incentivador disso. Nós



lançamos agora, por exemplo, o Programa Ensino Médio Inovador. Esse programa contempla campos específicos de incentivo da escola, desde o acompanhamento pedagógico até, inclusive, um campo exclusivo para a prática esportiva e Educação Física, cujo incentivo se dará por meio de recursos destinados diretamente à escola, por exemplo, às escolas de ensino médio.

Da mesma forma, ocorre com o Programa Mais Educação. Foi lançado o novo Mais Educação com algumas alterações.

E temos outros programas que estamos desenvolvendo para o ano de 2017, que estão ligados ao desenvolvimento da Educação Física, da prática esportiva dos nossos alunos, sempre tentando lincar algo mais.

Existe algo importante que a Base Nacional Comum Curricular inclusive precisa trazer mais: a Educação Física não pode ser um tema tratado na escola de forma isolada. A Educação Física tem que servir para a Matemática, tem que servir para a Biologia. A Educação Física tem que servir para outras disciplinas, assim como outras devem servir para a Educação Física.

Esse é um dos temas desafiadores que vamos ter.

Estamos à disposição para debater com todos a respeito desse tema tão relevante.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço, Sr. Rossieli, pela sua explanação.

Dentro da mesma linha, nas conversas que tive com o Ministro Mendonça Filho, ele me relatou as grandes dificuldades de algumas situações em relação ao corporativismo.

Eu dizia que a estrutura da Educação Física era diferente. Ele disse assim: *“Olhe, não temos um grupo que trabalha pela educação, nós temos quem trabalha pelos professores; nós não temos grupos hoje que defendem fortemente a saúde, nós temos quem defende os médicos”*. E assim há esse corporativismo. Não temos grupos que defendem realmente a causa. Na conversa com Ministro, eu explanava que o Conselho Federal de Educação Física, que integro, tem a consciência de que, se a Educação Física estiver bem, o profissional estará bem.



Então, temos que inverter essa pirâmide. Essa é uma fala do Ministro Mendonça muito boa. Nós temos que inverter isso. Se defendermos primeiro a saúde, conseqüentemente os médicos ficarão muito bem; se defendermos primeiramente a educação, conseqüentemente vamos ter cada vez mais educação no País.

Então, está-se invertendo isso em detrimento de certos assuntos. Eu concordo plenamente. Nós temos isso na própria Educação Física.

Vamos trabalhar fortemente, por ter o entendimento da necessidade da Educação Física do 1º ano ao 5º ano. Conforme disseram, isso foi implantado no Amazonas. Vamos trabalhar para ela estar no ensino fundamental, em séries iniciais e séries finais, também no ensino médio; mas dentro da necessidade de que conseqüentemente esse profissional terá o seu espaço.

Então, a pirâmide se inverteu. Essa é uma visão muito boa do Ministro Mendonça em relação a isso. Por isso, estamos tendo um diálogo muito bom em relação a essas ações.

A realidade das escolas.

Eu tinha conhecimento desse índice de 33% com quadras. Particularmente, eu diria que nem tudo se aprende em quadra. Se nós formos pensar na educação, Sócrates dava aula embaixo de árvores. Não deixou de haver ensino.

Quando nós colocamos de repente algumas metas, se tivermos um profissional bem capacitado de Educação Física e se, por exemplo, trabalharmos com uma modalidade chamada miniatletismo, em qualquer fundo de terra se consegue realizar muito bem esse ensino.

Agora, Dr. Rossieli, me permita dizer que será impossível nós termos para daqui 3 a 4 anos todas as quadras cobertas. Isso não é tudo. Há locais que isso não é necessário. Mas, se nós fizermos um plano que estabeleça alcançar uma meta para daqui 15 anos ou 20 anos, significa que nós sabemos aonde queremos chegar.

Tenho certeza de que o senhor não está entendendo que nós queremos que isso seja realizado em 2 ou 3 anos. Mas nós queremos dizer o seguinte: está no nosso radar que isso chegue a acontecer nos próximos 20 anos.

Claro que isso passará pelo crescimento da economia, passará pelo desenvolvimento de várias ações.



Por isso, quando vou defender a educação, a saúde e o esporte, por exemplo, que são bandeiras que defendo fortemente aqui na Casa, trabalho primeiramente com outra bandeira. Sou do Paraná, Estado em que o agronegócio é muito forte. A minha primeira bandeira no Paraná é o agronegócio, apesar de eu ser oriundo do esporte, da educação e da saúde. Por quê? Porque, havendo recursos e o agronegócio indo muito bem, vai sobrar dinheiro para a educação, para o esporte e para a saúde, e não vai precisar haver cortes aqui.

Isso são linhas. Temos que entender o que queremos num planejamento em longo prazo. Essa é uma linha que talvez possamos manter. Mas reafirmo que são metas de um plano exequível que queremos alcançar num prazo de 20 anos.

Tenho uma solicitação aqui. Tenho mais sete inscritos. Nós temos a possibilidade de seguir direto com a reunião. Eu não sei do que vocês gostariam. Por mim, sigo direto ou podemos parar para o almoço. O meu tempo está disponível *full time* para conduzirmos esta reunião.

Podemos seguir adiante? (*Pausa.*)

Então, vamos lá!

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA - Sr. Presidente, me desculpe. O senhor me permite? Peço desculpas. Eu vou precisar me retirar. Por isso até pedi para inverter, porque tenho outros compromissos. Eu não sabia que era o dia todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Não há problema.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA - Até achei o formato interessante. Não pensei que a Mesa fosse menor, mas gostei bastante do formato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Isso foi porque a outra nos ensinou que não deu tempo.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA - (*Riso.*) Infelizmente, eu preciso retornar. Mas, de novo, gostaria de ficar à disposição, em nome do Ministro Mendonça, para todo o debate necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Estaremos lhe procurando lá.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA - Digo isso tanto em relação à Comissão quanto também em relação às instituições que estão nos procurando. Estamos recebendo todos e vamos conversar sem dúvida não só sobre a reforma do



ensino médio, mas sobre todos os outros aspectos, especialmente a Base Nacional Comum Curricular, que é o documento mais importante que está sendo construído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Rossieli, muito obrigado. Leve um abraço ao Ministro Mendonça, que nos tem tratado muito bem em todos os momentos. Realmente é uma pessoa preparada cada vez mais em relação à ação.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Sr. Deputado, uma questão de ordem, só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Todos vão falar e, depois, haverá debate ou não? Gostaria de entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - A ideia é de que todos falem e que haja um debate posterior. Mas que todos possam falar, e podemos tocar para frente a reunião. Vamos exaurir o máximo possível todos os questionamentos e as ações que houver aqui. Por mim nós seguimos adiante. Isso é comum aqui, por mais que talvez não o seja para os senhores. Não é para dizer que trabalhamos muito, mas ontem fui almoçar cinco e meia da tarde. Isso é comum em alguns dias. Por mim, podemos seguir em frente com a reunião.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Fiz a pergunta, porque, se não vamos debater, quem já falou poderia ir embora, digamos assim. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Isso. Ao falarem os sete inscritos, já abriremos para o debate. Pode ser, Boscolo?

Passo a palavra ao Sr. Pedro Athayde, do CBCE.

O SR. PEDRO ATHAYDE - Boa tarde a todas e a todos.

Estou aqui representando a Profa. Simone Rechia, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Quero parabenizar o Deputado Evandro e o Deputado Danrlei pelo trabalho, em nome da nossa Presidente. Quero dizer que, além de estar representando a Presidente, também sou professor da Universidade de Brasília. Também tenho bastante preocupação com algumas questões que foram levantadas aqui em relação à formação profissional, especialmente às diretrizes dessa formação, que estão sendo discutidas no Conselho Nacional de Educação. Mas não vou entrar nesse debate porque acho que não é o escopo da reunião desta reunião de hoje.



Também tenho uma série de preocupações com algumas observações feitas pelo representante do Ministério da Educação, mas também não vou entrar nesse tema aqui porque acho que vamos fugir do nosso foco.

Porém, quero deixar bem claro que o CBCE — Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte também se coloca contra essa proposta da reforma do ensino médio, contra a retirada da obrigatoriedade da Educação Física. Já há um consenso no CBCE em relação a esse assunto.

Quero começar falando da importância de uma questão. As falas vão se desenvolvendo, e fica difícil não sermos repetitivos e não voltarmos a assuntos que já foram ditos aqui anteriormente.

Eu queria ressaltar aqui a importância — pelo texto, parece que vocês tiveram essa preocupação — de dialogar sobre ações que já foram realizadas anteriormente nesse mesmo sentido da construção de um plano.

O Prof. Arialdo citou o plano de 2004/2005. Poucas pessoas, de fato, têm conhecimento desse documento. Mas é preciso, ao mesmo tempo, reconhecer que ele avançou no campo conceitual, mas avançou pouco em termos de implementação. Mas isso não é jogar fora os avanços e, sim, reconhecer os avanços e melhorar naquilo que poderemos avançar ou superar aqueles limites que existem, e também diluir isso em relação às Conferências Nacionais de Esportes que tivemos em 2004, 2006 e 2010, para que elas não sejam desconsideradas.

Claro que muito do que não foi implementado se deveu a uma reorganização da agenda pública brasileira, das políticas esportivas, fruto dos grandes eventos esportivos. Isso foi o nosso foco, foi o nosso norte. Mas agora passou. Então, podemos pensar agora com mais calma nos legados e no desenvolvimento do Plano Nacional de Ética no Desporto, embora eu faça coro com as pessoas que defendem aqui o Plano Nacional de Esporte.

Com relação a esse novo Plano que estamos construindo, há uma preocupação que eu queria externar aqui, que é uma preocupação do Colégio Brasileiro das Ciências do Esporte, no sentido de que não forcemos algumas dissimetrias que estiveram presentes nas políticas esportivas nos últimos anos, especialmente quando falamos das dimensões esportivas, como o alto rendimento, a participação, o lazer, o educacional e também a formação que foi implantada em



2015, fruto da reforma da Lei Pelé. Aliás, a Lei Pelé já foi extremamente emendada. Há uma série de emendas a Lei Pelé.

E não reforçar essas dissimetrias significa nós darmos um pouco mais de importância — isso foi mostrado no relatório do Tribunal de Contas da União — às dimensões do esporte educacional, do esporte de participação, sem querer menosprezar a importância do esporte de alto rendimento.

Digo isso porque penso que o esporte educacional, o esporte de educação potencializam uma preocupação que foi dita na fala da Danielle, mas em outras falas também, que é no sentido de políticas transversais intersetoriais, que envolvem diferentes áreas do governo, e não só as áreas do governo, mas outros representantes da sociedade civil. Acho que eles têm esse potencial maior.

Tenho certeza de que o educacional e a participação contribuem de uma forma mais efetiva para uma preocupação que está em todas as falas, que é de uma população mais ativa, menos sedentária. Acabo de vir de um congresso na Europa. Lá, os dados do Eurobarômetro mostram que os países com maior índice de população ativa (Suécia, com 91%, Finlândia, com 85%, Dinamarca, com 85%) são países que têm uma rede de serviço de atendimento às áreas sociais bastante desenvolvida. Por isso, há uma forte correlação entre alto índice de população ativa, alto índice de desenvolvimento humano e alto índice de expectativa de vida. Ou seja, tudo isso está relacionado. Acho que isso é potencializado quando investimos nessas dimensões do esporte educacional, do esporte de participação.

E claro que isso dará fruto no alto rendimento, porque essas dimensões estão interconectadas. Elas não estão isoladas. Isso é uma questão importante.

Agora, o Deputado Roman fez um aviso no começo, pedindo que não falássemos de recurso público, mas todo o mundo acabou tocando na questão do financiamento. Então, eu também vou desrespeitar o seu aviso. (*Riso.*)

Se, por um lado, é tão importante investir no esporte educacional e no esporte de alto rendimento, o que o relatório do TCU também nos demonstra é um paradoxo no financiamento público, porque o financiamento público tem investido cada vez mais no alto rendimento e menos nas dimensões educacionais e de participação.

Isso não é uma particularidade do Brasil. Isso é uma tendência mundial, esse paradoxo entre financiamento e as dimensões esportivas. Então, precisamos



reverter um pouco isso de alguma forma, inclusive para atender o preceito constitucional em relação à priorização de investimento no esporte educacional. Acho fundamental, então, pensar no financiamento, até porque, quando vemos o desenvolvimento da educação esportiva brasileira, não vou dizer tudo, porque é um exagero, e não devemos fazer generalizações, mas é no sentido de aumentar fontes que vão, no final das contas, alimentar o esporte de alto rendimento.

Então, temos que pensar com mais carinho sobre fontes de financiamento para o esporte educacional de participação.

Gostei muito da fala do Luiz Lima aqui, no sentido de que a lei de incentivo não seja só para promoção de eventos, mas para incentivar projetos sociais. De fato, o que tem acontecido é que tem havido concentração em eventos.

Vou fazer coro com a fala da Cássia. Um plano nacional de esporte ou de desporto não pode estar desconectado com o fato de pensar num sistema nacional de esporte. Esse sistema nacional de esporte é o que vai garantir os anseios do Marcelo Ferreira, que é a definição de competências e prerrogativas, e até aonde vão as competências da União, dos Estados, dos Municípios, onde entra a participação as entidades privadas, do terceiro setor.

O sistema nacional de esporte vai garantir e estabelecer melhor quais são as fronteiras e as interfaces públicas e privadas, e como elas vão se relacionar, pautado, acredito eu, pela transferência.

Aí também gostei muito da fala em relação a uma gestão mais democrática e transparente das confederações esportivas. Que bom que o Ministério do Esporte tenha essa preocupação em evidência. Nessa fronteira entre público e privado, o que tem que prevalecer são sempre as necessidades da população, dos cidadãos, as suas demandas em relação ao esporte.

Chamo a atenção para o fato de que, por exemplo, o Diagnóstico Nacional do Esporte tem mostrado hoje que apesar de o percentual ser baixo — pelo menos, consideramos baixo, 40% —, a maior parte das pessoas têm procurado atividades físicas ou esportivas, de caráter não competitivo, de forma autônoma. Ou seja, são pessoas que saem para caminhar, para fazer uma corrida, ir para a academia de ginástica. Temos que estar atentos a esse movimento das pessoas, que não fazem isso por meio das confederações ou das federações. Temos que estar atentos para



a maior parte da população, como vamos atingi-los, como vamos ampliar esse índice, esse percentual, quem sabe, para um dia chegar a 70%, como consta no Plano.

Aproveito a oportunidade para fazer mais um coro com a Danielle, com o TCU, para que tenhamos metas factíveis, dentro desse Plano Nacional do Desporto. Se é verdade o que diz o Jorge, que não é um plano para o Ministério, para a sociedade, alguém vai ter que responder por essas metas. Alguém vai ter que ser responsabilizado por elas e provavelmente vai ser o Ministério, até para que isso não seja uma armadilha para o Ministério. Por exemplo, tivemos a melhor campanha nos Jogos Olímpicos e muitas pessoas ficaram presas à meta estabelecida para o País de 10º lugar no quadro de medalhas. Não conseguimos atingi-la, e acabou desvalorizando a nossa melhor participação em Jogos Olímpicos.

É preciso pensar em metas factíveis para não construirmos uma armadilha para nós mesmos ou para o próprio Ministério.

Último ponto, quanto à questão do esporte educacional e do esporte escolar, não vou polemizar a respeito, mas a Lei Pelé tentou fazer isso, Deputado, esclareceu o que é educacional e esporte e, na minha concepção, piorou, porque deixou mais confuso ainda o que é educacional e o que é esporte. Precisamos voltar a essa questão conceitual, até porque isso impacta na distribuição do financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - V.Sa. concorda com essa linha de abrir à discussão.

O SR. PEDRO ATHAYDE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu sou bem sério, também não tenho certeza. Eu acho que tem que ver o que o meio pensa.

O SR. PEDRO ATHAYDE - Na verdade, algumas correntes vão dizer que educacional todo esporte é, depende para que educa. Precisamos saber definir melhor esses conceitos das dimensões e se queremos perpetuá-los. É preciso discutir isso.

Quero mais uma vez, agradecer em nome do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte o convite para participar desta reunião e parabenizar pela ação da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Pedro Athayde, cujas observações foram bem pontuais. Estava bem ligado em tudo o que foi discutido aqui.

Com a palavra o Sr. Daniel Pansarelli.

O SR. DANIEL PANSARELLI - Boa tarde a todas e a todos. Falo aqui como pró-reitor de extensão e cultura da Universidade Federal do ABC, representando a associação de reitores, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES. Falo como um peixe fora d'água, porque eu sou filósofo nesse meio, embora tenha caminhado bastante próximo da fenomenologia do esporte.

O vício ou hábito de filósofo me faz analisar o documento e encontrar algo que salta aos olhos. A Diretriz 1, Meta 1, Ação 1, já remete ao sistema educacional. A universidade está citada nas Diretrizes 2 e 3. A universidade do esporte, está contida na Diretriz 4.

Isso reforça o que o Deputado Roman expôs na sua fala inicial de uma íntima relação entre esporte e educação, que é algo que me parece saudável para a formação física e para a formação da cidadania da nossa população.

Queria falar sobre essa relação entre esporte e educação. Primeiro ponto, hoje, existe um sistema federal de educação superior que ainda nos parece pouco conhecido e pouco apropriado pela sociedade brasileira.

A universidade hoje está interiorizada, diferente do que foi a universidade no passado. Ela não é elitizada. A ANDIFES publicou recentemente um longo documento com o perfil socioeconômico, inclusive dos estudantes matriculados nas universidades públicas brasileiras, demonstrando que a maioria dos estudantes das universidades públicas, hoje, são das classes sociais C e D, diferente do que ocorreu no passado.

Portanto, parece-nos que há nas universidades uma infraestrutura previamente disponível ou quase pronta para contribuir de forma muito significativa na construção e na execução desse Plano Nacional. Hoje, são 63 universidades, centenas de *campi* universitários, se juntarmos com a rede dos institutos federais, há a cobertura de 80% das microrregiões dos microterritórios no Brasil.



E me parece que não há motivo para não se utilizar toda essa estrutura para disseminar e para contribuir, de forma muito significativa, na implementação do plano que nós estamos construindo aqui, não só para os alunos. Lembro aqui que a extensão universitária é um dos tripés constitutivos da educação superior universitária no Brasil, como preceito constitucional.

Portanto, por meio da extensão, nós conseguimos atingir não só os estudantes universitários, que hoje já têm esse perfil bastante diversificado, mas também a comunidade dos entornos, dando conta praticamente de todo o território nacional. Acho que o conceito da interiorização das universidades públicas ainda não foi bem apropriado.

Há lugares em que o campus universitário ou o campus do Instituto Federal é o único aparelho público disponível na microrregião. E eu diria que isso está à disposição inclusive como infraestrutura. Talvez o investimento aí seja um investimento de complemento e não de construção. Portanto, muito menor, para que se possa colocar à disposição das comunidades equipamentos que viabilizem, quando necessário, a execução e a concretização desse plano. Isso no âmbito da educação superior.

A primeira meta, a primeira ação, aborda especificamente a questão da educação básica, e a ANDIFES teve oportunidade de dialogar recentemente com a Secretária Executiva do MEC e com o Secretário Rossieli também, mostrando certo desconforto não com a reforma do ensino médio, porque há um entendimento comum que é preciso se mexer no ensino médio brasileiro, mas com a forma como isso foi feito. E aí eu trago um desconforto no sentido de que é preciso que haja um diálogo não só preliminar como esse que nós estamos fazendo aqui, mas um diálogo sobre o formato final do documento que vai ser apresentado.

O pleno da ANDIFES se mostra um pouco desconfortável com esse formato de medida provisória ou mesmo de decreto. O Deputado Evandro Roman bem disse que nós estamos aqui assinando em conjunto uma construção, mas desde que o decreto reflita o conjunto dessa discussão depois. E nós sabemos que o formato de decreto dá ao Executivo o poder de se apropriar de umas partes e não de outras.



No caso, a ANDIFES está se colocando à disposição, está marcando seminários para discutir a MP que reforma o ensino médio e tentando fornecer subsídios inclusive para que esta Casa possa se manifestar de forma adequada.

Então, eu diria que há uma preocupação conjunta e colaborativa no sentido de se revisitar a proposta de reforma do ensino médio, o que me parece que soma também com o movimento que o Deputado Evandro Roman disse que está levando adiante junto ao Ministério da Educação.

Por fim, além de dizer que ainda deve ser reforçada a utilização das universidades e da extensão universitária como um meio para a viabilização de parte dessas metas, devo dizer, como quem não é da área, que o fato de esse plano estar se pautando de forma tão forte no Sistema Nacional de Educação faz parecer evidente a necessidade de se reforçar o que está na Diretriz nº 5, que é a construção do Sistema Nacional do Esporte. Na falta de um sistema nacional próprio para o esporte, está se apoiando quem sabe demais no sistema educacional.

Então, reforço aqui a necessidade de se levar isso adiante. Inclusive, trata-se de uma das poucas metas que aparecem com um prazo de 2 anos para a construção do Sistema Nacional, o que já vem com uma discussão acumulada. Nós tivemos a oportunidade de conhecê-la. Parece-me que isso é imprescindível para que, cada vez mais, haja autonomia e também não se fique dependendo de reformas ou não do sistema educacional.

O que está colocado hoje como medida provisória coloca em xeque a primeira ação da primeira diretriz, da primeira meta. É algo que me parece que deixa o esporte em uma situação pouco confortável por falta de autonomia.

Então, reforço apenas a disposição da ANDIFES e das universidades federais em colaborar inclusive com sua infraestrutura, com seus recursos físicos e materiais para isso. Também há a disposição de as universidades integrem, de forma efetiva, esse Sistema Nacional do Esporte que há de ser construído.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pelas considerações, Sr. Daniel Pansarelli. Agradeço não só ao senhor, mas a todos. Todas as falas ficam registradas nas notas taquigráficas e em vídeo. Se quiserem,



poderão solicitá-las daqui a algum tempo para que haja o entendimento tanto da Câmara dos Deputados como do Ministro, caso não sejam atendidos.

Eu acredito que os pedidos não poderão ser atendidos em plenitude, mas, com certeza, haverá uma linha de entendimento. É só para dar esta segurança.

Eu quero registrar a presença do Prof. Almir Adolfo Gruhn, de Foz do Iguaçu, uma pessoa muito ligada à FIEP — Fédération Internationale d'Education Physique.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Stefano Adolfo Prado Arnhold, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve — CBDN, também representando a Confederação Brasileira de Rugby — CBRU.

O SR. STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD - Boa tarde a todos! Meu nome é Stefano, eu sou o Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve e estou representando aqui algumas Confederações Olímpicas. Prometo não me estender, embora elas tenham me cedido tempo para que eu pudesse trazer dois conceitos para a reflexão dos senhores, os quais eu considero muito interessantes.

O primeiro conceito vem de que o esporte de alto rendimento é, em muitos países, o principal indutor da prática esportiva em geral e da atividade física como um todo. E o segundo é o de que, em geral, os investimentos feitos no esporte retornam para a sociedade sob a forma de redução em outros gastos, notadamente na saúde, na educação e na segurança.

Então, se a gente for analisar alguns estudos feitos pela Organização das Nações Unidas, pela Comunidade Europeia e até pela Organização Mundial da Saúde, eles mostram que não há nenhuma outra atividade, que não o alto rendimento, para ajudar na motivação da prática esportiva.

Muitas vezes, a gente pensa no alto rendimento apenas como a ponta da pirâmide. Na realidade, um dos maiores legados do alto rendimento é a motivação de toda a população à prática desportiva. Por quê? Porque não há outra atividade que tenha o mesmo efeito nos meios de comunicação. Dificilmente, alguma outra atividade tenha essa abrangência nos meios de comunicação com uma emoção e com um aspecto muito positivo.

Então, eu gostaria de citar aqui — infelizmente, a gente dispõe de muito pouco tempo — casos de outros países em que a construção esportiva é parecida



com a nossa, notadamente a Austrália, a Alemanha, a Grã-Bretanha, onde o financiamento é basicamente público. Então, não adianta a gente analisar outros países com uma construção completamente diferente da nossa.

O caso da Grã-Bretanha talvez seja o mais emblemático deles. Em Atlanta, em 1996, nos Jogos Olímpicos nos Estados Unidos, eles ganharam uma única medalha de ouro. Eles ganharam 15 medalhas em 1996, igual ao Brasil, e começaram um plano para estruturar a atividade física e o esporte na Grã-Bretanha como um todo, não apenas no alto rendimento.

Ao longo da consecução desse plano, que começou em 1996, eles foram descobrindo cada vez mais a importância do alto rendimento para o projeto deles. Tanto que os Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, não foram um projeto apenas para organizar os Jogos Olímpicos, foram um projeto para, com os Jogos Olímpicos, executar o plano deles na área do desporto e na área da prática física.

E vejam só, eles cresceram tanto na sua atividade que vieram a conquistar 67 medalhas agora no Rio de Janeiro. É a única nação no mundo que conseguiu conquistar mais medalhas nos Jogos Olímpicos fora de casa depois do seu evento em 2012.

Nos Jogos Paralímpicos, o objetivo deles era conquistar 121 medalhas, e conquistaram 147. Infelizmente, o tempo é pequeno para a gente explicar o invejável trabalho que eles fizeram, mas eles foram, ao longo dos anos, aperfeiçoando suas metas, que são metas para o esporte de participação, para a atividade física como um todo.

Mas, no último ciclo, que é o ciclo de 2013 a 2017, eles resumiram todas as suas metas à parte mais simples que eles encontraram: o número de medalhas nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Eles fixaram como meta, em 2013, 66 medalhas, e acabaram conquistando 67.

Então, a Grã-Bretanha é um exemplo fantástico! Ela conseguiu, no Ciclo Olímpico de 2013 a 2015, aumentar em 10% o número de pessoas com mais de 16 anos que praticam atividade física. Adicionaram cerca de 1 milhão e meio de pessoas que praticam atividade física.

Infelizmente aqui o tempo é curto e não posso me alongar, mas eu gostaria de ir rapidamente para o segundo conceito, que é muito importante.



Aqui se falou um pouco de que há suficientes recursos para o esporte. Eu vou discordar veementemente dessa colocação. O Brasil, comparado com outras nações, tanto em termos absolutos como em termos relativos, aplica recursos muito inferiores aos de grandes nações.

Aqui temos a ambição de fazermos um plano de 20 anos para desenvolver o esporte no nosso País. Então nós temos que ter também a ambição de aumentar e muito o investimento no esporte.

Aí que vem a parte interessante. Hoje não vou poder colocar todos os estudos, mas nós entregamos para a Mesa uma contribuição nesse sentido. Temos vários estudos que mostram a redução de custos na saúde, a redução de custos na educação, a redução de custos na segurança pública, no combate à criminalidade advindos dos investimentos no esporte.

Então é completamente diferente olharmos para um aumento brutal de investimento no esporte se nós podemos ter esse recurso de volta para a sociedade na redução de outras linhas.

Nós estamos em um momento em que o País atravessa uma situação econômica difícil. Vai demorar certo tempo para que tenhamos de volta o crescimento econômico e a possibilidade de aumento dos recursos. Porém, é muito mais confortante para nós pensarmos em aumentar os investimentos no esporte se, no todo, não vamos aumentar o gasto da sociedade.

Eram esses dois conceitos que eu gostaria de trazer para a reflexão dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Stefano Arnhold, pelas suas considerações. Tenho certeza que elas serão levadas. Se você pudesse fazer os apontamentos, para o trabalho da relatoria, facilitaria bastante.

Passo a palavra ao Sr. José Luiz Vasconcellos, Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo.

O SR. JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS - Boa tarde. Muito obrigado, Deputado, por estar aqui presente. Isso é uma valia importante para o desenvolvimento do esporte nacional.



Como nosso Secretário do Esporte, também fui um ciclista, um atleta, competi em mais de 20 países, em alguns eventos grandes como os Jogos Pan-americanos e Olímpicos. Estou, como Presidente da Confederação, dando minha contribuição ao desenvolvimento do nosso ciclismo.

A confederação administra as 4 disciplinas olímpicas, que são um distinta das outras. O ciclismo de BMX é diferente do ciclismo de Mountain Bike, que é diferente do ciclismo pista, que é diferente do ciclismo de estrada.

Falando nisso, eu vejo outros países que entram no nosso debate na seguinte situação. Nós falamos aqui que 70% da nossa população estão obesos. Falamos também que 62% da nossa população estão com excesso de peso. Falamos também que a saúde da população está precária.

O transporte está ruim. No ciclismo, no contexto geral, vendo os outros países, como citou o nosso Presidente Stefano, houve um investimento muito grande na prática do uso da bicicleta, no seu transporte, na sua educação, indo e voltando para as escolas. Com isso detectou-se uma grande economia na saúde. Os investimentos feitos no desenvolvimento do ciclismo detectou isso.

Também se detectou a grande quantidade de medalhas adquiridas por (*ininteligível*) pela Inglaterra. As medalhas, citadas pelo Stefano, que o País inglês conquistou, se nós observarmos, foram conquistadas 60% no velódromo e no ciclismo de estrada.

Isso demonstra que a bicicleta é um meio de facilidade, de trazer, principalmente para o nosso País, o desenvolvimento de todos esses Ministérios — da Saúde, do Transporte, das Cidades — e fazer com que haja um avanço significativo nisso, não só na prática, como no alto rendimento do uso da bicicleta no ciclismo.

A França, como a Inglaterra, como a Austrália, detectaram que, colaborando com os trabalhadores, oferecendo a eles 50 *cents* de euro a cada quilômetro rodado, fizeram uma excelente economia na saúde e proporcionaram o fortalecimento do esporte de alto rendimento, fazendo com que as crianças, enfim... todas as faixas etárias, a bicicleta atinge.



E aqui, em nosso País, nós estamos caminhando bem, mas, infelizmente, temos ainda uma contramão nisso, porque a bicicleta não pode ser colocada ali, não pode entrar ali.

E, falando-se em âmbito de Governo, não é nem no sentido de crítica, mas é um sistema em que nós podemos fazer mudanças. As taxas de importação, as taxas de favorecimento para você adquirir uma bicicleta são muito altas. Nós não temos como praticar o ciclismo se nós não tivermos uma bicicleta. Pode-se dizer assim: *“Mas nós temos que fortalecer a indústria brasileira”*. Nós temos que entender que não existe indústria brasileira de bicicleta; existem montadoras. O Brasil não produz câmbio de bicicleta; o Brasil não produz corrente de bicicleta. Tudo isso são equipamentos importados. E se nós não fortalecermos esses equipamentos que aqui entram, nós não estaremos dando saúde, nós não estaremos dando meio ambiente, nós não estaremos dando esse legado à nossa população.

Então, eu vejo isso. Eu acho que dessa forma nós poderemos contribuir muito neste desenvolvimento: fazer com que a bicicleta esteja inserida no dia a dia, para que a nossa população não seja tão obesa assim. O ciclismo é uma saída.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Vasconcelos. Eu tenho conhecimento de seu trabalho e o parabenizo.

Parabéns também pela fala.

Com a palavra a Sra. Cláudia Petuba.

A SRA. CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Bom, estou aqui, representando o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude.

Agradeço-lhes o convite, na oportunidade em que também parabenizo a iniciativa dos Deputados Evandro, Danrlei e João Derly, que nos convocaram para estarmos aqui hoje.

Eu queria fazer duas breves considerações: uma, do ponto de vista mais metodológico; outra, mais de conteúdo, de mérito aqui do debate.

A primeira: quando eu recebi o convite, constava lá que nós iríamos debater hoje a segunda etapa do Plano Nacional do Desporto. E eu muito me questioneei: *“Se eu vou para a segunda, o que foi que aconteceu na primeira? Será que eu vou ser*



repetitiva? Como é que eu vou me situar? Vai haver uma terceira? Eu vou antecipar alguma coisa que ainda está por vir?" Metodologia é obrigatória em todas as graduações, e eu acho que é uma coisa que contribui muito, e ela pode, inclusive, prejudicar o debate.

Portanto, acho que seria importante para nós participantes entendermos como é que vem sendo pensada a construção do Plano Nacional do Desporto, para que nós venhamos, no momento oportuno, a fazer o posicionamento mais adequado. Acho que é importante sabermos quais vão ser os momentos, quais vão ser os procedimentos, e que continue esse nível de representatividade que aqui está posto.

Isso é só uma primeira observação.

Não recebi nenhum comunicado para ter a oportunidade de participar da primeira etapa, mas queria colocar que, da parte do Governo do Estado, há até uma indicação do Governador Renan Filho para que nós venhamos a nos inserir nos debates importantes em âmbito nacional, para também dar nossa contribuição.

Ainda um pouco dessa questão de metodologia: acho que o Brasil tem um acúmulo muito importante no planejamento, não tanto quanto outros países, de planejamentos mais duradouros, planejamentos de Estado. A gente está ainda muito na seara de planejamento governamental, mas acho que já temos algumas lições importantes.

No quesito governança pública, inclusive, a gente vem tirando grandes aprendizados sobre o quanto é importante elaborar planos, mas também, principalmente, o quanto é importante executá-los. Nós temos um acúmulo muito grande de formulações. As universidades têm um grande acúmulo, as Casas Legislativas e os Governos também. Mas acho que para fazer um plano bem-sucedido, a gente precisa definir quais são, de fatos, os passos que nós vamos dar para atingir cada meta; quais são os indicadores que vão mensurar isso, porque nós também precisamos avaliar e mensurar esse desempenho.

Qualquer ação de execução que seja desconectada do sistema de monitoramento e avaliação resta falho, porque não vamos conseguir saber de fato se aquilo que está no papel pode ser aplicado na prática. São níveis muito abstratos. Nós precisamos pensar um indicador de esporte em âmbito nacional que venha



inclusive estimular os governos a correrem atrás. Hoje, temos o IDB, o IDH, os *rankings* de transparência do Ministério Público, e os governos ficam ávidos para não se colocarem no final dessa lista.

Como estão os investimentos em esporte? Como está a execução? Muito do que está no Plano já vem sendo executado. Hoje, não estamos no zero. O Ministério do Esporte desenvolveu um trabalho excelente no último período, ampliando a concepção do que era o esporte procurando universalizá-lo e convertendo em programas sociais esse tipo de pensamento — e já vemos aí resultados e dados positivos. Mas como mensurar isso em âmbito nacional?

Ter o diagnóstico foi um passo fantástico, mas só foi difundido o primeiro caderno. O segundo sobre financiamento e a sua continuidade não se tem ainda. É preciso, então, popularizar o acúmulo que já se tem e tentar fazer essa sistematização de maneira mais cotidiana, porque o Plano, de fato, não vai começar do zero. Estamos em qual ponto? Para atingir determinado ponto é preciso quanto tempo de fato para cada etapa, quanto vai se gastar e quem vai fazer o quê? Quando não se coloca assim: "Oh, é fulaninho de tal que vai fazer isso e aquilo o outro", fica muito fácil delegar competência ou distribuir a responsabilidade para outrem. Este é um grande problema da nossa estrutura federativa, isto é, transferir responsabilidades muito grandes. Isto é apenas uma contribuição para essa parte metodológica.

Para o final do conteúdo vai ser preciso começar a estreitar um pouco mais o diálogo entre o esporte e a primeira infância, que vem crescendo muito em nosso País. Já há vários estudos comprovando o quanto são importantes as percepções nos anos iniciais, que, na concepção brasileira, vai até aos 6 anos de idade. Elas são determinantes para a adolescência, para a fase adulta, para as escolhas que serão feitas, ou seja, saber como aquele indivíduo vai se comportar na sociedade. E nós precisamos saber como é que o esporte se relaciona melhor com isso.

Além da questão educacional e do rendimento, o legado principal e o maior instrumento que o esporte pode deixar é formar de maneira mais cidadã e humanista os indivíduos. Nós vivemos um momento de muita intolerância, não em nosso País, de intolerância política e religiosa. Temos visto muitos homicídios sendo catalogados agora nesse último pleito eleitoral. Acredito que o esporte pode dar uma grande



contribuição para essa virada de página que a sociedade precisa dar, mas precisamos plantar uma semente na primeira infância.

Antes de concluir, quero dizer que a nossa Primeira-Dama no Estado, a Renata Calheiros, vem fazendo um trabalho muito bom nesse sentido, vem liderando um estudo bastante importante. Precisamos ainda, para fazer com que se tenha a concepção inclusive de quem não faz esporte para que ele avance, ter a sua inserção nas fases mais iniciais, desde as percepções de movimento do corpo, como lidar com as emoções, como ser mais tolerante e lidar com a adversidade e com o adversário, respeitá-lo, esse tipo de coisa, e no Plano não consta nada disso. Seria importante não pensarmos o esporte apenas a partir do ensino fundamental e do médio, mas desde os anos iniciais e das percepções de mundo que os indivíduos têm.

No mais, era essa a contribuição e me coloco à disposição para os debates futuros. Conversava aqui com os colegas sobre a importância de reativar o fórum, ou melhor, dar mais velocidade na realização de encontros e fóruns gestores estaduais. Nossa ideia é nos encontrarmos no próximo mês, em novembro, para nivelar um pouco essa percepção para os gestores estaduais. Esperamos ter um estreitamento bem próximo com o Ministério e também com a Câmara dos Deputados.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pelas suas palavras.

Participei de alguns fóruns, os de 2011 e 2014, e funcionavam muito bem. Não sei hoje como que está.

Em relação à estruturação e métodos, eu diria que para toda estrutura que se vai iniciar é necessário ter um método, uma justificativa, os objetivos, ou o objetivo, que se quer, e as hipóteses para dar a largada.

O método escolhido foi o de ouvir a todos, sentar e discutir. Há mais de 1 ano que estamos fazendo isso, lapidando, inclusive criando subcomissão. Todo um processo foi desenvolvido.

A justificativa é pela necessidade, qual seja a de que há quase 20 anos não sai o Plano Nacional do Desporto, nunca desprezando o que já foi feito, em hipótese alguma.



O objetivo é traçarmos uma meta, através de um trabalho bem elaborado, para os próximos 10, 20 anos, uma meta a médio e longo prazos.

E as hipóteses estão nas mãos de vocês! Elas estão aqui.

Temos, sim, uma metodologia muito bem elaborada. Existe até um quadro que mostra a meta, o ambiente em que se está, o diagnóstico, o público alvo, a infraestrutura, o financiamento e os responsáveis, quem vai elaborar. Há um bom tempo esse encaminhamento foi feito. Podemos até discordar do que vai ou não para o texto; agora, método nós temos. Podem ter certeza disso. Venho de uma origem acadêmica e isto é algo que se aprende na carreira militar, segue-se aquela regra e a partir dali vê-se em que se está destoando.

Meus parabéns pelas considerações.

Passo a palavra ao Sr. Robson Aguiar, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar, representando aqui o Sr. Antônio Hora Filho. Estivemos juntos na Turquia recentemente, à época do golpe militar.

O SR. ROBSON AGUIAR - Exatamente.

Obrigado, Deputado Evandro Roman. Boa tarde a todos os presentes a esta reunião.

O Presidente Antônio Hora filho pede desculpas por não estar presente a esta reunião devido a problemas pessoais, mas me enviou para representar o desporto escolar, porque acreditamos que temos que estar juntos nessa discussão e trazer a nossa contribuição ao Plano Nacional do Desporto.

A primeira diretriz incentiva a prática da educação física, e a CBDE gostaria de se posicionar, aproveitando esta oportunidade, contrariamente à medida provisória, tendo em vista que, nesses últimos anos, incentivamos a prática esportiva e acreditamos que a educação física nos ajuda muito. A ideia é aumentar e não diminuir, e aí a CBDE acredita que, dessa forma, estaremos desestimulando a prática esportiva, que abrange a faixa etária em que trabalhamos, incluindo o ensino médio. Não poderíamos, portanto, deixar de dar a nossa opinião. Sabemos que a Comissão está atenta e está trabalhando politicamente para que isso seja defendido e mantido no currículo.



Vou seguir aqui as diretrizes e dar opinião apenas no que tange ao desporto escolar. Não pretendo avançar no nosso tempo de almoço, nem me estender muito na minha fala.

A Diretriz nº 4 fala em criar escolas esportivas, em criar um sistema de competição com níveis e tudo mais. Nós queremos sugerir também que as novas construções, não só as escolares, mas as instalações esportivas cedidas pelo Ministério do Esporte e até mesmo pelo Ministério da Educação, que elas, as novas instalações, já venham padronizadas com quadras para competição olímpica. Hoje, há bastante dificuldade de encontrar quadras de 40 por 20, medidas obrigatórias para o futsal, para o handebol. Importantes cidades encontram dificuldades para realizar eventos esportivos por falta de quadras com medidas oficiais. É a nossa sugestão: que as novas instalações de responsabilidade dos Ministérios do Esporte e da Educação contemplem quadras com medidas oficiais.

Em relação à Diretriz nº 5, a primeira ação é fortalecer o Conselho Nacional do Esporte. A CBDE vem reiteradamente, inclusive fazia isso anteriormente e agora ao Ministro Picciani, enviando ofícios em que solicita uma cadeira para a CBDE representar o desporto escolar no Conselho Nacional do Esporte.

Já estive conversando com o nosso amigo Pedro, do Ministério, porque acreditamos que o esporte escolar — e o Ministro Picciani e outros disseram que a base deve ser valorizada — e a base deveriam ter voz no Conselho Nacional do Esporte.

Por isso, pedimos mais uma vez que o Ministério não espere o Plano Nacional do Desporto ser aprovado. Como o Ministro já deixou claro que está imbuído de investir na base, tanto no escolar como no universitário, que a gente possa, então, ter uma cadeira no Conselho Nacional do Esporte.

Sobre o Sistema Nacional do Desporto, a gente trabalhou bastante em grupos de trabalho. Conseguimos diferenciar e dar as responsabilidades dos entes envolvidos, mas acabou que ficou no meio do caminho. A gente queria apoiar o que foi discutido no Sistema Nacional do Desporto com as responsabilidades de cada ente.

Fora isso, a sugestão da CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar é que haja também um Sistema Nacional do Desporto em termos de



software para acompanhar as nossas crianças que estão praticando o esporte desde sua formação esportiva até a sua formação olímpica, porque sabemos que muitos começam na base e vão até as olimpíadas, mas nós não temos esse controle. Quando sai da CBDE e vai para o universitário, este tem um sistema e, quando sai do universitário e vai para o olímpico, tem outro sistema. Então, deve haver união nos sistemas de controle dos esportistas.

Não podemos também deixar de falar do financiamento. Foi dito aqui que 85% do financiamento público é direcionado ao autorrendimento. Nós queríamos, mais uma vez, pedir que as entidades públicas possam ver a base, virar um pouco a pirâmide de investimento e parar de investir tanto no autorrendimento, que tem patrocinadores, e começar a investir mais base, que é onde realmente depende de investimento, porque é muito difícil conseguir patrocinadores no âmbito escolar, já que não há tanta mídia envolvida. O momento é este. Nós já cedemos muito recurso para o ciclo olímpico por causa das olimpíadas e paraolimpíadas. Como passou essa fase, este é o momento de investir financeiramente na base.

Por fim, Deputado. Como o senhor colocou a questão de diferenciar o esporte escolar do educacional, a gente não poderia se furtar de dar a nossa opinião. A gente foi pego de surpresa, mas queríamos deixar claro que o esporte escolar já faz parte do sistema educacional. A gente não vê a necessidade de separar do sistema educacional. A gente acredita que, do jeito que está dentro do sistema educacional, porque já vem bem definido o que é esporte escolar, esporte universitário e tudo o mais no sistema educacional.

Esta é a nossa contribuição por hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado. Foi muito importante a sua colocação. Eu levantei, mas confesso que também não tinha e não tenho ainda clareza. Apenas fui provocado também.

Quero só fazer o registro do Sr. José Antônio Martins Fernandes, o Toninho, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, um grande conhecido nosso há um bom tempo, bem como do Sr. Marino Tessari, do Conselho Federal de Educação Física, Sistema CONFEF/CREF. Obrigado por estarem presentes.



Passo a palavra ao Sr. Vitorio Mendes de Moraes, do Comitê Olímpico Brasileiro — COB.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Boa tarde a todos! Deputado Roman, em seu nome, saúde não só os membros da Mesa Diretora como os membros da mesa-redonda. Gostaria de começar com um assunto pontual que já foi falado aqui. A minha colega Danielle já falou, a Ana Moser e o Atayde em relação às metas e percentuais colocados. Este é um assunto que eu já tinha levantado na nossa última reunião. Inclusive coloquei nas sugestões. Eu aparente li no Portal e-Democracia todo o documento com suas sugestões. Pela quantidade de sugestões que eu li, nem todas foram colocadas aqui neste documento. Isso eu posso ver depois com o Lindberg. Trata-se de uma colocação operacional, não é para vermos agora.

Eu já havia colocado isso, assim como outros colegas estão colocando. Nós temos que tomar cuidado para não colocar metas exageradas que não possam ser cumpridas e venham a servir como ponto de desânimo e não como ponto de motivação. Esse é um aspecto importante. Não que isso não possa ser revisto posteriormente. Nós estamos falando de um plano que vai ter um determinado prazo de duração, mas podemos rever alguns pontos a partir do momento em que atingirmos uma meta factível.

Em nome do Comitê Olímpico, eu queria fazer um voto de louvor não só à Câmara, mas também ao Ministério, porque estamos vivendo um momento de parceria nesse trabalho. Eu acho que é preciso um pouco mais de pragmatismo. Não só a Câmara como também o Ministério e todos os envolvidos da área têm nos procurado quanto ao desenvolvimento de documentos, como o do Plano Nacional do Desporto e do Sistema. Quer dizer, todos têm se demonstrado bastante abertos a informações e a parcerias.

Aliás, temos uma reunião com o Comitê Olímpico. O Pedro Souto Maior também estará presente com a sua equipe, exatamente para podermos conversar um pouco mais sobre esses assuntos.

Eu queria entrar no último ponto importante, em relação ao Plano Nacional do Desporto. Infelizmente o Luiz Lima, meu companheiro de praia no Posto 6, em Copacabana, já se retirou, mas o Pedro está presente. O Luiz Lima colocou aqui



dois assuntos importantes para termos em mente. Ele falou sobre as eleições democráticas.

Não estou dizendo que nós estamos vivendo num mundo ideal. Aliás, de antemão, eu gostaria de dizer que não tenho nenhum interesse pessoal nisso. Não sou dirigente esportivo; sou uma pessoa contratada, mas convivo com o mundo do esporte e vejo como as instituições estão andando hoje.

Na verdade, muitas confederações hoje têm entre seus eleitores para a Presidência federações, clubes, atletas e treinadores. Muitos estão muito bem desenvolvidos em relação ao aspecto de governança e administração.

Eu vou me ater a esses dois assuntos, porque me relaciono com as confederações. Sei que algumas delas — são muitas; não é um percentual baixo — estão realmente trabalhando para chegar a um ponto de governança e administração que seja realmente favorável.

Eu queria levantar também outro ponto que ele citou em relação a recursos direcionados aos atletas. Vou estender ao Ministério o assunto, porque o Pedro me perguntou hoje sobre a reunião de terça-feira, se havia mais algum assunto para tratar. Eu descobri que temos. Queria, portanto, mostrar ao Ministério o que o COB e as confederações fizeram no ciclo olímpico em relação à aplicação direta de recursos para atletas: treinamento, centro de treinamento, equipamentos. Hoje isso está nas leis, e se dissermos que não estamos repassando recursos aos atletas... Eu não estou entrando diretamente nos aspectos éticos e administrativos das confederações. Sabemos que há falhas; a imprensa está anunciando isso. Mas hoje os controles são muito rígidos, tanto que o que não está correto é pego.

Na Lei Agnelo/Piva, existe a indicação que só podemos usar 20% de recursos nas confederações para administração; os outros 80% são usados para fomento ao esporte. Isso tem que ser obedecido. Os órgãos de Controle, o TCU e a antiga CGU, nos controlam muito rigidamente. Infelizmente seus representantes já foram embora, porque eles poderiam confirmar aqui que estão sempre lá e que conhecem o sistema que o COB e as confederações utilizam.

No que diz respeito a convênios especificamente, ocorre a mesma coisa: podemos usar só até 15% na área administrativa. Muitas vezes o Ministério não aprova nem esse valor total.



Volto a repetir: eu não estou querendo dizer que nós vivemos num mundo ideal, mas é importante não generalizar tanto em relação à governança como em relação a normas e procedimentos, que nós obedecemos.

Vou finalizar, dando um exemplo. Eu poderia fazer um levantamento e citar vários, mas acho importante dar um exemplo prático. Conheço esse assunto profundamente, porque passa por uma área gerenciada por mim. Recentemente, saiu num órgão de imprensa que determinada confederação solicitou recursos da Lei Agnelo/Piva, que teriam sido aprovados para beneficiar uma assembleia eletiva, solicitada por uma pessoa que não poderia fazê-lo; juridicamente, ela não era a pessoa habilitada para isso. Estou dando esse exemplo até porque o COB também foi atingido indiretamente por essa informação errada.

Em primeiro lugar, estou falando de algo formal. Alguém pode até dizer: *“Ah, não, mas ela solicitou”*. Existe uma formalidade no sistema que obriga que outra pessoa faça essa solicitação, e foi o que aconteceu.

Em segundo lugar, o problema não era a formalidade. A assembleia não era eletiva; era para aprovação de contas; era uma assembleia obrigatória, prevista em lei.

Eu só quis colocar isso, porque estamos falando de Plano, de Sistema, de recursos. Acho importante ter isso em mente. Volto a dizer que os recursos são, sim, bem geridos, bem direcionados. Não estou falando como dirigente, mas como empregado. Eu convido qualquer pessoa, qualquer um dos presentes que queira ir ao COB para lhe mostrarmos como as coisas funcionam. Os recursos são bem empregados em esportes de alto rendimento pelo COB e em esportes de base e alto rendimento pelas confederações.

Essa foi uma colocação que, em nome do COB e das confederações — temos aqui Presidentes de Confederações, e eu não posso falar em nome deles —, eu gostaria de deixar para termos em mente para nossas próximas reuniões.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Vitorio Mendes.



Eu lhe diria que nós também somos muitas vezes cobrados, principalmente agora pós Olimpíada, por algumas confederações e federações, justamente nessa linha em que o senhor toca.

Eu vou sugerir a apresentação de um requerimento na Comissão do Esporte ao Deputado César Halum, para que possamos ter a oportunidade de que o senhor ou outra pessoa indicada venha aqui para fazer essas explicações e torná-las públicas, dentro de um órgão oficial dos Três Poderes, que, no caso, é a Câmara dos Deputados. Eu acho que isso pode nos dar maior clareza e maior tranquilidade.

Podemos fazer um requerimento único, convidando o Comitê Olímpico Brasileiro, para nos fazer uma explicação sobre a questão dos investimentos. Isso foi provocado pelo senhor. Então me sinto bem tranquilo para lhe dizer que esse é um bom caminho.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Eu agradeço ao senhor. Nós temos realmente apresentações importantes a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Vidal de Oliveira.

O SR. RICARDO VIDAL DE OLIVEIRA - Boa tarde. Obrigado pelo convite. Estou falando em nome da Rede Esporte pela Mudança Social.

Dizer algumas coisas é o mesmo que chover no molhado, mas elas se destacam na maioria das falas. Em primeiro lugar, precisamos de um projeto de nação, envolvendo todo mundo; em segundo lugar, precisamos de uma política pública de Estado, para não ficarem tão vulneráveis as alterações de governo; em terceiro lugar, precisamos de um sistema que defina o papel de todas as entidades, começando com o aluno, com a criança, com a família, com o Município, com o Estado, com as confederações; e, em quarto lugar, precisamos criar um ambiente no qual os entes acabem trabalhando em conjunto — Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério dos Esportes —, para que possamos criar realmente uma política pública de Estado perene.

Eu queria dividir um momento com os senhores. Eu tive oportunidade de assistir às Olimpíadas e às Paraolimpíadas. Das Paraolimpíadas, veio-me um exemplo muito interessante: nós conseguimos criar um ambiente em que quase



todas as deficiências foram sanadas para que aquele ser humano pudesse participar, pudesse praticar esporte. As instalações foram construídas com esse olhar da acessibilidade. As pessoas foram treinadas para isso, e o ambiente todo ficou propício para tal.

Então, eu imagino que, se a lógica das Paraolimpíadas fosse dominante, todas as construções e todo o ambiente seriam propícios para que qualquer pessoa com deficiência pudesse participar. Aí nós, os convencionais, nos adaptaríamos. Mas a gente faz o contrário: primeiro, fazemos para os convencionais e, depois, fazemos a adaptação para os paraolímpicos. Então, com essa outra lógica, a acessibilidade viria para todo o mundo.

A ideia da Rede Esporte pela Mudança Social é de que todos os brasileiros tenham condições de praticar atividade física. Então, eu acho que esse exemplo das Paraolimpíadas pode ser, de alguma forma, utilizado dentro dessa lógica de construir um ambiente para o Brasil no qual todo o mundo passa participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Agradeço as suas colaborações e passo agora a palavra ao Sr. Luciano Cabral, Presidente da CBDU.

O SR. LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL - Boa tarde, Deputado Evandro Roman. Obrigado pelo convite mais uma vez. É um prazer. Quero saudar a todos aqui na pessoa de V.Exa.

Deputado, depois da última reunião que tivemos aqui sobre esse mesmo tema, encaminhamos um conjunto de propostas da CBDU e (*Ininteligível.*) informou que já tinha conhecimento desse documento aqui, que faz parte, já acolheram, e nós agradecemos por isso.

Vou tentar ser muito breve nos meus comentários sobre a questão do esporte no Ensino Médio. O representante do Ministério da Educação trouxe alguns dados relevantes, de que é necessário flexibilizar, e a gente concorda com isso. Queria só dizer que no modelo adotado em vários países do mundo todo, a Educação Física e o esporte são obrigatórios. Então, não existe flexibilização para a Educação Física e o esporte. Eles flexibilizam o currículo, mas o esporte é componente obrigatório.

A gente vem discutir o plano, porque já conhecemos um pouco, mas, escutando todos os colegas aqui da sala, fortalecemos mais a posição da CBDU.



Nós temos um problema esportivo e social no Brasil, que é o gargalo dos 14 anos em diante. Quando o garoto chega aos 14 anos, ele não tem onde praticar o esporte no Brasil.

Quando o Ministério da Saúde diz que, no nono ano, só 32% praticam esporte nas escolas, está dizendo que só esse percentual de garotos de 14 anos de idade, que é a faixa etária do nono ano, pratica esporte. A partir dali, deixando de ser obrigatório, não havendo a oferta, não existindo a possibilidade de praticar esporte em escolas ou clubes para essa faixa etária, nós causamos um problema social e um problema também do esporte. Porque nós temos uma cobrança muito grande aqui de estimular ou de fomentar o esporte na base, mas essa base não vê para onde ir, porque, se você pratica esporte muito cedo e não vê um caminho na frente, você desiste do esporte por não ter objetivo. Então, nós temos um problema social aí.

Nós falamos aqui do resultado olímpico, que, para mim, foi muito bom. Mas como formar mais campeões olímpicos se, aos 14 anos, você tem uma grande evasão do esporte? E quando você não tem quantidade, você não tem qualidade. Então, se os garotos de 14 anos não podem praticar esporte, nós não vamos formar milhares de campeões olímpicos. Nós estamos jogando fora a possibilidade de ter, dentro do sistema de ensino, uma plataforma de formação de jovens que possam vir a ser atletas olímpicos.

E eu digo mais: quando a gente trata de extremos, que são exceções, a gente perde, no meio do caminho, a grande quantidade, que são aqueles que, pela falta de oferta, por não ser obrigatório, por não ter espaço ou equipamentos, não praticam esporte, e essa é a maioria. É um problema social.

Os nossos atletas olímpicos, Deputado, depois da carreira de atleta — talvez Ana Moser tenha falado sobre isso —, que é o pós-carreira, eles não têm como se encontrar na sociedade. Eles têm que se enquadrar. Luiz Lima, que é Secretário Nacional, e o Deputado João Derly, são um diferencial, porque foram atletas de alto rendimento, atletas olímpicos, e estudaram, os dois têm formação superior. Olha como os dois se encontram na sociedade no momento!

Agora, infelizmente, se a gente analisar alguns atletas nossos que foram campeões olímpicos agora, no Rio de Janeiro, e que vêm apenas de projetos sociais



e que não estão inseridos no ambiente educacional, vamos observá-los daqui a 20 anos como eles estarão. Estarão abandonados, esquecidos. Esse é um problema social do esporte de alto rendimento, fora o problema social de falta de oferta para que a grande massa da população que não vai conseguir ser um atleta olímpico seja forjada como cidadão, usando a ferramenta do esporte, que é o grande instrumento de formação social e educacional. E aí vêm todos os aspectos que foram apontados aqui, como saúde, etc.

Esse é o apelo da CBDU. A gente tem essa bandeira porque nos encontramos exatamente nesse meio. Nós acolhemos os garotos com 17 anos de idade, a faixa etária de Ensino Superior é de 17 a 25 anos, e a gente tenta atacá-los justamente nesse período. Esses jovens chegam à universidade, os que conseguem chegar, com um lapso por ter deixado de praticar o esporte aos 14 anos.

Então, pedimos muita atenção ao Plano Nacional de Desporto Universitário, para que pensem no sistema educacional de ponta a ponta. Se não formarmos um campeão olímpico, vamos formar sim um cidadão melhor, um cidadão formado com todas as qualidades que o esporte pode proporcionar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu que agradeço, Luciano. Este foi o primeiro assunto que nós conversamos quando iniciamos a discussão: o quanto se perde de atletas de 14 anos até os 21. É impressionante a quantidade de atletas com potencial genético para tal que se perde nesse período. É algo fantástico. Mas está sendo feito um trabalho já nessa linha, bem elaborado. Vamos ver se realmente encaixa.

Nós temos mais quatro pessoas e encerramos. Se mais ninguém se inscrever, nós vamos fechar com o Mauro José, Fabiana, Eric e André. Aí encerramos, porque vamos para os debates e vamos discutir.

Passo a palavra ao Sr. Mauro José.

O SR. MAURO JOSÉ DA SILVA - Boa tarde a todos. Sr. Deputado, é um prazer estar aqui, podendo participar deste momento bastante oportuno para nós todos.



Eu sou Presidente da Confederação Brasileira de Boxe e o que eu gostaria de colocar aqui é algo que eu entendo merecer bastante consideração. É sobre os técnicos e, no meu caso, sobre os técnicos de boxe.

Inclusive a proposta contempla que as atividades devem ser realizadas por pessoas qualificadas. Perfeitamente. Um professor de Educação Física é qualificado. Mas vejamos: a modalidade boxe não está contemplada na grade universitária. A maioria dos nossos técnicos sai da faculdade como professor de Educação Física e não têm conhecimento da modalidade. Isso é um complicador, e eu gostaria que fosse analisado com um pouco mais de detalhes.

Eu posso citar aqui também que a modalidade boxe sequer aparece no contexto do mundo universitário. Não aparece e nem se disputa o boxe. Eu entendo perfeitamente que uma modalidade olímpica vai ganhar muito se estiver dentro do mundo universitário. Eu tenho esse entendimento muito claro para mim.

Então, queria dizer claramente que deveríamos estudar uma forma de ajudar os ex-atletas de boxe. Lá atrás, eles poderiam ser técnicos. Depois deram três anos para poderem se preparar de alguma forma, muitos não conseguiram. E eles não conseguem seguir em frente com a competência que têm. E aí, de repente, aparece um professor de Educação Física que vem dar aula de boxe, e o atleta sabe mais do que ele.

Então, estou colocando essa questão para ver de que forma isso pode entrar no contexto, porque, na minha opinião, o boxe tem que estar dentro de uma grade do curso de Educação Física na faculdade, na universidade.

É isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - OK. Obrigado pela sua explanação. Fica registrado, e eu tenho certeza de que é uma análise junto aos conselhos. Obrigado.

Passo a agora a palavra à Fabiana Bentes.

A SRA. FABIANA BENTES - Eu sou fundadora da Sou do Esporte, uma associação sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento do esporte brasileiro, e sou diretora de projetos esportivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Escutei todos os palestrantes aqui e ressaltar alguns pontos. Primeiro a questão do gênero. Eu trabalho dentro de comunidades, e a gente não tem um trabalho específico para a questão do gênero feminino. Então, temos problemas de gravidez precoce, violência doméstica, meninas saindo da escola muito cedo por serem líderes de família. Como é que a gente pode trabalhar isso para que o esporte possa segurar essas meninas para crescerem um pouco mais para assumir essas responsabilidades?

Em segundo lugar, a questão do PCD. A gente fez uma avaliação nas 21 vilas olímpicas do Município do Rio de Janeiro, e concluímos que 75% das pessoas responsáveis por atender as pessoas com deficiência não têm capacitação para tal. Para o Banco Interamericano isso é bastante grave, porque quando chega uma pessoa com deficiência, se a pessoa não está capacitada, você pode piorar a deficiência da pessoa.

Em relação ao Jorge Steinhilber falando da questão dos valores, todo o nosso projeto, — de que eu vou falar já — o *Maré que Transforma*, do BID, vem calcado da questão dos valores. E os valores que as pessoas com deficiência mais prezam são: respeito, 45%, e amor, 25%.

Então, a gente, realmente, tem que ter um cuidado maior com essas pessoas em vilas olímpicas e vilas desportivas, principalmente dentro de comunidades, e, obviamente, dentro das escolas.

Uma outra questão é a qualidade do atendimento. A gente vê as OSs aí, sendo contratadas pelos Municípios, pelos Estados, para gerir as vilas olímpicas, as vilas esportivas, e, na verdade, é, simplesmente, uma quantidade de atendimento, não há uma verificação da qualidade desse atendimento. Então se eu estou dentro de uma comunidade com conflito, por exemplo, se eu estou na Maré, com cinco facções, com bandidos de todos os lados, e filhos dos bandidos lá dentro, dentro da minha vila olímpica, e eu tenho que atender todos eles, como é que eu vou atender simplesmente dando aula de futebol? Não! Eu tenho que trabalhar valores, eu tenho que trabalhar a integração, eu tenho que trabalhar a qualidade do atendimento para que esses jovens possam crescer sem esse conflito direto nas suas relações pessoais.



Outra coisa que também citaram aqui é a evasão escolar. A evasão escolar, em comunidades, para jovens de 13 anos, 14 anos, é muito mais grave do que é a evasão escolar educacional, eventualmente, porque não querem praticar esporte: é para o tráfico.

Então, é outra situação que a gente tem que combater dentro de vilas esportivas, de forma veemente porque, por exemplo, dentro da Vila Olímpica da Maré, a 100 metros da Vila Olímpica eu entro, eu tenho que estar identificada pelo banco, com camisa; meu carro tem que estar identificado, senão sou parada com um fuzil na cabeça.

E a gente está dentro de uma situação em que você tem sete Escolas do Amanhã, que são as inauguradas pela Prefeitura; a Vila Olímpica no meio; outro CIEP (*ininteligível*) Só que, dentro dessa rua, você tem, na frente da Vila Olímpica, o Terceiro Comando Puro — TCP. Ao lado, em frente às escolas municipais, você tem o Comando Vermelho. E aí, você tem uma guerra de tráfico. Então já estive em situações em que eu estava lá dentro, o tiroteio pegando, crianças se abaixando dentro de escolas, dentro de vilas olímpicas. E aí, como é que a gente trabalha essa questão de segurança também ao redor das vilas olímpicas?

Uma outra questão é a construção de quadras, — que o Ministério de Educação estava comentando — que não vai poder atingir 100%. Claro, a gente pode pensar que não vai poder atingir 100%. Tudo bem. Só que, por exemplo, se a gente não fizer um diagnóstico da área, a gente vai continuar gastando recurso público desnecessariamente.

A Vila Olímpica da Maré é enorme! Atende de 3 mil a 5 mil pessoas por dia. Ao lado, eles construíram sete Escolas do Amanhã com quadras esportivas. O que aconteceu? Esvaziaram a Vila Olímpica da Maré, e não deram, para a Vila Olímpica da Maré, um sentido de aprimoramento de atletas, uma melhoria do ambiente. Então, o que aconteceu? Mais uma vez, vem a questão da qualidade ou da quantidade do atendimento. Então, a Vila Olímpica começou a oferecer aulas de zumba, que não é objetivo da Vila Olímpica. Mas por quê? Para segurar a quantidade de atendimento.

Outra coisa, também, com relação às escolas, essa questão da vila esportiva, como o Secretário Luiz Lima falou, tem que vir com esse embasamento de



competição. E as vilas esportivas precisam estar engajadas nas competições municipais, estaduais e federais, o que for. Elas precisam se sentir parte disso aí. Há atletas, há alunos saindo do Bolshoi, há atleta de natação, maratona aquática, há atletas de todos os tipos ali.

E mais: além de fazer esse diagnóstico local, para ver se há necessidade da constru o da vila ou não, há a parceria com clubes, com entidades, SESI, etc. que possam suprir essa demanda.

Por exemplo: com o BID, a gente está colocando — em meados de outubro, agora, está começando — três das maiores potências mundiais do esporte numa comunidade, numa favela do Rio de Janeiro: Try Rugby, da Premier League; NBA, basquete; e a Funda o Barcelona. Não tem Flamengo, Vasco, Botafogo, Corinthians, Palmeiras, não tem ninguém. Então, cad  a responsabilidade e a integra o desses clubes na forma o? Eu já recebi críticas, dizem que   a coloniza o através do esporte. Falei: *“Amigo, entre na Maré comigo, passe pelos bandidos que eu passo. E aí, quando você entrar na Maré e ver 700 crianças sendo atendidas pela Funda o Barcelona, veja se você está sendo colonizado ou se estão te salvando”*.

Então,   tudo uma questão de percep o.

E, para finalizar, duas coisas. A primeira   que eu gostaria muito, acharia muito pertinente vocês trazerem o Ministério do Turismo, para agregar a esta Comissão, porque o esporte amador   todo centrado em viagens, compet es, etc. O turismo poderia ajudar muito. A gente acabou de receber uma demanda de turismo enorme, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Então, a gente tem um poder de mobiliza o de turismo por meio do esporte.

E, para finalizar, a questão da governança. A Sou do Esporte lançou, ano passado, o primeiro estudo de governança das confedera es esportivas do Brasil. Esse estudo, obviamente, cria um certo... faz sair todo mundo da zona de conforto. A nossa inten o   constru o, não   pegar quem   a confedera o pior, mas, sim, a melhor. E premiar e valorizar isso aí.

Nós fomos reconhecidos pela Play the Game, uma das maiores institui es internacionais, europeias, de governança esportiva, que validou esse estudo. E a gente está, este ano, já fazendo o segundo Pr mio Sou do Esporte.



Então, que essa questão da governança esportiva também tenha ênfase, porque tem repercussão em toda a cadeia do esporte brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Parabéns pela explanação! Nós é que lhe agradecemos. Ela nos trouxe um pouco da realidade do que é mesmo estar *in loco* num local tão perigoso, e, ao mesmo tempo, demonstrou a grande necessidade de uma ação como essa. Parabéns!

Com a palavra o Sr. Eric Braga. *(Pausa.)* O.k.

Com a palavra a Sra. Andrea Everton. *(Pausa.)* Também não? Ah, está aqui. O.k.

A SRA. ANDREA EVERTON - Boa tarde! É um prazer estar aqui. Agradeço-lhes a oportunidade. Parabenizo os Deputados envolvidos.

Quero dizer que falo do seguinte lugar: o lugar de uma servidora pública há 30 anos, no Município de Belém do Pará, no Norte do Brasil; servidora pública estadual e municipal; gestora pública há 17 anos, com experiência no Município de Belém e no Ministério do Esporte nos últimos 13 anos.

Penso que quero iniciar falando que defendo o PNEESP, e não o PND. Se o que afastava de ser PNE era a coincidência com a educação, trouxemos aqui a possibilidade da marca da identidade brasileira. E aí pode-se, então, colocar a possibilidade do PNEESP. Não que eu avalie que isso seja cavalo de batalha, mas faz sentido. Se a justificativa era apenas a semelhança com o Plano Nacional de Educação, está aqui uma possibilidade.

Eu queria dizer que é importante a gente evitar algumas pegadinhas. Desculpem-me o termo, eu queria encontrar outro, mas não encontrei. Então, vou tratar como pegadinha.

Primeira pegadinha: a lógica da pirâmide. O Plano deve tratar do esporte como direito. Esporte como direito rompe a fragmentação dessas dimensões, e da hierarquia entre essas dimensões. Tanto o atleta de alto rendimento precisa ter esse direito garantido, como aquela pessoa que tem o interesse e a necessidade de ter esse direito garantido. Portanto, evitar a pegadinha da pirâmide esportiva num Plano Nacional do Esporte é importante.



Outra pegadinha importante a ser evitada: plano não dialoga com o imediatismo; plano dialoga com uma ação planejada a curto, médio e longo prazo. Portanto, é importante que a gente se questione, na construção do Plano, de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Mas esse “para onde vamos” tem que responder com quem, para quem, e fazendo o quê. É isso que dá pragmatismo ao Plano.

Quando o Deputado fala, por diversas vezes, essa questão de “*agora vai, agora tem um contexto importante e real de tirar do papel*”, isso só é possível porque são anos de história tentando tirar do papel.

Temos o exemplo da tirada do papel de reformas importantes no País, como a tributária, a fiscal, a política, a agrária, que saem do papel na medida em que os sujeitos envolvidos as fazem sair do papel. É uma questão de intencionalidade. Por que agora é possível esse Plano sair do papel? Por tudo isso que o Legislativo ajudou a fazer, por tudo isso que o Executivo ajudou a fazer; por tudo isso que as Organizações da Sociedade Civil ajudaram a fazer.

É importante, também, reafirmar, a exemplo das outras áreas, que é fundamental superar a pegadinha do ineditismo. Tudo se transforma e se transforma de forma contextual e com intencionalidade.

E a outra pegadinha muito arriscada é a do isolamento. Se não enxergarmos, neste Plano, o diálogo com a cultura, com a saúde, com a educação, com a segurança, ele tende a ser cada vez mais dificilmente materializado. Portanto, a intersectorialidade e a transversalidade são vitais para essa chamada do Deputado, no sentido de darmos materialidade e condições concretas a este Plano.

Quero concluir dizendo o seguinte: o Plano precisa estar calcado em um diagnóstico fiel, em um diagnóstico construído a várias mãos, e isso nós temos, o Legislativo está atento a isso. Portanto, ele também fica em uma condição melhor de materialidade a partir da qualidade do diagnóstico da sua construção. O Plano precisa ousar analisar contextos, dialogar com verdades, que não são absolutas, dialogar com intencionalidades diferentes para construir um objetivo único, que é o direito de a população ter acesso à política pública de qualidade em qualquer área, inclusive no esporte e no lazer.



Queria concluir dizendo que é importante identificar os problemas para a construção das suas superações. E aqui várias pessoas que me antecederam deram ricas contribuições no sentido dos problemas. É importante o Plano se debruçar sobre isso.

Concluo dizendo que a materialidade do Plano está nos últimos anos, não vou dizer 13, 12, 15 ou 20 anos, mas nos últimos anos a democratização do acesso foi enfrentada, não está universalizada. Nos últimos anos, a infraestrutura esportiva e de lazer no País é um divisor de águas; não está superada, mas precisa ser identificada. O investimento em formação de quem atua na área é um divisor de águas. Ninguém implementa política pública de qualidade, portanto, nenhum plano, nenhum sistema sem investir nos sujeitos protagonistas dessa ação, sejam os que fazem, sejam os beneficiados por ele.

Por fim, quero dizer que a materialidade do Plano está nas conferências, está no plano decenal, está no acúmulo das confederações e das entidades administradoras do esporte, está no acúmulo das organizações da sociedade civil, está no Plano Brasil Medalhas, no Programa Bolsa Atleta, no Programa Mais Educação, no Plano Juventude Viva, em vários programas construídos na perspectiva de dar materialidade. Do que precisamos? Tirarmos essa dimensão de que é necessário haver intencionalidade política, envolvimento e luta para que ele saia do papel.

Portanto, eu sou otimista, apesar de acreditar que os dias não são de otimismo, porque ninguém aqui tem dúvida de que as reformas são necessárias. O problema é: qual seu motivo, quais são seus interesses e a serviço de que elas sairão neste momento. Então a atenção de todo grupo é nessa perspectiva de que as reformas são necessárias, sim!

E não adianta desmentir o texto divulgado, o texto divulgado é claro. O texto divulgado não foi interpretado, ele foi lido. Então o texto divulgado e lido só é alterado com luta, reivindicações e união entre todos aqueles que acreditam que esporte e lazer são efetivamente direitos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sra. Andrea Everton. Eu a agradeço pelas considerações e digo que não há nenhuma intenção de descobirmos a roda, até porque a roda já existe e está rodando há um bom



tempo. Mas que é necessário colocarmos um plano de metas é. E é este o Plano Nacional do Desporto, ou o PNESE, ou Plano Nacional do Esporte, conforme tenhamos a escolha.

E a vontade do “agora vai”... Ontem, sentado na cadeira aqui, estava o ex-Ministro Orlando Silva. E este Relator, de forma espontânea... Porque uma das grandes frustrações — inclusive, houve a presença do Ministro Picciani e alguns estavam presentes aqui — foi que ele não conseguiu, durante o período que ele ficou, implantar o sistema, principalmente do esporte do período escolar até o último. Ele falou que não conseguiu fazer porque, em alguns momentos, a discussão não estava pronta, mas ele tinha vontade; em outros momentos, havia vontade, mas faltava... E chegou o momento agora, como V.Sa. falou, ele fechou e existe a vontade política do Ministro. Isso ajuda e faz demais o conjunto. Não que os demais não tiveram, mas chegou o momento de dizer: *“Olha, está lapidado a ponto de darmos agora aquela lustrada final e encaminharmos”*. E digo: todos seremos responsáveis por isso. Bem claro, eu digo: essa é uma linha que estamos seguindo, por isso que vamos ouvir cada vez mais, vamos discutir e rediscutir cada vez mais esse relatório.

Bom, eu tenho aqui algumas colocações. Eu quero passar agora para algumas discussões. O primeiro a falar seria o Sr. Arialdo Boscolo, mas peço que iniciemos em uma linha de discussão da seguinte forma: todos concordam com as diretrizes aqui propostas? Eu lanço esta situação: todos concordam? São duas perguntas que eu faço.

A segunda: atribuições, financiamento, formação profissional, pesquisa e ciência e tecnologia são novas diretrizes ou em cada uma deles tem que estar existente?

Então agora começamos, mas eu me ausento porque estou sentado desde as 10 horas. Volto em 5 minutinhos ou em até menos. Enquanto isso, o Sr. Lindberg conduz aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - É que eu havia passado a ele a fala.



(Não identificado) - Desculpe-me, eu ia perguntar se concordamos ou não com algumas modificações, por exemplo, na diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agora é o momento da discussão, V.Sa. já terá o seu tempo. Será a segunda a falar, agora falará o Sr. Arialdo Boscolo. Eu, fisiologicamente, tenho que sair por 2 ou 3 minutos. *(Risos.)*

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu vou passar a vez, então. Eu espero V.Exa. sair *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Tranquilo, enquanto isso, o Sr. Lindberg vai passando algumas informações. Com licença, só um pouquinho.

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR - Bom, pessoal, estamos *on-line* com o e-Democracia, audiência interativa. Então, enquanto o Deputado Evandro Roman retorna, eu vou ler alguns comentários dos nossos internautas. De repente, se houver alguma pergunta aqui no meio, aproveitamos essa oportunidade para que seja respondida.

Temos o George, de São Paulo, ele é presidente do Panathlon Club São Paulo e vice-presidente do Panathlon Brasil, entidade de defesa do esporte. Também sou professor universitário, entre outras atividades, atuando há mais de 30 anos nos diversos segmentos, desde o esporte educacional até o esporte de alto rendimento. Diz ele que faltou o ensino médio na Diretriz nº 1. Eu acho que, na atualização que fizemos no texto, isso foi contemplado, o.k.? Então, deixem-me dar sequência aqui.

Erasmus Neto, de Minas Gerais, pergunta — infelizmente, o Sr. Ismar Barbosa Cruz, do Tribunal de Contas da União, não está mais: *“Gostaria de saber se as leis de imunidade tributária são realmente eficientes para todos da sociedade brasileira, ou se isso é mais um meio de sangrar recursos para benefícios de poucos?”* Eu encaminho essa pergunta para o Secretário, e ele, em uma próxima oportunidade, responde virtualmente.

Temos aqui o Rodrigo, da Universidade Católica. Ele parabeniza a Profa. Claudia Petuba pela afirmação de que falta estreitamento entre o esporte e a prática de atividade física em si, com as primeiras fases do desenvolvimento motor da criança, nos primeiros anos da escola. Esse período é crucial para as crianças



assimilarem e despertarem o interesse pela prática desportiva. Esse é um comentário.

Aproveito para perguntar se o PND — Plano Nacional do Desporto já tem algum tipo de ação que garanta que as aulas de educação física, nos anos iniciais, sejam ministradas por professores com formação superior em educação física. Acho que essa pergunta já foi, de certa forma, respondida aqui nas intervenções do Prof. Jorge Steinhilber, do Rossieli Soares da Silva, do Ministério da Educação, o.k.?

E mais uma intervenção da Célia Sanches, da Universidade Federal da Paraíba: *“Excelente intervenção da Prof. Cássia Damian: empresas privadas não investem no esporte no Brasil de forma adequada. Precisamos resgatar poder para as conferências nacionais”*.

Então, foram feitos esses registros do nosso e-Democracia. Esta é uma ferramenta que temos aqui na Câmara, que possibilita a interatividade nas audiências públicas, em um evento como este, como é a mesa redonda.

E, paralelo a ele, eu quero lembrar a vocês todos: nós abrimos também uma ferramenta de interatividade sobre o texto do Plano. Por favor, quem ainda não teve acesso ao *link*, à página, entre em contato conosco aqui, na Comissão. Nós encaminharemos o *link* para que possam fazer essas contribuições não só aqui nos debates.

Eu sei que, às vezes, é preciso ajustar o teor de um texto, algum detalhe, alguma coisa assim, e a melhor ferramenta que descobrimos — estamos testando desta vez — é essa do Wikilegis. Vários de vocês já fizeram contribuições aqui, já trouxemos essas contribuições aqui para o debate, e espero que elas continuem servindo, sejam úteis para nós daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Passo agora a palavra ao Sr. Arialdo Boscolo, às discussões, a Sra. Cássia e a Sra. Fabiana também poderão falar. Agora é o momento da interação, da conversa, da intercessão, enfim. Peço que sejam bastante breves, para que nós possamos... Todos tivemos uma média de 5 minutos. Será sem pressa, sem atropelo, fiquem à vontade, mas que possamos ter...

Quem fala primeiro — não é, Sr. Boscolo? — fica angustiado depois, mas quem está por último, está louco para falar.



Por favor, com a palavra.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu só quero tentar novamente dar uma contribuição, até fazendo algumas provocações.

Primeiro, no formato do que V.Sa. acabou de dizer sobre a pergunta em relação às diretrizes: acho que, até em função das diversas manifestações que houve aqui, seria interessante, como várias das manifestações vão ser encaminhadas agora para serem sistematizadas tanto em relação ao (*ininteligível*), como em relação ao (*ininteligível*)... Eu acabei de encaminhar uma série de considerações para V.Exas. e acho que definir as diretrizes seria, primeiramente, depurarmos tudo isso para depois, realmente, verificarmos se este é o caminho.

Por que eu estou dizendo isso? Porque — eu vou fazer a segunda provocação —, se não tivermos o diagnóstico, como foi dito aqui, o diagnóstico físico do que realmente... V.Exas. viram os dados que o Ministério da Educação acabou de falar em relação à estrutura física das escolas.

Agora eu vou citar mais uma: o presidente dos secretários municipais, na última reunião do Conselho Nacional do Esporte, afirmou o seguinte: o que está acontecendo hoje que sistematicamente os Parlamentares vêm provocando emendas no sentido de construir ginásios, construir pistas? Infelizmente, os Municípios ou os Estados não têm capacidade operacional depois de sequer manter essas estruturas. Então ficamos naquela situação de novo: se não temos diagnóstico, continuamos construindo, construindo, sem saber para onde isso vai.

Então, na minha opinião, embora uma das diretrizes seja justamente o avanço em relação à capacidade física para colocarmos... Mas se não tivermos o diagnóstico preciso... Por que eu digo isso? Estamos no quarto Ministro, Deputado Evandro Roman, ao qual foi encomendado o diagnóstico do esporte e não foi publicado. Quarto! Só foi publicado o primeiro caderno. Então, ou há lá uma coisa monstruosa... Porque quatro ministros, sendo que o diagnóstico foi pago, com uma importância absurda — absurda, não —, uma importância significativa para o IBGE e nós não o conhecemos. Em todo o segmento esportivo não se conhece o diagnóstico. Foi contratado e pago com dinheiro público. Quatro ministros já passaram, e nós não sabemos sequer o diagnóstico, infelizmente, contratado.



A terceira: com todo respeito pelo que a Sra. Andreia citou e também em relação à fala do Sr. Jorge Steinhilber e à fala da (*ininteligível*): houve umas coisas importantes citadas aqui hoje. Então vejam bem: lógico que o Plano, Jorge, é do Ministério do Esporte, é do Brasil e não do Ministério do Esporte; lógico que é do Brasil o Plano Nacional do Desporto. Porém, da mesma maneira que o Plano Nacional de Educação é tocado pelo Ministério da Educação, ou o de saúde, pelo Ministério da Saúde, o do esporte vai ser tocado pelo Ministério do Esporte.

Então, se efetivamente não queremos um Plano que dê a efetividade de ele ser praticado, não adianta nada! Na minha colocação, eu quero dizer o seguinte: é muito melhor, na minha opinião, fazermos um plano exequível. Eu não quero dizer que isso é impossível, quero dizer o seguinte: temos que fazer um plano exequível porque senão vamos ficar de novo com um texto que não vai ser realizado, que de nada adiantará. Nós temos que ter um plano.

Vejam bem, eu vou dar um exemplo simples: será que só temos a capacidade de 40% da Lei de Incentivo ao Esporte? Acabamos de ter umas informações aqui que, de repente, às vezes, gastamos... O próprio Secretário do Alto Rendimento falou que se gastam 2 milhões em um evento de 2 horas. E qual é, realmente, a efetiva utilização desse recurso no Plano Nacional do Desenvolvimento do Esporte?

Então se nós tivermos realmente financiamento, financiamento tem que ter diretrizes. Nós temos que saber justamente se os recursos hoje são utilizados, e eu não quis dizer que temos recursos suficientes, estou dizendo que existem recursos, mas infelizmente eles não estão sendo geridos dentro de uma política que todo o mundo sabe que está tendo problema no caminho.

Então as colocações que eu faço são as seguintes: se nós não fizermos um plano com diretrizes que realmente sejam atingíveis dentro dos 10 anos, e não dentro de 100 anos, nós infelizmente não vamos avançar, esta é a minha percepção.

Ou nós fazemos um plano que realmente seja exequível, e toda a comunidade esportiva, do Município à União, saiba que realmente nós vamos caminhar para aquilo, ou infelizmente, em minha opinião, vai ser simplesmente um projetinho bem elaborado, com critérios, mas que não tem efetividade. É isso o que eu queria dizer.



Mas digo mais, cada um que falou aqui citou às vezes o seu problema específico. Eu não citei, por exemplo, o problema dos clubes. Citaram algo aqui, a própria colega citou há pouco: é importante que existam clubes? É importante utilizar as estruturas físicas dos clubes?

Eu não vejo nenhuma política — nenhuma — efetiva de utilização. Faz-se ao contrário, a prefeitura tributa os clubes com o IPTU, em função da necessidade de arrecadar recursos, cada vez mais estão diminuindo os espaços físicos, está ficando somente o futebol.

Assumiram os campos de várzea, então nós não temos mais talento, é lógico, acabaram os campos de várzeas, ficam desestimulando a prática, não se desenvolvem novos talentos, assim realmente se enfraquece a modalidade.

Eu não estou querendo discutir aqui coisas específicas do segmento, mas sim um plano estruturado que possa ser exequível. É só isto o que eu peço, Deputado Roman, vamos tentar elaborar algo que seja exequível, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Entendi. Trabalharemos isso. Você tem muita razão nisso, Boscolo.

Quando eu fui Secretário no Paraná, o Prefeito muitas vezes solicitava um ginásio. Eu ia até o Município com 5, 10, 20 mil habitantes, ou menos, e, ao chegar lá, eu me deparava com três ginásios, e os três estavam fechados por falta de manutenção.

Mas ele tinha a necessidade muitas vezes de materializar a sua gestão com a construção de mais um ginásio. Ele não tinha profissionais suficientes para tocar, aquilo era um depósito de pombos e pardais, mas ele queria mais um ginásio. Então é preciso que você vá *in loco* e veja realmente a necessidade.

Sobre a questão de ser exequível, eu concordo com isso. Eu pego o exemplo de Londres que foi citado pelo Stefano. Eles tinham uma meta de alcançar 66 medalhas e alcançaram 67.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eles tinham um plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eles tinham um plano.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eles tinham um plano exequível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - É nessa linha.



Nós tínhamos uma meta de ficar entre os dez primeiros colocados na Olimpíada, ficamos em 13º. Se nós não tivéssemos essa meta, talvez nós entraríamos no automático do “tanto faz” e ficaríamos em 20º.

Então nós temos que ter uma meta e temos que atingi-la. Sem entrar na esfera do dobrar a meta ou não dobrar a meta após atingi-la, eu quero dizer que a partir do momento em que você coloca realmente uma meta, você a persegue. Se vai dar certo, é outra situação.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Perfeito. Eu vou entrar no debate novamente, eu não queria mais interromper, mas eu preciso dizer isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O senhor deve interromper, o debate é agora, esta é a hora de interromper.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu preciso dizer o seguinte: na verdade, é muito melhor, em minha opinião, por exemplo, você ter uma meta e atingir 100 % dela, isso foi falado aqui pelo Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve, eu acho, como aconteceu em Londres.

Então vamos aumentar em 10% a realidade de hoje. Faz-se o diagnóstico, coloca-se uma meta de 10% em 5 anos, 20%, não adianta colocar 100%, porque não vai ser atingida. Essa é a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Perfeito. Entendi.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu volto a dizer, eu acredito que o PND vai sair por causa da pressão do TCU, que provocou uma pressão política, e existe a vontade política do Ministro de fazer.

Porém eu quero dizer o seguinte: os jogos de controle deixam claro que além de existir a meta, tem que existir o acompanhamento para que a meta seja realmente cumprida. Se se estabelecer uma meta já inexecutável, simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O Dr. Ismar sabe muito bem isso. Eu acho que a primeira reunião de que eles participaram conosco aconteceu em maio do ano passado. Ele foi provocado, ele comprou a ideia de que fosse cumprida realmente a execução. Excelente!

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Deputado, eu quero fazer um adendo aqui em relação ao diagnóstico do esporte, que foi levantado. Este é um trabalho que foi



encomendado e agora está sendo publicado, a segunda versão dele que estará sendo publicada em breve.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Por que não todas? Segundo caderno, terceiro caderno ou quarto caderno.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Existem algumas questões internas. Especificamente, o financiamento parece estar inconclusivo ainda. Enfim, é algo que precisa ser visto com mais calma, mas é um fato que a gente está lançando...

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Quatro Ministros, Pedro! Se é inconclusivo, publique e diga: *“Olha, os dados recebidos são inconclusivos”*. Não se pode, na minha opinião, ficar com o diagnóstico pago, com recurso público, quatro Ministros passarem, e nós não termos essa publicação. Eu discordo completamente desse posicionamento. Desculpe-me, mas é a minha opinião.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Não. Sem problemas.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu acho que foi pago. Então, tem que exigir, nem que seja feito com observações: *“não concordamos com isso e aquilo”*.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Enfim, a gente entrou agora, há 3 meses, e começou a tratar dessa questão. Então, isso está saindo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu só estou fazendo um registro, Pedro. Você não tem culpa nisso. Por isso que eu falo em quatro Ministros, para ficar claro que não é de um ou de outro. Trata-se de Governo, de Estado. Se existe um diagnóstico de que foi contratado e entregue, bem ou mal, tem que ser publicado. Quem tem que ser responsabilizado é o IBGE que o fez. Se o fez de maneira equivocada, que responda pelo equívoco da publicação. Ele foi contratado, foi pago, e nós ficamos com um caderno até agora. Talvez seja conveniente publicar um. *“Ah! Talvez vamos publicar o segundo”*. Se são quatro cadernos, que se publiquem os quatro. Essa é minha opinião.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Sim. Eu concordo com o senhor. Ainda concordo no sentido de que este é o ponto de partida para o desenvolvimento do plano. Se a gente quer chegar em algum lugar, a gente tem que saber, hoje, onde a gente está. Para isso,...



O SR. ARIALDO BOSCOLO - Se nós estamos ajudando a construir o plano, nós temos que ter conhecimento. Perfeito? Se nós vamos contribuir para elaborar o plano, nós temos que ter conhecimento. Não pode ficar apenas no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu diria que essa atual gestão está há 5 ou 6 meses. Então, também não vamos entrar — até porque não conhecemos — no motivo pelo qual não foi publicado. Então, não dá para emitir pelo menos um juízo de valores do porquê. Ele estava indo para a defesa de uma situação que você só consegue responder de 4 meses para cá. Não é verdade?

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Só partindo do princípio de que a gente tem uma congruência e existe o entendimento de que o diagnóstico é necessário e precisa ser publicado para que a gente tenha um ponto de partida.

Em relação à questão do financiamento das metas, acho que é realmente algo muito relevante que está sendo tratado aqui. Quando a gente começa a analisar a questão da tangibilidade dessas metas, do atingimento dessas metas, isso acaba trazendo uma série de assuntos que foram levantados aqui, como, por exemplo, financiamento. Para a gente construir ou capacitar professores de educação física ou construir equipamentos esportivos, a gente precisa obviamente de recursos financeiros. Então, entendo que esse é um ponto de partida. O mapeamento do financiamento que existe hoje e as propostas que estão por vir vão estar totalmente associadas e diretamente associadas à definição de metas. Então, eu entendo que essa contribuição feita aqui foi muito rica, porque é justamente nesse caminho que eu entendo que agora o PND precisa ser trabalhado.

Ainda em relação à atuação em conjunto dos Ministérios, hoje a gente citou aqui uma série de Ministérios que realmente precisam estar trabalhando junto, como os Ministérios do Esporte, Saúde, Trabalho, Turismo, Educação, Assistência Social, Cidades, pela questão da mobilidade, da própria defesa, que tem uma atuação muito importante na parte do rendimento e também do social, com o Programa Forças no Esporte. Enfim, por aí vai.

O último adendo é com relação à infraestrutura. Como o Sr. Daniel disse muito bem, inclusive a Sra. Fabiana, em relação à maximização da utilização da infraestrutura esportiva já existente. A gente já escutou relatos de pessoas que moravam em cidades pequenas. Durante a noite, elas pulavam o muro da escola



para poder bola. Isso ocorre provavelmente em universidades. Onde não se comporta a construção de uma infraestrutura esportiva, como uma escola que possui muito poucos alunos, seria de se pensar obviamente em maximizar a utilização da infraestrutura já existente. Por que não ir a um clube, ter um projeto específico num clube ou numa universidade, que não tem uma taxa de utilização máxima das suas instalações. Enfim, eu acho que é bem por aí que o plano precisa se desdobrar.

Acho que é basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Gente, é momento de discussão, de interferir mesmo. Vamos respeitar as inscrições. Estão inscritos a Cássia, a Fabiana e o André. Se tiver mais alguém, que haja interação. O momento é agora. Todos falaram e não houve censura a ninguém. Este é o momento, podem falar, mas temos que agir.

Com a palavra a Sra. Cássia Damian.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Obrigada, Deputado Evandro Roman.

Eu gostaria de responder aquela provocação quando V.Exa. abriu o debate. Eu penso que o financiamento deveria ser uma diretriz separada, porque ele tem um peso e desdobramentos em metas e ações que conversam com o Plano como um todo, como acabou de dizer o Pedro. Vamos dizer assim, o esteio de um plano é ter uma política de financiamento.

O financiamento como uma diretriz ganha força, e um dos desdobramentos em ações para materializar isso, por exemplo, seria a Lei de Incentivo — ela pode ser uma das ações —, como bem estabelece o seu projeto.

Outro exemplo é discutir mecanismos de fomento das empresas privadas financiando o esporte. Outro mecanismo seria melhorar a relação de benefícios para indústrias de equipamentos e materiais esportivas, para se estimular a cadeia produtiva.

A meu ver, então, financiamento como diretriz, seja por vinculação orçamentária, seja pela criação de um fundo nacional, articulando inclusive recursos de outros fundos ainda não destinados à responsabilidade social, é uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sim.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - ... a ser debatida e considerada pela Comissão.



Outra observação que eu gostaria de fazer, estrutural do documento, aliás, diga-se de passagem, muito bom. Incompleto ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Ainda bem.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - ... porque está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Ainda bem que está incompleto.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Mas a essência, a súmula, vamos dizer assim, que era o que vínhamos debatendo. Embora o Pedro tenha chegado há pouco tempo, e ele se reportou a um trabalho que vinha sendo feito, eu não tenho ainda conhecimento do desdobramento do documento do Plano Nacional do Esporte, apelidado de Desporto por conta da nomenclatura da legislação.

Sei que houve um aprofundamento, uma análise de balanço, e aqui vou chamar a atenção de cada um que ajudou a construir, há 10 anos, essa área de política pública, e, agora, há 2, 3 anos, o que foi planejado e o que feito. Isto é um balanço. É necessário saber, mesmo que não esteja escrito no Plano, que, em 2010, a Conferência Nacional do Esporte definiu dez linhas e dez pontos com metas e ações. Essas metas e ações foram, de alguma forma, mensuradas, cumpridas mesmo que parcialmente? É isto que V.Exa. questiona aqui, Deputado.

Pode ser sim que uma meta não seja cumprida, mas ele não pode ser superestimada, e aí o Ariel tem toda a razão, porque o TCU vai cobrar, e a CGU nos cobra diariamente, a mensuração posta ali e os recursos despendidos para materializar aquela meta não cumprida, e tem que haver uma resposta. Cabe ao Ministério do Esporte responder.

Então, ela tem que ser mensurada de acordo com um diagnóstico real, um retrato do movimento mais próximo do esporte no Brasil, e hoje nós temos um diagnóstico, que pode nos dizer, por exemplo, que não dá para universalizar o acesso ao esporte em 10 anos, mas é possível construir um caminho para isso. Por que ela não pode? Porque, pelo diagnóstico, na variável financiamento, que está pronta — e seria bom, depois, dialogar sobre isso —, mostra que serão necessários 30 bilhões/ano para universalizar o acesso, seja para crianças, seja para jovens, seja para idosos.



Isto é inexecutável no orçamento que se tem hoje, que, com emendas parlamentares, chega a 3 bilhões, com tendência de refluxo, pelo que se sabe, por conta do momento político e econômico do País.

Tem que haver, em minha opinião, um sistema nacional de avaliação que acompanhe, que controle, com a criação de indicadores. Isso poderia entrar na Diretriz nº 5, no lugar de criar outra diretriz só para isso, porque, além de monitorar o Plano, vai dar vazão a conhecer a realidade, e as suas metas não serão superestimadas. Mas as deixamos ali como materialidade: *“Eu quero universalizar”*. E, para universalizar, *“eu quero que os idosos participem”*. Tem que se criar programas e articulá-los com outros Ministérios. Isso é otimizar e dar respostas.

Sobre o diagnóstico, Pedro, acho que não é fácil você assumir uma gestão, mesmo com todo o balanço e a transição que vinha sendo feita e lhe foram entregues. E sei que absorver isso em tão pouco tempo não é fácil. Eu participei de cinco transições do Governo passado e consegui captar a dificuldade de uma transição, às vezes dentro das mesmas forças políticas.

O Arialdo levantou sobre o diagnóstico, que, na verdade, está pronto, sim, mas estava precisando de algumas mediações.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Mas isso é um privilégio seu. Você é uma das poucas pessoas que sabem disso, porque teve acesso ao diagnóstico.

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Estou tornando isso público aqui, porque lá no Ministério já está público, e, em todos os fóruns de que participamos, deixamos isso público. Ele está pronto. Existe inclusive um relatório da Variável 1, que virou um caderno.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Sou membro do Conselho Nacional do Esporte, Cássia, e não recebemos. Então, se é público, realmente...

A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Não, não, o resultado não é público, porque não foi publicado.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Mas é o que estou dizendo: você citou números, por exemplo, de que tem conhecimento por estar lá dentro! Essa história de que precisamos de 30 bi para desenvolver... Nunca tive essa informação, entendeu?



A SRA. CÁSSIA DAMIAN - Certo. Eu vou completar só essa informação. Acho que é importante dar publicidade ao que está pronto. Por razões que não vale a pena aqui reconsiderar, ele não foi publicado em cadernos e nem consta do *site*. A própria Variável 1, que saiu, que é o perfil dos praticantes e não praticantes do esporte, que é riquíssimo para se comparar nacional e internacionalmente, tem um relatório pronto, inclusive com a metodologia da pesquisa que pode ir ao ar. Ele está pronto, revisado, e vocês precisam analisar o seu teor e sua efetividade.

A legislação esportiva está pronta e revisada, só falta entrar no *site*, inclusive com um sistema pronto para se fazer busca de toda a legislação federal, municipal e estadual. E a legislação de finanças está com toda a metodologia pronta do financiamento público e privado com alguns resultados. O que há? Uma pequena discrepância no valor da Caixa Econômica, que já está corrigida inclusive em valores reais finais. E o que está em andamento, mas cuja metodologia está pronta, é a infraestrutura, que o IBGE está fazendo agora numa MUNIC e ESTADIC, e que vai publicar em 2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Vou seguir aqui uma linha, e já passo a palavra para a Fabiana. Vou falar duas situações breves, já que entramos no financiamento, e talvez não voltemos a ele, pois é o momento do debate.

Primeira situação, e não precisa responder de imediato: todos concordam que tem que ser uma diretriz separada? Segunda, o Deputado Danrlei disse aqui, antes de sair, que não há dinheiro novo. Realmente, se quisermos buscar todos esses desejos dos que têm o esporte na veia, e os buscamos para Municípios, Estados e Governo Federal, dentro do Orçamento atual, com a economia encolhendo 4% a 5% ao ano, não vamos conseguir. Então, temos que criar ações. Hoje, tramita na Casa um projeto de lei, dentro de uma Comissão Especial, que é o Marco Regulatório dos Jogos. Tenho batido nesse tema e, para que ele avance, temos que ter uma ação muito forte do coletivo.

E o que é esse Marco Regulatório dos Jogos? Ele está tentando oficializar no jogo a ilegalidade que os jogos já têm hoje. Por exemplo, não se deve colocar cassino em porta de escola, mas vão elencar 25, 30, 40 cassinos no Brasil a serem distribuídos em cidades determinadas. E se faz o direcionamento. No caso do jogo



do bicho, hoje serve para alimentar muitas vezes a polícia corrupta, e já está no gosto. Não se precisa inventar nada.

Estou dizendo que há ações para as quais podemos buscar recursos, se nos unirmos e trabalharmos. Isso porque não há dinheiro novo da forma que está sendo feita a arrecadação. Então, temos que criar situações para trazer esses recursos. A Mega-Sena, por exemplo, ano passado deu para o Fundo Penitenciário quase 500 milhões de reais, para o FIES, 1 bilhão e 260 milhões, mas nada foi para o esporte.

Então, se nos unirmos para buscar um mecanismo que venha nessa linha de financiamento e colocarmos uma diretriz, seremos os responsáveis de colocá-lo dentro dessa diretriz dando força ao Ministério do Esporte.

Eu estou dizendo que é um dos mecanismos que se tem. Estamos aqui para pensar. Esta é uma Casa que monta leis, normas, regulamenta, e que faz com que cada vez mais busquemos. E está vigente isso. Alguns podem entrar na esfera — e aqui muito Deputados são contra — de que o jogo acaba viciando, mas são jogos já existentes. A regularização — para tirar alguns da clandestinidade — traria uma arrecadação grande, principalmente para as três situações: esporte, educação e saúde, que é a tríade que nós temos.

Então, para que nós possamos pensar. Está andando em velocidade, só para analisarmos para frente.

Outro aspecto: esporte de alto rendimento. O esporte de alto rendimento nesses grandes países, nessas potências, que são referência para nós como os Estados Unidos, lá é negócio, é *business*. Se pega o beisebol, o futebol americano, o basquetebol, todos esses esportes têm esse destaque grande porque é negócio. É *business*, ali se gerou um sistema para combate à pirataria da camisa, combate à pirataria da caneca, e gera negócio.

Então nós temos que deixar, a meu ver, com o tempo, e ir canalizando para que políticas públicas venham a cuidar do esporte escolar, estudantil, universitário, até entregarmos ao grande negócio.

O que o COB — Comitê Olímpico Brasileiro pensa disso? É um caminho...Não tem como! Os dados do TCU — Tribunal de Contas da União foram claros aqui: 85% dos recursos estão indo para o esporte de rendimento. Não vai



sobrar para o esporte participação, para o esporte escolar, para o esporte universitário.

Como inverter isso? Vamos discutir isso. Tem que ter o encaminhamento no Plano Nacional do Desporto, senão não vamos...Como transformar? Como fazer com que venhamos a fugir? E o Presidente dos Correios dizendo: “Ó, as estatais, está difícil de manter.”

Só para termos uma reflexão de como vamos atingir para que o esporte de alto rendimento em todas as modalidades...No Brasil, o que é negócio mesmo no Brasil por enquanto só o futebol.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Mas vamos pegar duas colocações uma, em relação ao marco regulatório dos jogos, e em relação ao que o Vanderlei falou possibilidade de passar de 1% para 3% a Lei de Incentivo ao Esporte.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Perfeito.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu particularmente acredito que, com toda essa demanda — porque eles queriam transformar realmente, inverter a pirâmide e começar a fazer esporte de base —, a criação do Fundo do Desporto, que seria administrado pelo Ministério do Esporte, mas a partir de um Plano Nacional de Esporte exequível, pudesse fazer com que isso acontecesse.

Então, vejam bem, se continuarmos discutindo corporativismo, digamos assim, que precisa disso por causa do esporte da Lei Rouanet, ou por causa da Confederação, ou por causa do COB, ou por causa da CBC, não vai resolver. É essa a questão. Se existir a possibilidade, esta deve ser de um recurso novo que possa ser administrado em cima de um Plano Nacional de Esporte, que não existe até hoje.

Por isso que ficamos batendo na tecla. Se nós tivermos realmente, claramente, efetivamente, que qualquer recurso novo venha a ter a situação, como às vezes se tem uma política, volto a dizer que a Lei de Incentivo ao Esporte hoje é uma colcha de retalhos porque pode tudo. E quando pode tudo não pode nada. Por isso que só atinge 40%.

Se tiver realmente um foco, porque o Plano diz que os recursos da Lei de Incentivo ao Esporte têm que ter esses percentuais. A universalização de que se fala aqui não vamos conseguir se não tiver estabelecida no Plano. Por quê? Porque os



Estados do Norte, por exemplo, não têm a mesma capacidade de execução que os Estados do Sudeste. É óbvio isso!

Então acaba centralizando os recursos nos Estados do Sudeste. São situações que são muito mais, na minha opinião...Por isso eu fico batendo nessa tecla de que o Plano Nacional do Esporte tem que ver a realidade atual, o diagnóstico, e realmente propor uma política de execução desses recursos. Hoje não tem.

Vou dar um último exemplo: o Bolsa Atleta. O Luiz Lima citou que foram mantidos os 160 milhões. Na minha concepção, o Bolsa Atleta hoje, você discutiu muito mais o passado que o futuro, porque se pega o atleta que participou da última olimpíada ele vai recursos por 4 anos. Se o atleta parar de jogar ele ainda tem recursos, tem bolsa por 4 anos, um negócio assim...Estou dizendo isso porque já debati isso muito profundamente. Então, de novo, se tem recursos que acabam não sendo utilizados de forma correta num plano exequível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Tem a palavra a Sra. Fabiana.

A SRA. FABIANA - Vou falar um pouco da...

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Só para fazer uma correção que acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Fabiana, ele pediu 30 segundos.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - É só uma correção que eu considero muito importante.

V.Exa. fez uma afirmação que é muito importante para nós da mesa redonda. Foi no meio do raciocínio inadvertidamente, mas há gente nos assistindo. V.Exa. disse que não temos recursos da Mega-Sena para esportes. Na verdade, os recursos da Lei Agnelo/Piva são provenientes de loteria, menos do que V.Exa. disse que tem para outras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Menos da Mega-Sena.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Isto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - É isso daí.



O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - É um fundo específico diferente do recurso de loteria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Prefeito, isso daí. Existem das loterias pela Lei Agnelo.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Loterias, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Mas essa daí é pelo fundo que vai financiar o FIES.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - Desculpa, eu entendi o seu raciocínio de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Fabiana, por favor.

A SRA. FABIANA - Eu queria refletir um pouco e pensar fora da caixa para fortalecermos a questão do investimento. Falamos sempre em gastar, mas não falamos em otimizar os recursos. Organizações como o BID, como o PNUD, como a UNESCO já têm projetos que provavelmente se encaixam nesse plano que vocês estão sugerindo.

Por exemplo, no projeto do mané que transforma há 3 trechos que já estão praticamente contemplados, que são:

1 - *Discutir e aprimorar a base curricular nacional de educação física para orientar os professores de educação física na preparação de suas aulas.*

Isso está pronto.

2 - *Atualizar o currículo e a formação do profissional de educação física, priorizando a licenciatura e propondo currículos ampliados que atendam às realidades locais.*

Isso está pronto.

Há a questão também das diretrizes pedagógicas para o esporte voltado para a pessoa com deficiência. Obviamente, ele tem um foco de desenvolvimento que é visto pelo BID, mas isso não quer dizer que ele não possa ser aprimorado ou ser ajustado para as necessidades do Plano Nacional. Então, a primeira questão que eu falo é para vocês pensarem também nessas organizações importantes que já desenvolvem projetos de relevância nacional, de grande impacto. A ONU Mulheres é um deles. Há a questão de se trazer o gênero para o Plano Nacional. Na verdade,



you are not spending, you are optimizing resources within the National Plan. So, this is the first question of what I am talking about.

The second is that if we want good money, if we want money from companies, we have to work as they like that the money from them is worked, or be, with responsibility, with governance, with return, with merit. What happened with this money? Where did it go? etc.

Before we think about how we are going to invest, we need to define effectively who does what, who invests in what, who will give the result in what and for where we are going to ask for the money.

For example, once again in this project of the mané that transforms, all the money is from three institutions, or be, from a Japanese fund and from two private institutions.

The financing is not done with public money, it is already ready with private money. But wait here, do companies not want to invest? No. They are investing with the institution that has certainty of getting a return.

So, at this moment of Constitution, I am sure that you will define effectively the actors, the responsibilities. It is up to the Ministry of Sports to invest in high return? It is good, if you decide that it is, o.k. then, it is good, who is responsible for giving this return? How are we going to prove to companies that there is a return on the money they invested? For that. This is a behavior that we effectively need to change in the Brazilian Confederations and mainly pay attention to the Federations.

There is a group of failed Federations that do not serve for anything. Many effectively function, but there are many that do not. And here what is the role of these federations? In two or three Secretariats of Sports I already suggested making a Plan of *shared services*, that is a plan of shared management of the matrix of the federations, that is the legal part, *marketing* etc. and simply assign more resources to the part of sports development.

So, the federation gets more money for sports and less for common assignments to all federations. So, in this sense, I think that we need to create the responsibilities, yes, of investment; look for a little outside the box; stop talking a little about incentive law, lottery etc.; look for these big



instituições que podem potencializar o recurso dentro do esporte e mais que tudo pensarmos o esporte efetivamente como uma questão de estrutura social, mas sem deixar como o próprio Stefano disse, que o motor de inspiração sejam os atletas de alto rendimento.

Eu fui remadora do atleta. Eu parei de remar, porque os meus atletas moravam na garagem do clube e eu não queria morar lá. Então, é uma questão realmente de inspiração. Se os atletas são bem-sucedidos, ótimo, beleza, eu vou lá. Mas se o cara morar na garagem do clube, eu não estava a fim de morar lá. Só para terminar, porque eu não falei aqui sobre a importância da família na estrutura do plano do mané que transforma.

O esporte é um catalisador da estrutura familiar do jovem da comunidade e da escola. Se não envolvermos a família, perderemos esse aluno para o tráfico, para outra situação ou simplesmente ele virará um obeso sedentário. Precisamos efetivamente trazer a família.

Dentro do mané que transforma há 4 conceitos: o PCD; a atuação de pais e cuidadores; o jovem como ferramenta de mudança da própria vida, e a questão do currículo profissional de educação física. Então, dentro do contexto do Plano Nacional, eu acho que tem que ser incluída a abrangência da família para potencializarmos o resultado no esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Fabiana.

Quero só registrar a presença do Sr. Daniel Almeida, Líder do PCdoB, aqui, na Câmara dos Deputados.

Registro também a presença do Sr. José Álvaro Gomes, Secretário do Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia. Obrigado pela presença de todos aqui. Estamos numa debate desde às 10h.

Na ordem, tem a palavra o Sr. André Arantes. Depois, na sequência, falará o Sr. Ricardo Vidal, o Sr. Jorge Steinhilber e o Sr. Stefano Adolfo.

O SR. ANDRÉ ARANTES - Obrigado, Deputado Evandro Roman.

Antes de tudo, muito obrigado pelo convite, Deputados Evandro Roman e Lindbergh Farias. Agradeço mais uma vez por eu estar aqui e poder participar deste momento.



Eu queria cumprimentar também o representante do Ministério do Esporte, Sr. Pedro Soutomaior. Cumprimento o Daniel, em nome dos Parlamentares presentes. Cumprimento a Cássia, minha colega de Ministério durante muito tempo. Cumprimento as mulheres presentes e os colegas do esporte questão aqui.

Deputado Lindbergh Farias, vou ser pontual naquilo que V.Exa. perguntou. Quando V.Exa. começou a sua fala, disse: “*Gostaria de saber sobre as diretrizes, viu, Roman*”. Ou seja, tem alguma contribuição para dar nas diretrizes.

Eu dei uma olhada com o espírito de observar como o documento foi composto. Ou seja, levando em consideração o relatório do TCU, o Canadian Sport For Life, do Canadá, o material da You OK Esportes e também a Carta Brasileira de Educação Física e Esportes, que não está aqui, mas como nós tivemos alguma contribuição, a Carta foi recém-lançada no ano de 2015, inclusive com contribuições do Conselho Federal de Educação Física também.

Jorge, aproveito até para dizer que uma das questões desta Carta é que diversos países que são signatários, inclusive o Brasil. Esta Carta a UNESCO colocou para frente. Dentre seus artigos, existem aqueles que falam da necessidades de os Governos trabalharem a obrigatoriedade a educação física no ensino fundamental e no ensino médio.

Então, é bom trazer isso aqui também. Não sei se você citou, mas eu acho que é importante trazer isso de volta.

Enfim, olhando para essas coisas todas, Deputado Evandro Roman, eu tenho pequenas contribuições a fazer. Primeiro, é uma questão conceitual. Eu acredito que a diretriz (*Ininteligível.*) deveriam ser fundidas, e vou dizer o porquê.

Primeiro, estamos trabalhado com crianças, adolescentes e jovens. Em muitas falas ditas aqui fica claro que o esporte é uma coisa só. Podemos até fragmentar para tentar explicar e entendê-lo melhor, mas ele é um só.

Então, é importante que se consiga ter essa visão que contemple a questão da faixa etária, sem querer ficar segmentada desde o início, ou seja, se o cara vai fazer isso ou vai fazer aquilo etc.

Os modelos usados aqui, que é o modelo canadense, inclusive também a forma como o sistema inglês está organizado, a coisa é exatamente vista dessa forma. Ou seja, há um grupo de pessoas, crianças, adolescentes e jovens, que



estão fazendo esporte na escola, nas universidades e no clube. Isso tudo precisa entrar na conversa.

No meio entra a educação física, no meio entra a atividade que se faz no contraturno escolar, na escola, no clube ou em um projeto social e aí também entram as competições escolares. Então, isso é muito importante. Acredito que para nós não começarmos fragmentariamente, seria muito importante que essa coisa fosse vista como um todo. Então, a proposta inicial é que as diretrizes 1 e 4 fossem fundidas.

Aproveitando as considerações que são feitas com muita força na recomendação da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, da UNESCO, que foi publicada em 2005, eu acredito que seria importante que destacássemos duas coisas que aqui ficaram diluídas: a questão do esporte para a pessoa com deficiência e para as mulheres. A Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte faz considerações claras à necessidade de que haja o empoderamento desses dois segmentos. Esta é a primeira consideração.

A segunda: é muito importante que o idoso tenha vez também. Nós não estamos falando só da criança, do jovem, que pode ser atleta. Esquecemos que esta pessoa precisa fazer esportes. É fundamental que o idoso tenha a sua vez. Então, o que está considerado aqui como diretriz 2, eu acho que é muito importante que se considere o idoso também. Ou seja, o adulto e o idoso. Por que o idoso sumiu? É importante que ele esteja aí. Do ponto de vista das faixas etárias, é muito importante que isso fique claro. Isso não está expresso. Fica parecendo que a criança, o jovem e o adulto fazem esporte e o idoso pode deitar e morrer. Como eu quero viver até os 100 anos, já estou garantido meu futuro, porque vou fazer esporte, eu vou fazer esporte daí para frente.

Então, acho muito importante que o idoso esteja contemplado. Chamo novamente atenção para a questão do corte da pessoa com deficiência e da questão de gênero ou de sexo. Além disso, é preciso incluir políticas afirmativas para a questão da mulher também. Com relação à potência esportiva, acho que está tranquilo, ao sistema esportivo está tranquilo.



O senhor, no início da sua fala, pediu para que nos manifestássemos sobre a questão do financiamento. Eu acompanho a proposta que a Cássia fez. Acho que o financiamento é um negócio que tem que se analisar em separado por diversas questões. Quando olho para aquilo que estamos vendo aqui — financiamento —, fica claro que financiamento é algo importante. O aumento do volume do financiamento é importante, mas a metodologia da utilização são as outras diretrizes. Até a discussão dessa proporcionalidade ou a razão em que este volume de recurso ampliado será utilizado é importante. Portanto, apoio a consideração que foi feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, André Arantes. Tenho visto que a tendência está indo realmente para uma diretriz separada da questão do financiamento até porque nos dá uma linha para buscar.

Com a palavra o Sr. Ricardo Vidal de Oliveira.

O SR. RICARDO VIDAL DE OLIVEIRA - Boa tarde mais uma vez. Pegando o gancho dessas conversas do André, inclusive, foi citada aqui a Conferência Nacional do Esporte, com seus 10 pontos; o diagnóstico do esporte, com 4 pontos e as diretrizes, agora, com 5 pontos. Salvo melhor juízo, nós não temos um alinhamento dentro desses momentos.

Ou seja, quando falamos de financiamento, não contemplamos financiamento nos três momentos. Há uma nomenclatura que é um pouco diferente. Alto rendimento? Também tem. Então, a sugestão é que consigamos nos aproximar, nos aglutinar mais para quando falarmos de financiamento, em qualquer instância, em qualquer momento, termos uma linha de condução de financiamento. Seja em conferência, seja no plano nacional, seja no diagnóstico, teremos uma linha de condução.

A segunda coisa que eu queria levantar é que foram mencionados diagnósticos de saúde, educação e do esporte. Eu queria perguntar se alguém sabe se esses três diagnósticos acabaram conversando entre si ou se isso não aconteceu.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pelas suas considerações. Eu queria informar que há um breve lanchinho aqui fora. Se alguém quiser sair, sinta-se à vontade. Nós só não podemos servir aqui dentro. Eu até solicitei, mas é uma determinação da Casa.

Deixem-me fazer alguns encaminhamentos. Nós temos agora o Jorge, o Mauro, o Stefano, a Danielle e o Pedro. Eu encerraria, se ninguém mais se inscrevesse, nós iríamos encerrar. Eu faria o encaminhamento do que nós pretendemos para a última mesa redonda, que nós pretendemos fechar lá para o começo de dezembro, fazer uma espécie de fechamento e convidar os senhores para acompanharem o que nós estaremos desenvolvendo.

Se os senhores visualizarem, na reunião passada, nós estávamos indo para o caminho de um projeto de lei. Hoje, amadureceu e foi já pelo caminho do desenvolvimento por um decreto.

Então, eles terão desdobramentos à medida que todo esse material dos senhores vier e estaremos processando pela equipe, pelo grupo, dizendo: “olha, está indo por um caminho melhor dessa forma”.

Há mais alguém que queira se inscrever? Se não, eu encerrarei depois da fala última do Pedro e nós passamos para a discussão. Senão, começaremos a ter réplica e tréplica. Pode ser dessa forma? *(Pausa.)*

Então, nós temos ainda: Jorge Steinhilber, Mauro, Stefano, Danielle e encerramos com o Pedro.

Com a palavra o Sr. Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER - Obrigado.

Deputado Evandro Roman, em primeiro lugar, quero já me desculpar porque, logo após a minha fala, terei de me retirar junto com o Marcelo, porque nós temos uma reunião marcada às 15h e infelizmente não tive como desmarcar essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Tranquilo. Nós estamos indo para os “finalmente” também.

O SR. JORGE STEINHILBER - Então peço desculpas, mas não poderia deixar de fazer uma manifestação no sentido de que algumas críticas foram postas aqui e nenhuma delas foi direcionada nem ao Legislativo nem ao Executivo e, muito menos, ao Ministério.



Mas, evidentemente, concordando com o Arialdo, houve uma situação de que foi posto aqui a necessidade dos diagnósticos e que esses diagnósticos já estão preparados há bastante tempo.

Então, o que nós defendíamos era que, pelo menos, os membros do Conselho Nacional de Esporte, que estão nesse processo da construção do Plano Nacional de Desporto, que eles tivessem um acesso, nem que fosse em *pen drive*, ao diagnóstico bruto, que não fosse o processo trabalhado, mas que nós tivéssemos acesso para poder, com esses dados, contribuir, da melhor forma possível, para esse Plano Nacional do Desporto. Essa é a questão.

Ficou muito claro que não dá para fazer um plano sem diagnóstico. O diagnóstico existe, está feito; só não foi trabalhado para ser publicado. Eu entendo que a publicização de um trabalho precisa ser lapidado. Agora, para aqueles que estão envolvidos diretamente no processo, não haveria problema algum que tivesse o material bruto que pudesse contribuir para isso. Esse era um ponto que nós estávamos discutindo com os membros do Conselho Nacional do Esporte.

Outra questão é que já existem vários documentos que consubstanciam essas questões. Nós estamos para fazer a publicação do PNUD sobre a educação física de qualidade. É um trabalho magnífico que apresenta diversas situações de tudo isso que nós estamos conversando.

Nós temos uma publicação da UNESCO agora chamada Escola Viva que contribui muito com todo esse processo. Então, documentos existem. Agora, fazer apenas uma avaliação de problemas anteriores, eu diria que a quantidade de recurso gasto com a construção de instalações esportivas nas universidades federais que não atendeu, em absoluto, ao direito que foi posto aqui para a criança e para os jovens, não que eu seja contra essas construções, mas elas ficaram localizadas dentro de centros universitários aos quais as crianças não têm acesso.

Então, ficarmos aqui identificando o que foi errado no passado, não vai nos levar a nada. Nós temos que partir de uma situação de que plano nós vamos construir e, aí sim, inserir dentro desse plano uma situação de plano de utilização dessas instalações.

Ou seja, quando for construída uma instalação, por que não já ter um plano de utilização dela? Lembro-me que, recentemente, nas inúmeras construções que



foram feitas no Rio de Janeiro, no jornal saiu, há duas semanas, o seguinte: “*não se sabe qual será a utilização deles ainda*”.

Nós temos um centro esportivo no Ceará, que é imenso, fantástico e está lá parado ainda porque não se sabe como vai ser utilizado. Ou seja, fez-se uma construção sem saber para que serve.

Então, penso que nós temos que, de alguma forma, não consegui identificar como, confesso que eu não tenho o “como”, mas, de alguma forma, inserir aqui a questão do critério desse investimento, para que não fique o investimento, como o senhor mesmo disse, o político foi lá pediu, o prefeito foi lá pediu e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Quem usa são os pombos e os pardais.

O SR. JORGE STEINHILBER - E aí? De alguma maneira...

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Posso fazer um aparte, Jorge?

O SR. JORGE STEINHILBER - É claro.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - É nesse sentido que eu volto a insistir: eu acho que, como foi citado inclusive pela Fabiana anteriormente, existem programas. Preocupa-me quando a diretriz é, por exemplo, estabelecer programas. Existem programas. O Ministério do Esporte tem diversos programas.

O que nós temos que estabelecer no PND é, realmente, a política que será adotada. Se for em relação a financiamento, como devem ser utilizados os recursos existentes? Como você citou, Roman, o caminho é o alto rendimento? Que recursos serão utilizados no alto rendimento em relação a certas situações?

Em relação aos equipamentos existentes, por exemplo, no lado físico, deve-se estabelecer claramente que os Parlamentares deverão seguir o Plano para fazer as suas emendas. Então, se efetivamente houver a necessidade de um ginásio novo, há um diagnóstico dessa necessidade naquele Estado? De que forma? Tem que ser seguido um modelo. Foi citado aqui que, de repente, cria-se um modelo e depois não se consegue utilizar a quadra, porque ela não foi feita em dimensão adequada.

Eu acho que Plano tem que ter, justamente, essas diretrizes básicas de uma política, e não de desenvolvimento de programas. Programas existem vários. Você muda o nome do programa e ele tem o mesmo foco do outro.



Nós temos que saber claramente quais são as diretrizes que nós vamos estabelecer na política, quais os recursos existentes. Por exemplo, em relação aos novos financiamentos que não precisem do marco regulatório, onde eles serão empregados caso venham a ser atingidos.

O SR. JORGE STEINHILBER - A sua fala como Secretário me chamou a atenção exatamente por conta disso. O senhor teve a responsabilidade de não aplicar recursos onde já houvesse uma quadra, mas quantos terão essa mesma responsabilidade?

Como nós poderemos inserir essa questão no Plano de tal forma que se evite que esta situação se torne apenas política, e não somente de governança de recursos, como disse aqui o representante do Tribunal de Contas da União?

Eu penso que o Plano Nacional tenha que ser de acordo com a nossa realidade. O Ministério do Esporte, na época em que a Cássia estava conduzindo esse processo, fez um seminário muito interessante e trouxe algumas experiências de outros países.

Os Estados Unidos disseram aqui que para o alto rendimento não se usa nenhum dinheiro público. Bom, se fosse essa a nossa realidade, seria um espetáculo. Seria fantástico! Mas não é a nossa realidade, a nossa realidade não vai comportar isso. Então, é fantástico entender que lá é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Mas também não dá para ser 85/15!

O SR. JORGE STEINHILBER - É por isso que eu entendo e defendo, e procuro estar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - São dados do TCU, não é, Jorge? Então, não são dados que eu esteja buscando. Foi o TCU quem nos passou.

O SR. JORGE STEINHILBER - E, com todos esses dados, a preocupação é que estejamos calcados, num Plano Nacional, na nossa realidade, e que possamos estabelecer esse plano de utilização e encontremos a vertente que, como nós conversávamos ontem, ainda nos parece falha. A educação física escolar é obrigatória. Não vou discutir agora se ela está bem ou mal implementada. Ela é



obrigatória. Então esse ramo está fechado. O ramo do alto rendimento está fechado com as confederações.

Agora, o que acontece com o jovem em que, na escola, seja identificado um possível potencial esportivo? O que é que eu faço com ele neste nível intermediário? Ele não é de alto rendimento, ele ainda não está preparado para o clube. Onde nós podemos inseri-lo?

A Fabiana Bentes deu uma alternativa que me chamou muito a atenção, em relação à Maré. Temos lá 7 escolas, todas elas com quadras onde a educação física escolar é realizada. E há uma vila olímpica, no meio, que poderia ser esse processo intermediário. A escola oferece educação física escolar para todos, democraticamente, e desenvolvimento, e todos os dias há oferta de uma atividade esportiva que possibilite às crianças terem desperto o seu talento. Depois o clube vai tomar conta disso.

Obviamente, eu estou identificando isso no Rio de Janeiro. Eu não sei como isso seria no interior do Amazonas. Mas alguma coisa nós temos que inserir dentro do Plano, para que fique claro esse processo intermediário que ainda não foi fechado.

É por isso que eu estou trazendo aqui esta questão de que nós temos que calcar um Plano para a nossa realidade que, principalmente, tenha critério de investimentos, de tal forma que possamos ter um plano de utilização de todas aquelas infraestruturas que forem construídas.

Obrigado, mais uma vez. Parabéns a vocês pela corajosa iniciativa. Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sou eu quem agradece, Jorge. Quando houve uma queda, no ano passado, no PND, vocês falaram: *“Vocês não podem deixar esse Plano morrer!”*

E então eu falei: *“Não é isso. É que houve uma esfriada via Ministério, houve esfriada em nós mesmos”*.

Nós continuamos, num ritmo mais lento, mas em nenhum momento nós deixamos o tema.

Obrigado pelas considerações.

Concedo a palavra ao Sr. Mauro José da Silva.



O SR. MAURO JOSÉ DA SILVA - Boa tarde, novamente. Eu queria voltar a um ponto que foi citado aqui sobre as federações. É de fundamental importância que as federações não sejam esquecidas dentro desta contemplação do Plano porque, na minha opinião, são as federações que devem e têm a responsabilidade de cuidar da base. Elas estão muito próximas dessa realidade, estão próximas às escolas, dentro dos estádios, e podem fomentar isso.

Foi dito aqui que algumas federações não servem para nada. Eu não diria isso. As federações servem para muito. As gestões é que não estão adequadas e boas. Precisamos então rever isso, porque é fundamental. Se a federação não for contemplada, a nossa base praticamente não existe ou é muito fraca e, quando os atletas chegam para nós ao alto rendimento, eles chegam com muitos defeitos. Nós temos que corrigir isso lá em baixo. Então, isso é fundamental.

O segundo ponto são as instalações. Eu digo com total experiência: não é um lindo edifício que vai fazer um atleta. Se pudermos ter isso, ótimo, mas é o conteúdo programático que se leva a ele através de um técnico qualificado que faz o atleta.

É por isso que eu insisto que, no caso dos técnicos de boxe, a matéria boxe precisa entrar na universidade para que o professor de educação física saia com esse conteúdo, com conhecimento, e passe para o atleta.

Outro ponto que ajuda muito o atleta é haver material e equipamentos de qualidade para que o técnico possa ajudá-lo e prepará-lo.

Volto à federação: é fundamental que as federações sejam contempladas, senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado mais uma vez pela sua fala.

Concedo a palavra ao Sr. Stefano Adolfo Prado Arnhold.

O SR. STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD - Eu acho que seria muito interessante pensarmos numa maior integração do alto rendimento com as outras fases esportivas.

Se olharmos aqui para a bibliografia que é citada aqui no *business plan* da Austrália, no *UK Sport*, e no plano do próprio Canadá, nós temos excelentes exemplos de como integrar o esporte.



Eu levantaria também algumas estratégias do Governo alemão, que integra o esporte, da base até as seleções maiores. Qualquer criança, em qualquer cidade pequenininha da Alemanha, recebe um caderninho onde estão os números de telefones das pessoas a quem ele terá que se dirigir, dependendo do esporte olímpico ou paraolímpico que ele queira praticar, de tão integrado que está o esporte de alto rendimento com as demais iniciativas esportivas na Alemanha. Seria um ganho muito grande para o Brasil se conseguíssemos fazer essa integração.

Na parte do financiamento, seria bom se pudéssemos pensar não em tirar recursos do alto rendimento, porque eles ali são insuficientes. Nós temos uma redução de 44% no orçamento do Ministério do Esporte de 2016 para 2017, e está prevista uma redução de 55% na parte que é destinada pelo Ministério do Esporte ao alto rendimento no ano que vem.

Então, não seria tanto uma questão de se retirar recursos do alto rendimento, mas de sabermos como poderíamos aumentar os recursos para todas as iniciativas esportivas, até de algumas formas como Deputado bem colocou, trazendo de outras áreas que hoje não contribuem para a área do esporte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Stefano.

Concedo a palavra à Dra. Danielle.

A SRA. DANIELLE KEYLLA ALENCAR CRUZ - Boa tarde. São 3 os pontos rápidos com os quais eu contribuo: em primeiro lugar digo que é acertada a questão das diretrizes do orçamento.

Eu gostaria que V.Exas. considerassem uma fala do colega do TCU e colocassem na redação — não sei se como meta, mas, enfim, no texto — a questão da desconcentração dos recursos para as regiões, e que essa lógica fosse trazida também de forma que fosse já incluída no Plano a questão das iniquidades de acesso ao esporte.

Sobre a diretriz nº 2, que é a que me parece mais próxima dos pontos que eu destaquei aqui anteriormente, cito um acréscimo do ciclo da vida, porque eu entendo que ela trate de uma exposição ao esporte e à prática de atividade física fora da escola, para crianças, jovens, adultos e idosos.



E, por fim, eu gostaria de deixar disponível, caso haja interesse, os inquéritos que nós temos da PeNSE e do VIGITEL. Com a PeNSE, que agora é o terceiro e tem 3 pontos dá para se fazer um estudo de tendência. Ela tem a atividade física. O VIGITEL tem 10 anos de medição e tem tendência de atividades físicas. Por meio deles, nós trazemos a meta de prevalência de atividade física na população. Nós estudamos para podermos fazer a nossa meta do PPA.

Eu posso, então, disponibilizar os inquéritos para que deem uma olhada neles e analisem a questão da meta dessa exposição na diretriz 2, e verem se é 70, enfiam, a perspectiva do esporte.

As nossas contribuições nós vamos fazer pelo link, que eu vou pegar depois, e elas vão seguir na linha dos pontos que foi possível captar neste momento. O primeiro é fortalecer a (*ininteligível.*) do plano para favorecer os diálogos futuros com os outros Ministérios, no caso, com o Ministério da Saúde.

O segundo ponto é incluir estudos avaliativos e elaboração de indicadores. Precisa estar claro no Plano o que se propõe com isso.

Também é necessário fazer o controle social.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade. É uma satisfação o Ministério da Saúde estar aqui. Vou levar esta discussão ao Ministro e aos outros colegas que debatem o tema no Ministério no âmbito da promoção da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor, Dra. Danielle, não nos abandone, porque ter o Ministério da Saúde é uma linha forte dentro da promoção da saúde. Vocês têm lá um trabalho diretamente sobre a promoção. Vocês têm um departamento trabalhando só com a promoção da saúde.

Eu tenho a certeza de que vamos criar uma parceria muito grande, com a qual sonhamos há um bom tempo.

O SR. LINDNBERG AZIZ CURY JUNIOR - Danielle, eu só peço uma orientação: eu tenho pesquisado os dados da PeNSE de 2012 e 2015. Eu sei que existe uma amostragem que trata sobre a educação física na escola, sobre o esporte na escola, e eu percebi que os dados são só de uma população de alunos de 13 a 17 anos. Há outra base, que trata só dos alunos no 9º ano, certo?

É isso mesmo? Não existe uma pesquisa dos anos iniciais na educação?



A SRA. DANIELLE KEYLLA ALENCAR CRUZ - Não, foi feita uma proposta de um piloto. Agora nós temos duas amostras, essa de 13 a 15, do 9º ano, e temos uma segunda mostra, com alunos de idade inferior. Essa segunda amostra ainda está sendo trabalhada, por isso que eu não a citei aqui.

Talvez nós tenhamos que ter cuidado com o estudo de tendência, porque ajustamos o questionário ao longo dos 3 anos. Por exemplo, temos uma parte de infraestrutura escolar que nós aprimoramos, na qual é o diretor quem responde se há quadra, cantina, essas estruturas. Lembro que a PeNSE engloba escolas públicas e privadas.

Só a esta primeira amostra, mais de 100 mil alunos responderam. A segunda mostra nós logo soltaremos.

O SR. LINDNBERG AZIZ CURY JUNIOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Concedo a palavra ao Sr. Pedro Soutomaior como encerramento, mas depois voltaremos a falar um pouco mais.

O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Senhoras e senhores, muito obrigado. Hoje foi um dia de muito aprendizado por parte do Ministério do Esporte.

Apesar de esse material ter sido desenvolvido principalmente por parte desta Subcomissão, ele está servindo como grande apoio para o Ministério do Esporte. Das diversas sugestões que foram levantadas aqui, com muitas delas, ou parte delas, nós já vínhamos trabalhando. Essas sugestões nos auxiliaram bastante a ter uma visão de qual caminho será desenvolvido.

Outra parte dessas sugestões é relativa a coisas novas, como, por exemplo, o desenvolvimento de indicadores específicos que possam, assim como na educação, ser quase uma referência para que cada Estado ou Município atinja uma certa pontuação. Eu entendo que isso, para o esporte, seja uma proposta muito bem-vinda.

Outra questão que foi colocada aqui foi a respeito da governança nas confederações. Analisamos, internamente, no Ministério do Esporte que, conforme seja mais forte ou mais firme a governança dentro de confederações, reflète diretamente no resultado dos atletas. Então, entendemos que esse é realmente um ponto muito importante.



Enfim, o controle, tal como colocado pela Sra. Cláudia, é algo totalmente necessário para podermos ter certeza de que as ações que traçamos estejam, de fato, sendo executadas e sendo atingidas.

Eu entendo que o recado que fica aqui para o Ministério do Esporte é o de que, aparentemente, as diretrizes que foram traçadas estão sendo bem avaliadas. O que precisamos agora estudar e desenhar é justamente o mapeamento do financiamento atual junto com o mapeamento do Sistema Nacional do Desporto, que vai definir o papel de cada entidade e a função delas no desenvolvimento do esporte, para que, assim, possamos ajustar essas metas de maneira que elas não se tornem apenas um número né, mas projeções, mês a mês, ou trimestre a trimestre, ou ano a ano, para podermos ir acompanhando o processo e ir fazendo periodicamente novos diagnósticos, para podermos comparar o planejado com o realizado e, caso estejamos longe desse objetivo, voltar atrás no plano e reajustar o que não foi bem desenvolvido.

Acho que é basicamente isso que eu tinha a dizer.

Agradeço novamente a oportunidade de estar aqui. Como último adendo, coloco que vamos buscar solucionar a questão do diagnóstico do esporte e sentir sua dor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Com a palavra o Sr. Pedro Athayde.

O SR. PEDRO ATHAYDE - Vou tentar ser bem conciso, o que é um desafio para um professor universitário, pois o professor universitário tem uma tendência a ser prolixo.

Existem quatro pontos que eu quero abordar. Primeiramente quero fazer coro quem deu a sugestão de haver uma diretriz específica para o financiamento. Acho isso fundamental. E, dentro dessa diretriz, temos que discutir o perfil do financiamento do orçamento público do Ministério do Esporte.

Nesse ponto, eu chamo a atenção para duas características presentes historicamente no orçamento do Ministério dos Esportes: a primeira é uma baixa execução orçamentária, de maneira que o recurso é empenhado, mas não é gasto, e não só por questões internas do Ministério do Esporte, pois muitas vezes isso se



deve a problemas lá na ponta; a segunda é uma forte presença de emendas parlamentares no orçamento do Ministério do Esporte, o que acaba, muitas vezes, engessando um pouco o orçamento ao destinar os recursos para infraestrutura.

Eu acho que temos que nos debruçar sobre como atrair mais o capital privado para investimentos no esporte, especialmente para o esporte de alto rendimento, como disse o Deputado. O esporte de alto rendimento é negócio? É *business*? Então, por que as empresas privadas não estão vindo? Porque, talvez, o produto que se oferece não seja atrativo para que elas divulguem sua marca.

Uma última questão a destacar é que também devemos nos debruçar sobre essa composição das fontes que existe hoje, para revertermos esse quadro que está no relatório do TCU e que aponta essa disparidade entre 85% e 15% na distribuição de recursos. Nós precisamos nos debruçar sobre isso.

Com relação à Diretriz 3, eu só queria chamar atenção para um termo que ficou muito caracterizado, mas com o qual tem que se ter cuidado. Quando se fala em potência esportiva, temos que ver o que estamos entendendo por potência esportiva, para que não fique um termo muito abrangente, sem uma clara definição do que seja potência esportiva. Por exemplo, a Noruega é uma potência esportiva? Para os Jogos Olímpico de Verão, não; para os Jogos Olímpicos de inverno, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Para um campeonato sul-americano pode ser.

O SR. PEDRO ATHAYDE - O Brasil é uma potência esportiva para o futebol? É. Para outros esportes, não. Para os Jogos Olímpicos, não. Então, o que é uma potência esportiva? O que se entende por potência esportiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - É verdade.

O SR. PEDRO ATHAYDE - Respeito a argumentação do André, mas eu discordo da proposta dele de unificar as Diretrizes 1 e 4, porque eu acho que a Diretriz 4 está muito calcada no esporte de alto rendimento. Acho que mesclá-la com a Diretriz 1, que parece mais voltada ao esporte escolar, que pode causar uma certa confusão.

É claro que o esporte escolar está vinculado ao esporte de alto rendimento e que pode ser base para o esporte de alto rendimento, além de poder ser espaço para detecção de atletas esportivos, mas ele não é só isso.



O Steinhilber fez uma pergunta aqui: e o que fazemos com as crianças e jovens que não vão para o alto rendimento? Bom, formamos cidadãos! Até porque não vai caber todo mundo no esporte de alto rendimento. Então, o esporte escolar também tem um papel importante na prevenção, na promoção da saúde, na perspectiva de uma educação integral. Portanto, ele tem outras funções que não só a de atender o alto rendimento.

Então, nesse ponto, eu discordo dessa unificação das Diretrizes 1 e 4. No meu ponto de vista, ela fere as especificidades dessas duas dimensões, embora eu reconheça que essas diretrizes dialogam entre si.

Eu não estive na reunião anterior e não sei se as diretrizes foram pensadas de acordo com as dimensões da Lei Pelé. Eu acho que falta uma diretriz para falar dessa última dimensão que foi acrescida na Lei Pelé, que é o desporto de formação. É curioso que se teve a preocupação de falar em desporto de formação para as três dimensões — recreativa, educacional e de alto rendimento. Então, eu acho que é preciso pensar a formação numa perspectiva mais ampliada, não só como formação para a prática esportiva, não só a formação de atletas, mas a formação para atuação no setor esportivo, bem como a formação continuada dos atletas para atender, como é colocado como uma preocupação pelo Luciano, o período pós-carreira esportiva, sobre o que vai fazer esse atleta. Há também a formação continuada dos treinadores, para atender a preocupação do Prof. Mauro José. Aí, claro, eu acho que podem ser envolvidas as universidades, os institutos federais, para fazerem parte dessa ação.

E falando um pouco em nome do colégio brasileiro, uma formação que também precisa existir é a preocupada com a produção de conhecimento. Temos que ter uma produção de conhecimento que alimente toda essa formação e toda essas dimensões esportivas. É preciso haver produção de conhecimento para o esporte de alto rendimento, mas também uma produção de conhecimento para o esporte participação e para o esporte educacional.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Pedro Athayde.

Não sei se o Pedro finalizou.



O SR. PEDRO SOUTOMAIOR - Faço uma breve observação aqui até para informação geral. O relatório do TCU veio baseado em 85% do investimento sendo realizado no esporte de alto rendimento e, quando olhamos para as três manifestações principais do desporto — participação, rendimento e educacional — e olhamos para o relatório do TCU, é possível notar que não foi levado em conta, por exemplo, o orçamento do Ministério da Educação, que hoje é destinado para o esporte educacional. Percebe-se também que não foram levados em conta os recursos de cada Secretaria de Esporte e Lazer, que hoje atende também a modalidade participação.

Então, quando analisamos esse número — 85% — é o mantemos na nossa cabeça, podemos ter a falsa impressão de que...

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Eu quero fazer um aparte.

Na verdade, o relatório do TCU estabelece esses percentuais baseado no Sistema Nacional do Desporto. Quando o senhor cita essas situações, acaba caindo naquela situação determinada pela existência do Sistema Brasileiro do Desporto. Os 85% que o TCU aponta é em função do Sistema Nacional de Desporto, que, basicamente, compreende o esporte de alto rendimento.

É preciso chamar a atenção para o fato de estar faltando uma coisa importante, dentro da Lei Pelé, que é a quarta manifestação. Falou-se aqui de esporte de participação, esporte educacional e esporte de alto rendimento, mas está faltando o esporte de formação, que é uma diretriz da lei e que não foi colocada nessa preliminar aqui.

Digo novamente: escola é iniciação esportiva; formação é especialização do esporte. Então, pode-se fazer iniciação esportiva na escola, mas tem que haver o desenvolvimento esportivo do atleta e, por isso, existe o esporte de formação.

Por isso eu sempre digo que existe ainda muita coisa para ser acrescida a esse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu sofri muito no Estado do Paraná, porque em determinado momento eu não utilizei... E eu sou fã do esporte de formação. Por isso que é importante ouvir até o finalzinho, detalhe por detalhe.



O SR. ANDRÉ ARANTES - Agradeço, Pedro, por você ter discordado, porque quando fazemos uma consideração, porque achamos que ela traz algum problema, as pessoas não se manifestam. Está longe de mim achar ruim a sua observação.

Acho até que não vai ser este o ambiente para discutirmos, pois já estamos em fim de festa. Não vai dar discutirmos isso, mas, como você trouxe a questão da lei, queria apenas dizer que a lei sofreu uma alteração em 2013, e a manifestação esporte educacional abre em duas: para o esporte educacional e para o esporte escolar, que compreende também o esporte universitário. No escolar e o universitário estão as competições escolares, portanto, esporte de desempenho na escola etc. e tal. Acho que não vale a pena discutir isso, pois não há tempo, mas eu acredito que seria importante aprofundarmos o assunto ou em outro ambiente ou em outro momento, porque aqui está uma gênese. Se não ajustarmos esse negócio de início, se não fizermos algo diferente do que se fez, vamos ter o resultado que sempre tivemos: uma população que não gosta de fazer esporte, pouco ativa e sem resultados expressivos do ponto de vista de competição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Mauro.

O SR. MAURO JOSÉ DA SILVA- Obrigado. Eu não iria sair daqui satisfeito se não ressaltasse a participação das forças armadas nesse processo. Eu digo aqui com experiência vivida: eu convivi com a Marinha do Brasil, convivi com o Exército e os meus atletas do boxe todos se integraram na Marinha e no Exército. Foi algo extremamente positivo e saudável. O relacionamento foi de primeira. Eu diria que isso também não pode deixar de ser incluído. Eu digo que foi espetacular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Com a palavra o Almirante Zuccaro.

O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Apenas quero agradecer a referência positiva ao trabalho das Forças Armadas, também mencionado pelo Deputado Evandro Roman.

Também foi mencionado, pelo Sr. Pedro Soutomaior, a nossa outra vertente da inclusão social, que é o nosso PROFESP. Na verdade, esse é um trabalho que nos dá muito orgulho. E nós estamos participando desta mesa redonda e de toda a



conformação do Plano Nacional de Desporto com toda disposição para prosseguir com a contribuição do Ministério da Defesa para o desenvolvimento esportivo nacional como um todo, não apenas no desporto militar. No entanto, sabemos que o desporto militar dá uma contribuição relevante, e é a nossa mais absoluta prioridade continuar contribuindo para o esporte no País, para uma sociedade mais produtiva, uma sociedade mais saudável. E, para tanto, estamos aí fazendo algumas inserções que foram feitas por meio da ferramenta de colaboração via web para assegurarmos a continuidade dos nossos programas.

Muito obrigado a todos pela lembrança do papel das Forças Armadas nessa extraordinária empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós, o Brasil, é que agradecemos o envolvimento, o comprometimento e a direção que foi dada pelas Forças Armadas.

O senhor sabe muito bem do apreço que eu tenho e do orgulho que esses atletas que estavam lá, no momento de prestar continência, tinham de forma natural ao fazê-lo. Alguns acharam que era um exagero, que era isso ou aquilo, mas foi de vontade. Foi possível perceber que foi um amor que neles foi despertando, em cada um, pelos símbolos, como a bandeira, como o hino, e isso foi criando cada vez mais essa estrutura de civismo no atleta, que contagiou a todos. Encontro, no Paraná, crianças que querem ser militares, que têm toda essa situação. Acho que é uma coisa fantástica.

Foi possível ver que até o último momento as contribuições são fantásticas. Estamos aqui conversando há praticamente 6 horas, sem interrupção, e quero dizer aos senhores que, ao final, veio a expressão “esporte de formação”, que é uma ação que realmente eu sei o quanto é importante. Eu vivi no estado do Paraná a situação de não ter em determinado momento essa formação e de não tê-la utilizado, embora depois nós tenhamos utilizado.

Sei que irão surgir muitas outras contribuições. Nós temos uma programação para a última mesa redonda que será entre o dia 1º e 2 de dezembro ou, na pior das hipóteses, na semana seguinte. Vamos adequar a agenda, porque nós queremos a presença também do Deputado César Halum, que é o Presidente da Comissão do Esporte, na última mesa redonda.



Vamos ir e levar a alguns locais algumas mensagens sobre apresentação do Plano Nacional do Desporto, depois de ser discutido aqui. E tenho certeza de que cada um de vocês, ao voltar as suas casas, vão discutir com os Secretários Municipais, Estaduais, com as pessoas que trabalham com esporte, os profissionais nos municípios, pois sempre pode surgir uma lapidada final e que nós possamos melhorar esse plano nacional. Portanto, por favor, mandem para nós sugestões.

Pretendemos que Plano Nacional do Desporto seja um plano consciente, um plano que estamos fazendo com o maior número possível de mãos. Eu até escrevi aqui que a responsabilidade sobre cairá sobre nós ou por ação da indicação ou por omissão, porque os senhores, a partir do momento que aceitaram estar presentes aqui, fazem parte da construção disso, na omissão ou na ação.

Então, vamos colher os êxitos de forma positiva e vamos dividir também as responsabilidades, porque se não ficar bom para quem está do lado de lá, para quem está fazendo o esporte acontecer dentro dos Estados, do Governo Federal, dos Municípios, nas confederações, não serve para quem quem está aqui tentando encontrar um equilíbrio que possa suprir.

Diria que isso vai atende a todos em plenitude? Impossível, mas que venhamos a ter um nível de satisfação acima de 70%, 80%%, do que foi discutido aqui, montando, unindo educação, saúde e esporte, tendo essa tríade de trabalho.

Esse é o grande objetivo. Se nós conseguirmos fazer isso e se conseguirmos desenvolver uma ação, na qual todos os senhores se sintam parte da elaboração, podem ter certeza de que nós vamos ter um sucesso muito grande.

Então, se alguém que hoje está aqui — isso é importante — tiver alguma dúvida ou com algum questionamento, que se posicione. Avançamos, porque chega o momento do corte e temos de dar o limite, mas se alguém ainda tiver alguma coisa para falar sobre as discussões, deixo aberto o microfone, porque nós seremos os porta-vozes da defesa e dos benefícios realmente da elaboração do SIPLAN.

Então, deixo aberto.

O SR. LINDNBERG AZIZ CURY JUNIOR - Reforço a todos que a nossa comunidade virtual, o wikilegis, está aberta. Há uma construção colaborativa com a participação de todos. Quem ainda não teve acesso, por favor, entre e contato



conosco que passaremos o *link*. Eu acho que tem sido uma forma bastante eficaz de construir um texto como este.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Numa linha, André, eu diria que todos nós buscamos recursos, mas uma das piores situações, para quem está dentro da estrutura pública — e eu já estive de todas as formas e de todos os lados — é o pedinte que não lhe aponta onde buscar.

Então, se nós queremos buscar um recurso ou arrancar recurso — eu apontei aqui algumas situações em que temos condições de buscá-lo — temos também de mostrar a possível solução.

Nós temos pelo menos duas ou três situações. Agora, precisamos da mobilização. Eu posso levantar isso. Trabalharemos em cima dessa busca. Falei do Marco Regulatório dos Jogos, que é uma das grandes possibilidades que nós temos. Não vamos nos autoenganar. Esse seria o pior engano.

Houve, ainda este ano, um investimento muito grande em esporte. O plano nacional, agora, é um plano mais de organização. Se quisermos buscar mais recursos, temos de dizer de onde vêm e como iremos buscar. Há mecanismos para isso. Só que um Deputado sozinho, dois ou três não vão buscar. Tem de haver a movimentação de uma classe que diga: olha, ao invés de x por cento dessa, nós queremos isso, mas que seja dinheiro novo, porque, o que se tem está comprometido. O Brasil realmente passa por uma dificuldade muito grande.

Não quero entrar nessa esfera, mas o Brasil tem de passar por três reformas, pensando em responsabilidade parlamentar e pensando no Brasil: a reforma previdenciária, a reforma do teto e a reforma trabalhista. Não há qualquer cidadão que estude esses itens por 1 hora, que seja, com dados e a projeção para os próximos anos que não tenha o entendimento de que não há como fugir. Podemos até discutir alguns ajustes, mas não há como fugir, porque, se continuarmos como estamos, em 2023, 2024, etaremos pior do que a Grécia.

Então, não temos aqui uma situação de vender ilusões. Nós temos de dizer o seguinte: vamos ter de cortar na carne, baixar custos, botar limites, para que, lá na frente, possamos, sem dúvida colher mais recursos, principalmente para atividades esportivas, saúde, educação e para outras situações que teremos pela frente.



Gostaria de encerrar de uma forma mais otimista, mas gostaria de dizer que, se unidos ficarmos e trabalharmos, vamos encontrar a solução. Podem ter certeza disso.

Obrigado aos guerreiros e as guerreiras que ficaram das 9h30 da manhã até agora. Parabéns a todos. Foi uma excelente discussão. Tenho certeza de que continuaremos trabalhando e fazendo o melhor possível pelo Plano Nacional de Desporto.

Está encerrada a presente reunião.